



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER – SEEL GO
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

CONCORRÊNCIA Nº 01-2023 SEEL

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **NYOM COMERCIO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 21.569.426/0001-30, com sede na rua I QUADRA21 LOTE 01 ANEXO 02, n. 441, bairro Vi Santa Helena, Goiânia-GO, neste ato representada por FAUZI JABER NETO, inscrito no CPF n. 027.352.861-00, por sua procuradora que esta subscrevem, com endereço eletrônico allyneassessoria@gmail.com, para onde devem ser encaminhadas todas as notificações e intimações, vem apresentar, tempestivamente, **CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro na Lei nº8.666/93, art. 109, inciso I e no item 06.01.04.02 e respectivos subitens do Edital de Concorrência nº 01-2023 SEEL.

***Rua I, nº 441, qd.21, lt.02, anexo 01, Vila Santa Helena, CEP 74555-050.
Tel.: (62) 3922-1044- nyomgrass@gmail.com***

1 – SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de Concorrência Pública nº 01/2023-SEEL realizada em 14 de abril de 2023, iniciada a sessão partir das 09:00h, onde estiveram presentes e entregaram os envelopes relativos à habilitação e propostas as empresas: 1. L.G.B. EIRAS LTDA, CNPJ 13.296.533/0001-04, 2- NYOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 21.569.426/0001-30 e 3- UNIVERSO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES, CNPJ 29.905.389/0001-04, que fora inabilitada.

Seguindo o devido processo, foi publicada a Análise técnica das propostas - DESPACHO Nº 423/2023/SEEL/GEINFRA-18311, onde a empresa L.G.B. EIRAS LTDA, CNPJ 13.296.533/0001-04 fora inabilitada tecnicamente, uma vez que, há vários erros na planilha orçamentária apresentada, e que se estes forem ajustados alterariam o valor global da proposta.

Insatisfeita com a assertiva análise técnica das senhoras RAFAELLA BRANDÃO DA SILVA, Engenheira Civil e SIANE ARANTES DE OLIVEIRA, Gerente de Infraestrutura Esportiva, seguida da decisão de inabilita-la, a empresa L.G.B. EIRAS LTDA apresentou recurso administrativo para reverter a decisão.

Sendo assim, requer-se com estas Contrarrazões de Recurso a manutenção da decisão acertada que inabilitou a empresa L.G.B. EIRAS LTDA, CNPJ 13.296.533/0001-04, uma vez que a reforma da decisão não merece prosperar ante as falácias apresentadas pela Recorrente, pelos motivos a seguir expostos.

2 – DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE L.G.B. EIRAS LTDA – DA MANUTENÇÃO DE SUA INABILITAÇÃO

Em uma tentativa frustrada de se manter habilitada no certame a Recorrente interpôs Recurso Administrativo contra decisão advinda da análise técnica das propostas, alegando direcionamento e excesso de formalismo.

A sofisma é uma forma de raciocínio utilizada com o propósito de aparentar veracidade, entretanto aqueles que recorrem a essa tática

frequentemente deixam de mencionar certos dados subjacentes à exposição, que é exatamente o caso em tela.

Na intenção de parecer correto, a Recorrente acabou por omitir ou deixar de focar no ponto mais importante: ainda que houvesse a correção dos erros graves constatados, alteraria o valor global da proposta, o que não se permite. É de simples entendimento.

Mas a Recorrente escolheu alegar direcionamento e excesso de formalismo, ora, as planilhas apresentadas possuem diversos erros e todos eles feitos pela própria Recorrente, sendo assim, não há que se falar em direcionamento ou excesso de formalismo.

Ainda, fez constar em seu recurso ameaças veladas ao invés de assumir seus próprios erros. A situação é simples, mas por apreço ao debate, seguem os pontos pelos quais o recurso interposto não merece prosperar, **caso este seja recebido – ato vedado constante na própria ata, que fora assinada (ou seja, houve consentimento) no dia da sessão.**

Inicialmente, tratando-se do item 05.01 que dispõe a obrigatoriedade de conter assinatura da pessoa que possui competência para tal, a Recorrente afirmou que apenas o representante legal da empresa poderia fazê-lo. **Ora, quando falamos da proposta, principalmente de serviços de engenharia, por óbvio, a pessoa com competência é o responsável técnico, como o próprio nome já diz.**

Sendo assim, de pronto, ante a ausência da tabela de composições e assinatura do responsável técnico da empresa, já deve ser desclassificada a Recorrente, além de que não foi mencionado um responsável técnico próprio, mantendo apenas a Responsável Técnica da elaboração do orçamento da SEEL, nos lotes 2 e 3.

Ainda, a Recorrente apresentou alguns julgados e trechos do edital, mas grifou-se apenas as partes que aparentemente acompanhavam seu argumento, vejamos o primeiro:

Ocorre que o entendimento adotado pela equipe técnica possui claramente um direcionamento, uma vez que é amplamente sabido que possíveis erros materiais podem ser sanados para correção de eventuais falhas, desde que não haja alteração do valor, *in verbis*:

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, não altere o valor global proposto, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada." (ACÓRDÃO TCU 2546/2015). (grifo nosso)

De todo o destacado, não grifou-se a parte mais importante que diz expressamente pelo Tribunal de Contas da União que **caso a devida correção das falhas altere o valor global, tais correções não são permitidas.**

Em momento algum a Comissão ou no parecer houve excesso de formalismo, pois caso as correções não alterassem o valor global, elas poderiam até serem permitidas.

A fim de corroborar com a sábia análise realizada, solicitamos aos nossos engenheiros que também elaborassem nova conferência, do que se constatou:

“Objetivo:

Análise técnica da proposta encaminhada pela empresa L.G.B. Eiras Eireli – TOTAL Grass, participante do processo licitatório, na modalidade Concorrência Pública com número 01/2023-SEEL, com o objetivo de contratação de uma empresa especializada na área de engenharia civil para a CONSTRUÇÃO DE 18 (dezoito) campos de futebol society, em diversos municípios do estado de Goiás, conforme Lotes descritos no Edital.

Análise:

Em referência ao Processo nº 202317576000013, que tem como interessado a Gerência de Compras Governamentais, tendo como assunto a Análise técnica das propostas, de acordo com o Despacho nº 423/2023/SEEL/GEINFRA-18311.

Após análise da proposta comercial, para os lotes II e III, entregue a Comissão de Licitação da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER – SEEL, do estado de Goiás, no dia 14/04/ 2023. Bem como do referido despacho citado acima.

De acordo o despacho supracitado, referente ao LOTE II, em seu item III:

III – Em todas planilhas orçamentárias, há erros no item "1.7.0.4", uma vez que foi fornecido um valor de preço unitário sem BDI e ao calcular esse valor com o BDI de cada município, este difere do apresentado para o custo do preço unitário com BDI e para o preço total, impactando no valor final de cada proposta e no valor dos lotes.

| LOTE II | | | | | | | | | |
|---------|-----------------------------|-------|--|--------------------------------------|--------------------------------------|--|------------------|-------------------|---|
| | Município | BDI % | Valor de Referência item 1.7.0.4 s/BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 s/BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 c/BDI | Porcentagem de desconto - Item 1.7.0.4 s/BDI | Valor Referência | Valor da proposta | Porcentagem de desconto da proposta geral |
| 1 | Padre Bernardo | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 87,96 | R\$ 90,00 | 34,66% | R\$ 378.851,89 | R\$ 342.039,35 | 9,24% |
| 2 | Piracanjuba | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 87,96 | R\$ 90,00 | 34,66% | R\$ 378.851,89 | R\$ 342.039,35 | 9,24% |
| 3 | São Francisco | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 87,96 | R\$ 90,00 | 34,66% | R\$ 378.851,89 | R\$ 342.039,35 | 9,24% |
| 4 | Santo Antônio do Descoberto | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 70,36 | R\$ 90,00 | 32,35% | R\$ 368.782,80 | R\$ 346.509,84 | 6,03% |
| 5 | Vila Propício | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 70,36 | R\$ 90,00 | 32,35% | R\$ 368.782,80 | R\$ 346.509,84 | 6,03% |
| | | | | | | | R\$ 1.868.081,27 | R\$ 1.719.137,73 | 7,97% |

Ainda sobre o despacho mencionado anteriormente, referente ao LOTE III, em seu item VIII:

VIII – Há erros em todas as planilhas orçamentárias no item 1.7.0.4 em relação aos preços apresentados, pois foi fornecido um valor de preço unitário sem BDI e ao calcular esse valor com o BDI de cada município, este difere do apresentado para o custo do preço unitário com BDI e para o preço total, impactando no valor final de cada proposta e no valor dos lotes. Conforme tabela abaixo:

| LOTE III | | | | | | | | | | |
|----------|---------------------|-------|--|--------------------------------------|--------------------------------------|--|----------------------|-------------------|---|-------|
| | Município | BDI % | Valor de Referência item 1.7.0.4 s/BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 s/BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 c/BDI | Porcentagem de desconto - Item 1.7.0.4 s/BDI | Valor Referência | Valor da proposta | Porcentagem de desconto da proposta geral | |
| 1 | Campo Limpo | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 71,52 | R\$ 90,00 | 31,23% | R\$ 364.855,69 | R\$ 333.679,99 | 8,54% | |
| 2 | Caturai | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 71,52 | R\$ 90,00 | 31,23% | R\$ 364.855,69 | R\$ 333.679,99 | 8,54% | |
| 3 | Montividiu do Norte | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 70,36 | R\$ 90,00 | 32,35% | R\$ 368.782,80 | R\$ 346.509,84 | 6,03% | |
| 4 | Mundo Novo | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 71,52 | R\$ 90,00 | 31,23% | R\$ 364.855,69 | R\$ 333.679,99 | 8,54% | |
| | | | | | | | Total | R\$ 1.463.329,87 | R\$ 1.347.549,81 | 7,91% |
| | | | | | | | Total Lotes II e III | R\$ 3.331.411,14 | R\$ 3.066.687,54 | |

O que se pode evidenciar é que o BDI apresentado para o item em questão, difere-se do BDI ora apresentado pela empresa L.G.B. Eiras Eireli – TOTAL Grass em sua proposta apresentada junto a Comissão de Licitação da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER – SEEL.

Dessa forma, ao analisarmos o item: “5 – DA PROPOSTA COMERCIAL”, em seu subitem:

“05.01- No ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter, sob pena de não ser levado em consideração, a Proposta Comercial, elaborada em Língua Portuguesa, preferencialmente em papel tamanho A-4, impressa, com linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa onde conste o nome e o endereço da proponente, com todos os seus documentos datados, assinados na última folha e rubricados nas demais pela pessoa com competência para a sua assinatura, constituída dos seguintes elementos:

....

05.01.03- Composição do BDI utilizado para a composição dos seus preços.”

Então, de acordo com a interpretação do referido edital, temos o fato de que a empresa L.G.B. Eiras Eireli – TOTAL Grass utilizou diferentes BDI's em suas planilhas, nos dois lotes em que a empresa participou, entretanto, ao utilizar variados cálculos de BDI a referida empresa apresentou apenas um cálculo.”

Segue anexo o parecer resumido emitido pela empresa Inovar Soluções em Engenharia, através do Eng. Davidson Pereira Gomes, que ao analisar o caso em tela, vai de acordo com o disposto no Despacho nº423/2023/SEEL/GEINFRA-18311.

Vejamos novamente trecho do Edital utilizado a fim de convencê-los de sua narrativa:

Em relação ao tema debatido vale mencionar a cláusula do Edital na qual está em consonância com os entendimentos acima trazidos a luz do presente certame:

Documento assinado digitalmente por Cesar Villaca,
verificar as assinaturas vá ao site <https://cab.portaldassinaturas.com.br/443> e utilize o código ADC8-BE38-D6B0-53FA e o número 4196.5816

 [totalgrassgramasintetica](#)
 [totalgrassgramasintetica](#)

CERTIFICAÇÃO
ISO 9001

FIPA

20
anos



Gramas Sintéticas

07.04 - Caso sejam constatados erros formais nas propostas apresentadas, **fica assegurado à Comissão Julgadora o direito de corrigi-los**, procedendo a retificação dos cálculos passíveis de correção, se for o caso. O valor resultante da correção, haja vista tratar-se de erro meramente formal, **não poderá alterar o conteúdo da proposta, e será o considerado para a classificação das propostas; (grifo nosso)**

(...)

05.11 – Eventuais erros ou irregularidades meramente formais na apresentação da proposta, **desde que não comprometa seu conteúdo e seja irrelevante face à isonomia do certame, serão relevados pela comissão julgadora, que procederá a correção de ofício.**

Os itens destacado pela Recorrente só reforçam que não há que se falar em excesso de formalismo, pois o próprio edital permite a correção de erros formais – claro, da o direito a tal, desde que a Comissão assim entenda. **Direito de fazer é diferente de obrigação, que não consta no Edital.**

Ainda, observa-se os destaques em vermelho, que claramente dispõem acerca das correções, **só serão permitidas desde não alterem o conteúdo da proposta e seja irrelevante, o que não é o caso**, uma vez que são vários erros, graves e alteram o valor global da proposta.

Nesse sentido, tem-se também entendimento do TCU, ACÓRDÃO 2812/2019 – PLENÁRIO:

“Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todas suas fases e atos, criando para os participantes

e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. O rigor formal, todavia, não pode ser exagerado ou absoluto. O princípio do procedimento formal não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, **desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes**. Esta necessidade de atenuar o excessivo formalismo encontra expressa previsão legal no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993, que faculta 'à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da concorrência, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo'. Adotando-se essa medida, evita-se a inabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas em virtude **de pequenas falhas, sem reflexos importantes**, e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa." (grifo nosso)

Fato interessante é que o acórdão supramencionado também fora utilizado pela Recorrente, todavia grifando e considerando apenas as partes convenientes, e não as grifadas por nós acima, como a possibilidade correção de erros irrelevantes, pequenas falhas sem reflexos importantes.

O que se considera reflexo importante, se não a mudança do valor global caso os diversos erros contidos nas planilhas orçamentárias sejam corrigidos?

É sabido que erros irrelevantes, ou pequenas falhas podem ser corrigidas caso a Comissão assim entenda, todavia, não se trata de meros erros formais e sim erros graves que alteram o valor global da proposta.

Erros acontecem, seja por falta de atenção ou de competência, todavia os diversos erros grotescos contidos em TODAS as planilhas orçamentárias apresentadas, de modo algum são irrelevantes e passíveis de correção, pois alteram o valor global da proposta, processo proibido conforme entendimento do TCU.

Ainda, observa-se a discrepância dos valores oferecidos pela LGB com as demais empresas concorrentes. Não é permitido que um concorrente entregue sua proposta com diversos erros graves, o que a possibilitou restar em

primeiro lugar, e após isso, corrigir os erros alterando então o valor global da proposta.

Reforça-se, o próprio Tribunal de Contas da União entende por óbvio que a correção da proposta sanando erros irrelevantes – o que não é o caso, só pode ocorrer caso não se altere o valor global da proposta, o que também não é o caso.

Toda a argumentação presente no recurso da Recorrente é baseada em meras presunções e ilações, fundada em informações inverídicas, organizadas fora do contexto ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente.

Assim sendo, reforçamos que as alegações da Recorrente não passam de argumentos descabidos ao caso em tela, e, portanto, não devem ser apreciados.

Assim, deve ser **juizado TOTALMENTE IMPROCEDENTE o Recurso Administrativo formulado pela empresa L.G.B. EIRAS LTDA, mantendo assim, sua INABILITAÇÃO**, por ter apresentado planilha orçamentária com diversos erros graves, que se ajustados alterariam o valor global da proposta, o que não é permitido – entendimento passivo, por medida de justiça.

3 – DOS PEDIDOS

Ante todos os fatos narrados e fundamentação apontada, requer-se:

- A) O recebimento da presente Contrarrazão de Recurso Administrativo, com análise e julgamento do mérito deste, com os fatos e provas aqui produzidos;
- B) **Seja julgado totalmente improcedente o Recurso Administrativo formulado pela L.G.B. EIRAS LTDA, com a devida manutenção da INABILITAÇÃO da empresa L.G.B. EIRAS LTDA, por ter apresentado planilha orçamentária com diversos erros graves, que se ajustados alterariam o valor global da proposta, o que não é permitido – entendimento passivo**, conforme demonstrado, de modo a dar prosseguimento ao processo licitatório com atenção aos princípios licitatórios.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Goiânia-GO, 06 de julho de 2023.

ALLYNE EMANUELE Assinado de forma digital
FERREIRA por ALLYNE EMANUELE
FERREIRA
FELISBERTO:10555 FELISBERTO:10555700984
700984 Dados: 2023.07.07 19:13:12
-03'00'

NYOM COMERCIO E SERVICOS LTDA

Rep./ Allyne Emanuele Ferreira Felisberto | Advogada - OAB/SC 62.586
(procuração anexa)



Objetivo: Analise técnica proposta concorrência 01/2023, da empresa L.G.B Eiras Eireli (Total Grass), que tem como objeto a contratação, em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada na área de engenharia civil para a construção de 18 campos society.

Análise- A empresa L.G.B Eiras Eireli (Total Grass), apresentou proposta para a concorrência 01/2023 nos lotes II e III, no entanto as planilhas apresentadas apresentaram diversos erros que vão desde assinaturas até erros na planilha orçamentária/BDI, erros estes que caso sejam ajustados alteram de forma efetiva o valor global da planilha o que não é permitido conforme orientação do TCU:

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, não altere o valor global proposto, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada." (ACÓRDÃO TCU 2546/2015)

Assim sendo a empresa Inovar Soluções em Engenharia, neste ato representado pelo engenheiro Davidson Pereira Gomes, Crea-GO 1014132118D-GO, vai de acordo com o exposto no DESPACHO Nº 423/2023/SEEL/GEINFRA-18311, documento este emitido pela Secretaria de Esporte e Lazer.

Goiânia 04 de Julho de 2023.

Eng. Davidson Pereira Gomes

Crea-GO 1014132118D-GO



Referência: Processo nº 202317576000013

Interessado: GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Assunto: Análise técnica das propostas

DESPACHO Nº 423/2023/SEEL/GEINFRA-18311

Versam os autos à respeito da Concorrência nº 01/2023 que tem como objeto a contratação, em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada na área de engenharia civil para a construção de 18 campos society.

Em resposta ao DESPACHO Nº 374/2023/SEEL/GCG- SEI nº 48652491, que solicita análise técnica das propostas das empresas - Nyomgrass - SEI nº (48632949) e L.G.B Eiras Eireli (Total Grass) SEI nº (48632827), informamos que:

1 - EMPRESA NYOMGRASS

A empresa apresentou uma proposta para os LOTES I, II e III no preço global de R\$ 6.406.414,45 (seis milhões, quatrocentos e seis mil e quatrocentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos). Sendo:

LOTE I valor de R\$ 3.210.875,41 (três milhões, duzentos e dez mil e oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos);

LOTE II valor de R\$ 1.791.885,29 (um milhão, setecentos e noventa e um mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos) e,

LOTE III valor de R\$ 1.403.653,75 (um milhão, quatrocentos e três mil e seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos).

As planilhas verificadas estão corretamente elaboradas, e a empresa apresentou todas as planilhas orçamentárias, tabela de composições, tabela do BDI e assinatura do Responsável técnico do seu orçamento.

Em todas as propostas foi dado um desconto proporcional de 13,46% no item de serviço 1.7.0.4 - fornecimento e instalação de grama. Constatando-se um desconto proporcional global para todas as propostas de 4,08%; conforme tabela abaixo:

| LOTE I | | | | | | | | |
|-------------------------|-----------------------------|-------|---|---------------------------------------|---|------------------|-------------------|---|
| | Município | BDI % | Valor de Referência item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 s/ BDI | Porcentagem de desconto - Item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor Referência | Valor da proposta | Porcentagem de desconto da proposta geral |
| 1 | Teresina de Goiás | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 364.855,69 | R\$ 349.976,35 | 4,08% |
| 2 | Vila Boa | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 376.851,89 | R\$ 361.478,63 | 4,08% |
| 3 | Buritópolis | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 364.855,69 | R\$ 349.976,35 | 4,08% |
| 4 | Sítio D'Abadia | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 376.851,89 | R\$ 361.478,63 | 4,08% |
| 5 | Posse | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 368.762,80 | R\$ 353.724,70 | 4,08% |
| 6 | Iaciara | 23,14 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 372.764,47 | R\$ 357.558,79 | 4,08% |
| 7 | Mambai | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 368.762,80 | R\$ 353.724,70 | 4,08% |
| 8 | Monte Alegre | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 376.851,89 | R\$ 361.478,63 | 4,08% |
| 9 | Nova Roma | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 376.851,89 | R\$ 361.478,63 | 4,08% |
| Total | | | | | | R\$ 3.347.409,01 | R\$ 3.210.875,41 | 4,08% |
| LOTE II | | | | | | | | |
| | Município | BDI % | Valor de Referência item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 s/ BDI | Porcentagem de desconto - Item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor Referência | Valor da proposta | Porcentagem de desconto da proposta geral |
| 1 | Padre Bernardo | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 376.851,89 | R\$ 361.478,63 | 4,08% |
| 2 | Piracanjuba | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 376.851,89 | R\$ 361.478,63 | 4,08% |
| 3 | São Francisco | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 376.851,89 | R\$ 361.478,63 | 4,08% |
| 4 | Santo Antônio do Descoberto | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 368.762,80 | R\$ 353.724,70 | 4,08% |
| 5 | Vila Propício | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 368.762,80 | R\$ 353.724,70 | 4,08% |
| Total | | | | | | R\$ 1.868.081,27 | R\$ 1.791.885,29 | 4,08% |
| LOTE III | | | | | | | | |
| | Município | BDI % | Valor de Referência item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 s/ BDI | Porcentagem de desconto - Item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor Referência | Valor da proposta | Porcentagem de desconto da proposta geral |
| 1 | Campo Limpo | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 364.855,69 | R\$ 349.976,35 | 4,08% |
| 2 | Caturai | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 364.855,69 | R\$ 349.976,35 | 4,08% |
| 3 | Montividiu do Norte | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 368.762,80 | R\$ 353.724,70 | 4,08% |
| 4 | Mundo Novo | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 90,00 | 13,46% | R\$ 364.855,69 | R\$ 349.976,35 | 4,08% |
| Total | | | | | | R\$ 1.463.329,87 | R\$ 1.403.653,75 | 4,08% |
| Total Lotes I, II e III | | | | | | R\$ 6.678.820,15 | R\$ 6.406.414,45 | |
| Total Lotes II e III | | | | | | R\$ 3.331.411,14 | R\$ 3.195.539,04 | |

2 - EMPRESA TOTALGRASS

A empresa apresentou uma proposta apenas para os lotes II e III no preço global de R\$ 3.066.687,54 (três milhões e sessenta e seis mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). Sendo:

LOTE II valor de R\$ 1.719.137,73 (um milhão, setecentos e dezenove mil e cento e trinta e setenta reais e três centavos) e,

LOTE III valor de R\$ 1.347.549,81 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil e quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos).

Entregou todas as planilhas orçamentárias e tabela de BDI, porém foi constatado que:

LOTE 2

I - Estava ausente a tabela de composições e assinatura do responsável técnico da empresa, e ainda foi mantido a Responsável Técnica da elaboração do orçamento da SEEL, não mencionando um responsável técnico próprio.

II - Nas propostas do mesmo lote houve uma alteração de porcentagem de desconto referente ao mesmo item - "1.7.0.4 - fornecimento e instalação de grama".

Exemplo: Em Padre Bernardo a grama teve desconto de 34,65%, enquanto em Vila Propício apresentou um desconto

de 32,35%.

III - Em todas planilhas orçamentárias, há erros no item "1.7.0.4", uma vez que foi fornecido um valor de preço unitário sem BDI e ao calcular esse valor com o BDI de cada município, este difere do apresentado para o custo do preço unitário com BDI e para o preço total, impactando no valor final de cada proposta e no valor dos lotes. Conforme tabela abaixo:

| LOTE II | | | | | | | | | |
|---------|-----------------------------|-------|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---|------------------|-------------------|---|
| | Município | BDI % | Valor de Referência item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 c/ BDI | Porcentagem de desconto - item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor Referência | Valor da proposta | Porcentagem de desconto da proposta geral |
| 1 | Padre Bernardo | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 67,96 | R\$ 90,00 | 34,66% | R\$ 376.851,89 | R\$ 342.039,35 | 9,24% |
| 2 | Piracanjuba | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 67,96 | R\$ 90,00 | 34,66% | R\$ 376.851,89 | R\$ 342.039,35 | 9,24% |
| 3 | São Francisco | 24,49 | R\$ 104,00 | R\$ 67,96 | R\$ 90,00 | 34,66% | R\$ 376.851,89 | R\$ 342.039,35 | 9,24% |
| 4 | Santo Antônio do Descoberto | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 70,36 | R\$ 90,00 | 32,35% | R\$ 368.762,80 | R\$ 346.509,84 | 6,03% |
| 5 | Vila Propício | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 70,36 | R\$ 90,00 | 32,35% | R\$ 368.762,80 | R\$ 346.509,84 | 6,03% |
| | | | | | | | R\$ 1.868.081,27 | R\$ 1.719.137,73 | 7,97% |

IV - Os municípios de Santo Antônio do Descoberto e Vila Propício apresentaram erros no valor do preço total do item "1.7.0.4", uma vez que ao multiplicar "quantidade" por "preço unitário do BDI" - 882m² x R\$ 90,00, o valor adequado seria R\$ 79.380,00 e a empresa apresentou R\$ 111.740,58;

V - Referente aos mesmos municípios supracitados o preço total do item "1.7" também difere do somatório dos valores - R\$29.160,68+3.942,54+2.619,54+111.740,58 e a empresa apresentou R\$ 79.380,00. Divergindo também o somatório total do preço do município R\$ 346.509,84 .

LOTE 3

VI - Estava ausente a tabela de composições e assinatura do responsável técnico da empresa, e ainda foi mantido a Responsável Técnica da elaboração do orçamento da SEEL, não mencionando um responsável técnico próprio.

VII - Nas propostas do mesmo lote houve uma alteração de porcentagem de desconto referente ao mesmo item - "1.7.0.4 - fornecimento e instalação de grama".

Exemplo: Em Campo Limpo a grama teve desconto de 31,23%, enquanto em Montividiu do Norte apresentou um desconto de 32,35%.

VIII - Há erros em todas as planilhas orçamentárias no item 1.7.0.4 em relação aos preços apresentados, pois foi fornecido um valor de preço unitário sem BDI e ao calcular esse valor com o BDI de cada município, este difere do apresentado para o custo do preço unitário com BDI e para o preço total, impactando no valor final de cada proposta e no valor dos lotes. Conforme tabela abaixo:

| LOTE III | | | | | | | | | |
|----------|---------------------|-------|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---|------------------|-------------------|---|
| | Município | BDI % | Valor de Referência item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor da proposta item 1.7.0.4 c/ BDI | Porcentagem de desconto - item 1.7.0.4 s/ BDI | Valor Referência | Valor da proposta | Porcentagem de desconto da proposta geral |
| 1 | Campo Limpo | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 71,52 | R\$ 90,00 | 31,23% | R\$ 364.855,69 | R\$ 333.679,99 | 8,54% |
| 2 | Caturai | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 71,52 | R\$ 90,00 | 31,23% | R\$ 364.855,69 | R\$ 333.679,99 | 8,54% |
| 3 | Montividiu do Norte | 21,82 | R\$ 104,00 | R\$ 70,36 | R\$ 90,00 | 32,35% | R\$ 368.762,80 | R\$ 346.509,84 | 6,03% |
| 4 | Mundo Novo | 20,53 | R\$ 104,00 | R\$ 71,52 | R\$ 90,00 | 31,23% | R\$ 364.855,69 | R\$ 333.679,99 | 8,54% |
| | | | | | | Total | R\$ 1.463.329,87 | R\$ 1.347.549,81 | 7,91% |
| | | | | | | Total Lotes II e III | R\$ 3.331.411,14 | R\$ 3.066.687,54 | |

IX - Os municípios de Campo Limpo, Caturai e Mundo Novo apresentaram erros no valor total do somatório de todos os itens de serviço, não sendo correto o valor de R\$ 333.679,99 apresentado.

X - O município de Montividiu do Norte apresentou erro no valor do preço total do item "1.7.0.4", uma vez que ao multiplicar "quantidade" por "preço unitário do BDI" - 882m² x R\$ 90,00, o valor adequado seria R\$ 79.380,00 e a empresa apresentou R\$ 111.740,58.

XI - Referente ao mesmo município supracitado o preço total do item "1.7" também difere do somatório dos valores - R\$29.160,68+3.942,54+2.619,54+111.740,58 e a empresa apresentou R\$ 79.380,00. Divergindo também com o somatório total do preço do município R\$ 346.509,84.

Dessa forma, julgamos que:

A empresa **NYOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 21.569.426/0001-30** está habilitada tecnicamente. E,

A empresa **L.G.B. EIRAS LTDA, CNPJ 13.296.533/0001-04** está inabilitada tecnicamente, uma vez que, há vários erros na planilha orçamentária apresentada, e que se estes forem ajustados alterariam o valor global da proposta, processo não permitido conforme orientação do TCU:

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, **não altere o valor global proposto**, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada." (ACÓRDÃO TCU 2546/2015)

Encaminhamos os autos à Gerência de Compras Governamentais, para ciência e devidas providências.

Atenciosamente,

GOIÂNIA, 20 de junho de 2023.

RAFAELLA BRANDÃO DA SILVA
Engenheira Civil

SIANE ARANTES DE OLIVEIRA
Gerente de Infraestrutura Esportiva



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELLA BRANDAO DA SILVA, Analista**, em 20/06/2023, às 11:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **SIANE ARANTES DE OLIVEIRA, Gerente**, em 20/06/2023, às 11:48, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **48879728** e o código CRC **401E77CC**.

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA
AVENIDA FUED JOSÉ SEBBA 1170, S/C - Bairro JARDIM GOIÁS -
GOIANIA - GO - CEP 74805-100 - .



Referência:
Processo nº 202317576000013



SEI 48879728



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Edital

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023-SEEL

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote

OBJETO: Contratação, em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada na área de engenharia civil para a CONSTRUÇÃO DE 18 (dezoito) campos de futebol society, nas dimensões 26,7x42,3m (Área total de 1.129,41m² cada campo), com instalação de grama sintética, drenagem, alambrado e iluminação, nos municípios de Buritinópolis, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre, Nova Roma, Posse, Sítio D'Abadia, Teresina de Goiás, Vila Boa, Padre Bernardo, Piracanjuba, Santo Antônio do Descoberto, São Francisco, Vila Propício, Caturai, Campo Limpo, Montividiu do Norte e Mundo Novo, conforme Lotes descritos neste Edital.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 6.678.820,15 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte reais e quinze centavos).

PARTICIPAÇÃO: Disputa Geral

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA (ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL) : Dia 14/04/ 2023 às 09 00h, no auditório da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, 3º andar, localizado na Avenida Fued José Sebba, nº 1770, Jardim Goiás, Goiânia-GO, CEP: 74805100.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, § 1º da Lei 8.666/93, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Lei Complementar nº 123/06 e pelas disposições deste Edital.

ACESSO AO EDITAL E ANEXOS: www.esporte.go.gov.br (site da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer)

DÚVIDAS/INFORMAÇÕES: 62 3201 39 53

OBS: Além do Edital e anexos, constam no site da SEEL os projetos técnicos, as planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiro, manual de normas gráficas, caderno de encargos e memorial descritivo do campo society, todos estes documentos norteiam o certame.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023-SEEL

OBJETO: Contratação, em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada na área de engenharia civil para a CONSTRUÇÃO DE 18 (dezoito) CAMPOS DE FUTEBOL *SOCIETY*, NAS DIMENSÕES 26,7x42,3m (Área total de 1.129,41m² CADA CAMPO) COM INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA, DRENAGEM, ALAMBRADO E ILUMINAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS DE BURITINÓPOLIS, IACIARA, MAMBAÍ, MONTE ALEGRE, NOVA ROMA, POSSE, SÍTIO D'ABADIA, TERESINA DE GOIÁS, VILA BOA, PADRE BERNARDO, PIRACANJUBA, SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO, SÃO FRANCISCO, VILA PROPÍCIO, CATURAI, CAMPO LIMPO, MONTIVIDIU DO NORTE, MUNDO NOVO/GO, conforme especificação e condições descritas neste Edital e Projetos Técnicos, Memorial Descritivo e Caderno de Encargos em anexo no site da SEEL.

EDITAL Nº 01/2023-SEEL

A SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER - SEEL, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, Avenida Fued José Sebba, 1170, s/c - Bairro Jardim Goiás - CEP 74805-100, Telefone: (62) 3201-3953 - Site: www.esporte.go.gov.br, recriada no dia 6 de fevereiro de 2019, por meio da lei nº 20.491/19, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 32.712.376/0001-15, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar em sua sede, no auditório, localizado no terceiro andar, às 09 horas do dia 14 de Abril de 2023 Licitação na modalidade Concorrência para contratação de empresa especializada na execução dos serviços de engenharia civil, cujo objeto é a construção de 18 (dezoito campos de futebol society, nas dimensões 26,7 x 42,3, em uma área total de 1.129,41 m²), com instalação de grama sintética, drenagem, alambrado e iluminação, conforme as especificações e condições descritas neste Edital e anexos, e Projetos Técnicos, Memorial Descritivo e Caderno de Encargos em anexo no site da SEEL, sob o regime de execução de empreitada por *preço global*, do tipo *menor preço*, tudo de acordo com o que consta no processo SEI 202317576000313, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, na Lei Complementar nº 123/06 e pelas disposições deste Edital.

1 - DO OBJETO

01.01- Constitui objeto desta licitação contratação de empresa especializada na execução dos serviços de engenharia civil, cujo objeto é a construção de 18 (dezoito campos de futebol society, nas dimensões 26,7 x 42,3, em uma área total de 1.129,41 m²), com instalação de grama sintética, drenagem, alambrado e iluminação, de acordo com as especificações e condições descritas neste Edital e Projetos Técnicos, Memorial Descritivo e Caderno de Encargos em anexo no site da SEEL

Por motivo técnico devidamente justificado, poderão ser acrescidos ou suprimidos itens/serviços do OBJETO contratual, respeitando-se os limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e em conformidade com as disposições do CONTRATO.

2 - DAS GENERALIDADES

02.01- As obras a serem executadas encontram-se definidas neste Edital e Projetos Técnicos, Memorial Descritivo e Caderno de Encargos em anexo no site da SEEL.

02.02- Este Edital ficará à disposição dos interessados, via internet, mediante download, no site www.esporte.go.gov.br

02.03- A Comissão de Licitação permanecerá à disposição dos interessados, para esclarecer quaisquer dúvidas e prestar informações, das **08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas** no endereço: Avenida Fued José Sebba, 1170, s/c - Bairro Jardim Goiás - CEP 74805-100, Telefone: (62) 3201-3953, e-mail: compras.seel@goias.gov.br, informando, também, que os questionamentos sobre o edital poderão ser feitos até o 2º (segundo) dia útil antes da data estabelecida para a entrega das Propostas, mediante provocação por escrito.

02.03.01- Os questionamentos encaminhados por e-mail deverão estar em arquivo editável (.doc, .xls, .odt, etc.), e após respondidos serão disponibilizados a todos os interessados para consulta no site www.esporte.go.gov.br/prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos.html, na pasta desta licitação.

02.04- A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

02.05- Caso a data prevista para realização da presente licitação seja declarada feriado ou ponto facultativo, não havendo retificação da convocação, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

02.06- Os serviços serão realizados com rigorosa observância aos Projetos e respectivos detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências das especificações da SEEL, caderno de procedimentos e normas técnicas, que serão considerados como parte integrante do contrato, assim também como deste Edital.

02.07- Qualquer modificação, substituição de material especificado e/ou suplementação de projetos eventualmente a executar pela contratada, dependerá de aprovação prévia da SEEL, passando automaticamente à propriedade da mesma, que poderá fazer o uso que lhe aprouver.

02.08- Constituem como parte integrante e complementar, do presente Edital, os elementos a seguir relacionados:

02.08.01- ANEXO I – Valores Estimados;

02.08.02- ANEXO II – Modelos de Documentos relativos a Habilitação;

02.08.02- ANEXO III- Modelos de Documentos a serem apresentados;

02.08.03- ANEXO IV – Minuta Contratual;

3 - DA PARTICIPAÇÃO

03.01 – Poderão participar desta licitação qualquer empresa legalmente estabelecida no país, no ramo do objeto deste Edital. As empresas que eventualmente possuam cadastro válido no CADFOR poderão aproveitar, para efeito de comprovação, as certidões que nele constem. Documentos que estejam vencidos, ainda que constantes no CADFOR deverão ser atualizados pelo licitante.

03.02- É expressamente vedada nesta licitação:

- a) Em processo de falência, sob concurso de credores ou dissolução ou em liquidação. É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993.
- b) Que esteja suspensa e/ou impedida de participar de licitação e contratar com a Administração Pública do Estado de Goiás.
- c) Que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer órgão da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- d) Que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR – Cadastro de Fornecedor do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas da Secretaria de Estado da Administração de Goiás - NUSLF/SEAD e suspensas de licitar com a SEEL, nos termos do inciso III, art. 87, da Lei 8.666/93;
- e) Que esteja reunida em consórcio ou, ainda, seja controladora, coligada ou subsidiária com outra empresa licitante, qualquer que seja sua forma de conglomeração.
- f) Estrangeira que não funcione no País.
- g) Empresas que tenham diretores ou responsáveis técnicos que sejam funcionários da SEEL ou cujos sócios tenham parentesco até o terceiro grau com servidores ou dirigentes da SEEL.
- h) Que conste no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**, mantido pela Controladoria Geral da União – CGU, constante no portal da internet www.portaltransparencia.gov.br/ceis, quando os efeitos da punição se estendam ao âmbito do Estado de Goiás.
- i) Cujos sócios ou diretores, responsáveis técnicos ou integrantes da equipe técnica pertençam simultaneamente a mais de uma empresa licitante.
- j) Que houver participado da elaboração do projeto ou anteprojeto respectivo.
- k) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital;
- l) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- m) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- n) participação de qualquer agente público, assim definido no art. 84, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, impedido de contratar com a administração pública por vedação constitucional ou legal.

03.03-É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

03.04- O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, nos termos da Lei 13.460/17. De toda documentação apresentada em fotocópia poderá ser solicitado o original para conferência.

03.05- A documentação e a proposta comercial deverão ser entregues à Gerência de Compras Governamentais – GCG, em envelopes distintos e fechados, no local, data e horários mencionados no Aviso de Licitações e no preâmbulo deste Edital, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas, trazendo, em sua parte externa e frontal, além da razão social da proponente, CNPJ, os dizeres:

03.05.01- no primeiro envelope:

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER – SEEL
CONCORRÊNCIA Nº 01/2023-SEEL
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME E CNPJ DA LICITANTE

03.05.02- no segundo envelope:

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER – SEEL
CONCORRÊNCIA Nº 01/2023-SEEL
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL
NOME E CNPJ DA LICITANTE

03.05.03 - A licitante deverá apresentar, dentro de cada envelope, os arquivos digitalizados dos documentos que estão sendo entregues, em mídia digital e de forma legível.

03.05.03.01 – Apresentar Declaração de Entrega de Mídia Digital (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL), constante no **ANEXO III – MODELO DE DOCUMENTOS**.

03.05.03.02 – Não colocar, no envelope de Documentos de Habilitação, mídia contendo a Proposta Comercial;

03.05.03.03 – Os arquivos digitalizados devem corresponder exatamente, quanto à ordem de apresentação e conteúdo, aos impressos constantes nos envelopes.

03.06- Os volumes (docs.) deverão ser entregues com todas as folhas carimbadas, numeradas em ordem crescente, assinadas e/ou rubricadas por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo; a capa deverá apresentar o título do conteúdo, o nome do licitante, o número do Edital e o objeto da licitação; o último documento deverá ser o Termo de Encerramento, que conterà: o nº de documentos que o compõem.

03.07- O licitante deverá apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

04.01 - Para a habilitação dos interessados na licitação exigir-se-ão, exclusivamente, documentos relativos a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira; a empresa deverá declarar ainda que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

04.02- Conforme o item 03.01 deste Edital, os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira poderão ser substituídos pelo cadastro no CRC - Certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, desde que as informações relativas a estes documentos constantes no CRC estejam atualizados e em vigência, sendo assegurado ao licitante o direito de apresentar a documentação que estiver vencida no CRC junto à documentação de habilitação.

04.03- Para a comprovação de capital social ou patrimônio líquido será admitida atualização do capital social com aplicação de índices oficiais, de acordo com os §§ 2º e 3º, art. 31, da Lei nº 8.666/93.

04.04- Todos os documentos relativos a habilitação jurídica, econômica, financeira, fiscal e trabalhista encontram-se detalhadas no ANEXO I do Edital;

04.05- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

04.05.01- Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA e/ou CAU, dos responsáveis técnicos e engenheiros utilizados para qualificação técnico-profissional.

04.05.02- Comprovação da capacitação técnico-profissional do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico emitidas pelo CREA e/ou CAU da região em que foi realizada a obra, comprovando a responsabilidade técnica por obra com características semelhantes ao objeto da licitação, de complexidade equivalente ou superior, sendo consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo, para fins desta licitação, a comprovação de execução dos serviços descritos no **item 04.05.04, desconsiderando, no entanto, as quantidades mínimas exigidas.**

04.05.03- Declaração fornecida pela empresa participante de que o(s) profissional(is) (indicar dados pessoais), detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica, será(ão), obrigatoriamente, o(s) que acompanhará(ão) a execução da obra, caso esta empresa seja a vencedora desta licitação (modelo de documento no **ANEXO III**).

04.05.04- Comprovação da capacitação técnico-operacional do licitante, demonstrando a execução, a qualquer tempo, de serviços compatíveis com os do objeto desta licitação, de complexidade equivalente ou superior, através do somatório de certidões e/ou atestados, provenientes de contrato(s) em nome do próprio licitante (empresa) como contratada principal ou como subcontratada, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, obedecendo as parcelas de maior relevância. Os serviços deverão estar explicitados conforme constante no quadro de quantidades mínimas, descritas abaixo:

| SERVIÇO | UNID. | QUANTIDADE ORÇADA POR CAMPO | QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA |
|-------------------------------|----------------|-----------------------------|---------------------------|
| INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA | m ² | 882,00 | 150,00 |

04.05.04.01- Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos constantes do **ANEXO I**, os serviços executados pela licitante que estejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio;

04.05.04.01.01- Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.

04.05.04.01.02- Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

04.05.04.02- Quando a certidão e/ou atestado não for emitido pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação, pelo menos um dos seguintes documentos:

- a) declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- b) contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU.

04.05.04.03- A não apresentação de documentação comprobatória prevista no subitem anterior não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pela Comissão Permanente de Licitação. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

04.06- DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

04.06.01- Carta da empresa licitante, assinada por diretor(es), ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório), comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, claramente afirmando:

04.06.01.01- Estar ciente das condições da Licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela SEEL;

04.06.01.02- Que executará a(s) obra(s) de acordo com os projetos, caderno de procedimentos e as especificações fornecidas pela SEEL, que alocará todos os equipamentos, pessoal técnico especializado e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle adequado da qualidade, prevenir e mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e moradores vizinhos.

04.06.01.03- Que apresentará à fiscalização relatório consubstanciado, com dados essenciais dos levantamentos e ensaios tecnológicos, para a avaliação da qualidade dos serviços executados em suas diversas fases, sempre que se fizer necessário ou de acordo com previsão nos projetos/orçamento dos serviços;

04.06.01.03.01- Deverá ser executado o controle tecnológico, conforme previsto nas especificações técnicas e sempre que solicitado pela fiscalização;

04.06.01.04- Que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e relacionados no projeto, e que os mesmos encontram-se em condições adequadas de utilização;

04.06.01.05- Que se compromete a estar instalado e pronto para iniciar imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

04.06.01.06- Que executará a(s) obra(s) de acordo com o(s) prazo(s) estabelecido(s) no Edital.

04.07– ATENDIMENTO AO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

04.07.01 – Declaração firmada pelos licitantes, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no **ANEXO III**.

04.08 – SOBRE O TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

04.08.01 – Declaração firmada pelo licitante, assinada por representante legal, se desejar usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, conforme modelo apresentado no ANEXO III.

04.08.02 – Para o exercício do direito de preferência de que trata a Lei Complementar nº 123/06, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar, junto aos seus documentos de habilitação:

04.08.02.01 – Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial em, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data marcada para a realização da licitação, comprovando a categoria registrada.

04.08.03 – As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida pelo Edital, em consonância com os arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

04.09 – SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

04.09.01 – Certidões que não especificarem os prazos de validade serão considerados como sendo de 30 (trinta) dias a partir da sua data de expedição.

5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

05.01- No **ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL**, deverá conter, sob pena de não ser levado em consideração, a Proposta Comercial, elaborada em Língua Portuguesa, preferencialmente em papel tamanho **A-4**, impressa, com linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da

empresa onde conste o nome e o endereço da proponente, com todos os seus documentos datados, assinados na última folha e rubricados nas demais pela pessoa com competência para a sua assinatura, constituída dos seguintes elementos:

05.01.01- Carta de Apresentação da Proposta de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO III**.

05.01.02- Planilha Orçamentária Detalhada, onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço global da obra.

05.01.03- Composição do BDI utilizado para a composição dos seus preços.

05.01.04- Cronograma Físico-Financeiro detalhado dos serviços propostos;

05.01.05- Composição de cada preço unitário na qual constem todos os elementos necessários para análise e avaliação (insumos, mão-de-obra, equipamentos, leis sociais, BDI, etc.);

05.01.06- Os quantitativos das obras e/ou serviços deverão ser os mesmos da planilha de quantitativos estimados.

05.01.06.01- Se identificadas divergências nestes quantitativos, estas deverão ser questionadas formalmente à Comissão até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a abertura desta licitação.

05.02- As planilhas com quantitativos e preços unitários fornecidos pela SEEL terão efeito apenas para comparação com aquelas apresentadas pela licitante, parte integrante de sua proposta, sendo de inteira responsabilidade da licitante o levantamento real de preços e suas composições;

05.03- Na planilha de orçamento da SEEL foi adotado o BDI de acordo com o ANEXO III (site da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer)

05.04- Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e específica, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

05.04.01 – Caso tais tributos constem no BDI ou planilha de custo direto da licitante, seus percentuais serão retirados pela comissão de licitação e será recalculada a proposta.

05.05- Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei Federal n.º 8.666/93, aquelas que:

05.05.01- não atenderem às exigências contidas neste Edital de Concorrência.

05.05.02- Apresentarem valor global superior ao limite estabelecido ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

05.06- No cálculo dos preços propostos, unitários e total, deverá ser desprezada a terceira casa decimal, em cada operação aritmética, considerando como invariáveis todos os quantitativos constantes do Orçamento Sintético do **05.06-** No cálculo dos preços propostos, unitários e total, deverá ser desprezada a terceira casa decimal, em cada operação aritmética, considerando como invariáveis todos os quantitativos constantes do Orçamento Sintético do **ANEXO III (constante no site SEEL)**.

05.07- Os preços constantes do orçamento fornecido incluem todos os custos de transportes, carga e descarga, despesas de execução, mão de obra, leis sociais, tributos, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços.

05.08- A proposta permanecerá válida e em condições de aceitação por um período de **90 (noventa dias)**, contados da data da abertura do presente certame.

05.09 – Findo o prazo de validade da proposta, fica o participante liberado dos compromissos assumidos, se assim o desejarem.

05.10 – Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, mediante provocação por escrito da **SEEL**, o licitante deverá prorrogar o prazo de validade, caso deseje continuar participando do certame.

05.10.01 – Caso o licitante não se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias úteis, será declarado desistente do feito licitatório.

05.11 – Eventuais erros ou irregularidades meramente formais na apresentação da proposta, desde que não comprometa seu conteúdo e seja irrelevante face à isonomia do certame, serão relevados pela comissão julgadora, que procederá a correção de ofício.

6 - DO PROCESSO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

06.01- O julgamento da licitação será efetuado pela Comissão de Licitação, observada a Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, a qual competirá:

06.01.01- Receber os envelopes de Documentação e Propostas na forma deste Edital;

06.01.02- Proceder a conferência dos envelopes contendo a documentação, rubricá-las e oferecê-las à rubrica dos licitantes presentes. Todos os licitantes poderão examinar os documentos, e, havendo interesse registrar suas observações em Ata. Após, os documentos fiscais serão analisados pela CPL e aqueles relativos a capacidade técnico operacional da empresa serão encaminhados à comissão de engenheiros da SEEL constituída para este fim. Todos os documentos serão disponibilizados no site da SEEL, respeitadas as prescrições da Lei 13.709/2018, Proteção de Dados Pessoais.

06.01.02.01- Uma vez iniciada a abertura da documentação, não serão aceitas quaisquer retificações que possam influir no resultado respectivo, nem admitidos à licitação os proponentes retardatários.

06.01.02.02- O resultado da habilitação do certame será publicado no site da SEEL, s diários oficiais e em jornal de grande circulação. Serão consideradas habilitadas nesta licitação, as concorrentes que apresentarem toda a documentação e instruções constantes do item I deste Edital e seus subitens.

06.01.03- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para a regularização da documentação, o pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

06.01.03.01- A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

06.01.03.02 – O tratamento diferenciado previsto no item **06.01.03.01** somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

06.01.04- Após o cumprimento do subitem **06.01.02.03**, havendo manifestações de vontade de recorrer da decisão da Comissão, à(s) licitante (s) será outorgado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar (em), por escrito, razões fundamentadas, na forma do art.109, da Lei 8.666/93.

06.01.04.01- Dentro do prazo previsto no subitem anterior, os recursos poderão ser protocolados na SEEL das **08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas** ou serem enviados para o email **compras.seel@goias.gov.br até às 23:59;**

06.01.04.02- Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

06.01.04.03- Julgado(s) o(s) recursos(s) referente(s) à habilitação, que terá(ão) efeito suspensivo, a Comissão comunicará o resultado à(s) licitante(s), designando nova data para abertura dos envelopes de propostas.

06.01.04.04- Se todos os licitantes forem inabilitados aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

7 – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

07.01- Proceder a abertura dos envelopes de propostas dos licitantes habilitados, verificando se foram satisfeitas as condições estabelecidas para a segunda fase do processo licitatório, devolvendo os envelopes contendo as propostas dos licitantes não habilitados;

07.01.01- Rubricar e oferecer à rubrica dos licitantes todas as peças contidas nas propostas de preços;

07.02- As propostas serão julgadas de acordo com os princípios da Lei 8.666/93 e os preceitos estabelecidos no presente ato convocatório, obedecidos os seguintes critérios:

07.02.01 – O critério adotado na avaliação e julgamento das Propostas de Preços é o de MENOR PREÇO GLOBAL.

07.02.02- Não poderá ser considerada qualquer oferta de vantagem ou condição não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

07.02.03- Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, a cuja remuneração ele renuncie total ou parcialmente;

07.03- Serão desclassificadas as propostas de acordo com o previsto no art. 48 da Lei 8.666/93 e nos seguintes casos:

07.03.01- Que apresentarem na sua composição de preço um lucro negativo;

07.03.02- Alterarem os quantitativos do Orçamento constante no ANEXO III (site da SEEL);

07.03.03- Apresentarem preços unitários e/ou preço global superiores aos do orçamento sintético do ANEXO III (site da SEEL).

07.04 - Caso sejam constatados erros formais nas propostas apresentadas, fica assegurado à Comissão Julgadora o direito de corrigi-los, procedendo a retificação dos cálculos passíveis de correção, se for o caso. O valor resultante da correção, haja vista tratar-se de erro meramente formal, não poderá alterar o conteúdo da proposta, e será o considerado para a classificação das propostas;

07.05- Em nenhum caso, sob pena de responsabilidade, serão objeto de reformulação os critérios de julgamento previstos em Lei e neste ato convocatório;

07.06- No caso de empate entre duas ou mais propostas, fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP). Nos demais casos de empate, que não envolvam ME/EPP, e observado o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação das propostas será decidida mediante sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro critério.

07.06.01- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

07.06.02- Para efeito do disposto no item **07.06.01**, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

07.06.02.01- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora da melhor oferta, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

07.06.02.02- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item **07.06.02.01** deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **07.06.01**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

07.06.02.03- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item **07.06.01** deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro possa apresentar melhor oferta.

07.06.02.04- Para o exercício do direito a que se refere o item **07.06.02.01**, fica estipulado o prazo de **2 (dois)** dias úteis para apresentação de nova proposta.

07.07 - A comissão enviará os dados da empresa à Gerência de Gestão e Finanças, quando se tratar de ME ou EPP, para verificação, no portal da transparência do governo federal, do governo estadual e no SIOFI, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante melhor classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria o suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

07.08- Na hipótese da não-contratação de alguma microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta, desde que atendidas as condições habilitatórias;

07.09- O disposto item **07.06.02** deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

07.10- Se todas as propostas forem desclassificadas aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

07.11- A Comissão de Licitação lavrará ata circunstanciada da sessão da licitação e após assiná-la, a oferecerá à assinatura dos licitantes presentes ao ato;

07.12- Será considerada vencedora desta licitação a empresa que apresentar a proposta com o menor preço global julgado exequível e compatível com os preços praticados pelo mercado;

07.13- Reserva-se, à Comissão, o direito de promover e realizar tantas sessões quantas julgadas necessárias para a conclusão deste processo licitatório;

07.14- Somente os membros da Comissão de Licitação e os representantes credenciados dos licitantes terão direito de usar da palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos e firmar a Ata;

07.15 - Declarado o vencedor, o licitante poderá interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da lavratura da ata ou publicação do resultado na imprensa oficial, de acordo com o disposto no art. 109 da Lei 8.666/93.

07.15.01- Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

07.15.01.01- Dentro do prazo previsto no subitem anterior, os recursos poderão ser protocolados na SEEL das **08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas** ou serem enviados para o email **compras.seel@goias.gov.br** até às 23:59;

07.16- Uma vez decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Comissão, por intermédio de relatório, enviará o presente processo licitatório à autoridade superior para homologação e posterior adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame.

07.17- Homologada a licitação, o adjudicatário será **convocado** para assinar o contrato no prazo definido no item **15.01** deste Edital;

07.18- Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 2º, art. 64, Lei nº 8.666/93.

07.19- Do licitante classificado em primeiro lugar, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do §1º e o valor da correspondente proposta.

8 – DO ELEMENTO DE DESPESA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

08.01- Os recursos financeiros necessários à execução dos serviços são provenientes da Dotação Orçamentária XXXX Fonte XXXX;

9 - DA GARANTIA CONTRATUAL

09.01 - A CONTRATADA terá, obrigatoriamente, que recolher a garantia dentre as modalidades previstas no § 10, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO, no prazo máximo definido pela SEEL, ou seja, até o momento da primeira medição de serviços realizados, cuja análise e liberação para pagamento, pela SEEL, estará vinculada ao cumprimento desta obrigação.

09.02 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

09.02.01 - Prejuízos advindos do não cumprimento do OBJETO do CONTRATO.

09.02.02 - Prejuízos diretos, causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO.

09.02.03 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

09.02.04 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

- 09.03** - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 09.04** - No caso de garantia em dinheiro, o montante deverá ser depositado em favor da CONTRATANTE, com correção monetária, em agência e conta corrente em instituição financeira a ser indicada pela CONTRATADA :
- 09.04.01** - Para prestar a garantia em dinheiro por intermédio de um depósito na instituição bancária, tendo como favorecida CAUCIONADA a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL, a CONTRATADA deverá solicitar a abertura de uma Conta Depósito Caução, em que será denominada TITULAR E CAUCIONÁRIA.
- 09.04.02** - Para abertura da Conta Depósito Caução serão exigidos:
- 09.04.02.01** - CONTRATO SOCIAL, CARTÃO CNPJ e COMPROVANTE DE ENDEREÇO da TITULAR E CAUCIONÁRIA.
- 09.04.02.02** - Documento que exige a garantia, ou seja, o CONTRATO OU EDITAL, onde consta a comprovação da necessidade da garantia, com a identificação e o CNPJ da SEEL, beneficiária CAUCIONADA.
- 09.04.02.03** - O VALOR correspondente a 5% do valor do CONTRATO, montante a ser depositado.
- 09.04.02.04** - Se não for o responsável legal da CONTRATADA que efetuará o depósito, deverão também ser apresentados os seguintes documentos: a procuração da CONTRATADA para quem vai realizar o depósito, o documento de identidade e o comprovante de residência do Procurador responsável.
- 09.04.03** - A Instituição Financeira deverá emitir o comprovante do depósito, denominado “Recibo de Caução”, onde constam os dados da conta, os dados da caucionária, o valor caucionado, o histórico (dados do processo licitatório ou do contrato), os dados do favorecido (SEEL), as observações, as condições gerais e os termos para autorização, ciência e recibo de Levantamento da Caução, que será acompanhado do “Recibo de Depósito Caução” emitido no caixa do banco, além do Contrato de Abertura, Manutenção e Encerramento de Conta Caução.
- 09.05** - No caso de alteração do valor do CONTRATO, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 09.06** - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 09.07** - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3(três) meses após o término da vigência contratual.
- 09.08** - A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 09.09** - A garantia será levantada após 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, mediante comprovação de quitação para com o INSS, FGTS e ISSQN dos serviços contratados.
- 09.10** - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será devolvida a garantia.
- 09.11** - No caso das rescisões de que tratam os incisos I a XI do citado art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia será utilizada para o ressarcimento de eventuais prejuízos e multas aplicadas. A quantia restante, se existir, será devolvida à CONTRATADA, nos termos do art. 80, inc. III desta Lei de Licitações.
- 09.12** - Será considerada extinta a garantia:

09.12.01 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO.

09.12.02 - No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

10 - DA EXECUÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇOS

10.1 - Os serviços deverão ser prestados observando-se as condições estabelecidas no CONTRATO de prestação de serviços para a realização dos mesmos, e a CONTRATADA se obriga a executar os serviços atendendo às disposições e rotinas constantes neste Projeto Básico e as especificações e quantidades estipuladas no MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, nos PROJETOS, nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, nos DOCUMENTOS COMPLEMENTARES e no CADERNO DE ENCARGOS, documentos estes, todos anexados ao Edital de Licitação respectivo a este Projeto Básico.

10.2 - As eventuais divergências e/ou inconsistências entre esses documentos serão resolvidas pela Fiscalização.

10.3 - As etapas da construção deverão estar rigorosamente de acordo com os PROJETOS técnicos apresentados, e em conformidade com o CADERNO DE ENCARGOS - Edição 3, publicada pela AGETOP - Agência Goiana de Transportes e Obras (Atual GOINFRA - Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes), naquilo que for aplicável ao caso e atualizando-o com as normas vigentes, atendendo as orientações contidas nos seguintes capítulos:

10.3.1 - Capítulo I - PRELIMINARES.

10.3.2 - Capítulo II - MATERIAIS BÁSICOS.

10.3.3 - Capítulo III - PROJETOS.

10.3.4 - Capítulo IV - INSTALAÇÃO DA OBRA.

10.3.5 - Capítulo V - MOVIMENTO DE TERRAS.

10.3.6 - Capítulo VI - FUNDAÇÃO.

10.3.7 - Capítulo VII - ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO.

10.3.8 - Capítulo VIII - ESTRUTURA METÁLICA.

10.3.9 - Capítulo IX - ALVENARIA.

10.3.10 - Capítulo X - COBERTURA.

10.3.11 - Capítulo XI - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS.

10.3.12 - Capítulo XII - INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS.

10.3.13 - Capítulo XIII - IMPERMEABILIZAÇÃO E ISOLAMENTO TÉRMICO.

10.3.14 - Capítulo XIV - SERRALHERIA.

10.3.15 - Capítulo XV - REVESTIMENTO.

10.3.16 - Capítulo XVI - PAVIMENTAÇÃO.

10.3.17 - Capítulo XVII - CARPINTARIA E MARCENARIA.

10.3.18 - Capítulo XVIII - FORRO FALSO.

10.3.19 - Capítulo XIX - DIVISÓRIAS.

10.3.20 - Capítulo XX - FERRAGENS.

10.3.21 - Capítulo XXI - PINTURA.

10.3.22 - Capítulo XXII - VIDRAÇARIA.

10.3.23 - Capítulo XXIII - SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

10.3.24 - Capítulo XXIV - RECEBIMENTO DA OBRA.

10.4 - A CONTRATADA deverá atender todas as normas e leis específicas vigentes aplicáveis aos serviços contratados, tendo como referência e orientação os títulos a seguir relacionados, não se limitando a estes:

10.4.1 - Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes, relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto.

10.4.2 - Às normas técnicas atualizadas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), o que for aplicável, em especial: NBR 14037:2011 versão corrigida 2014/ABNT: Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos; NBR 5674:2012/ABNT: Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção; NBR 5410:2004 versão corrigida 2008/ABNT: Instalações elétricas de baixa tensão. NBR 14039:2005 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV; NTC 04:2008 - revisão 4/ENEL DISTRIBUIÇÃO GOIÁS - Fornecimento de energia elétrica em tensão secundária de distribuição; NTC 05:2019 - versão 3/ENEL DISTRIBUIÇÃO GOIÁS - Fornecimento de energia elétrica em tensão primária de distribuição - classe 15 kV e 36,2 kV; NBR 5419:2015/ABNT: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. NBR 16401:2008/ABNT: Parte 1 – Projetos das Instalações; Parte 2 – Parâmetros de conforto térmico; Parte 3 – Qualidade do ar interior; NBR ISO/CIE 8995-1:2013/ABNT: Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior; NBR 9050:2020/ABNT - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos de acessibilidade e NBR 15575:2013/ABNT - Norma de Desempenho.

10.4.3 - Às Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 06: Equipamento de Proteção Individual (EPI); NR 10: Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade; NR 18: Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção; NR 23: Proteção Contra Incêndios; N.º 35: Trabalho em Altura.

10.4.4 - À Resolução CONFEA N.º 1025/09: Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Acervo Técnico Profissional, de profissionais e empresas de engenharia.

10.4.5 - Aos regulamentos do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Goiás - Legislação Estadual, Instruções Técnicas e Portarias.

10.4.6 - Às demais normas técnicas específicas, se houver.

10.5 - A CONTRATADA deverá realizar o gerenciamento dos resíduos originários da contratação, contemplando todos os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, bem como as ações de proteção

ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores.

10.6 - A CONTRATADA deverá fornecer e utilizar, mobilizar e desmobilizar, toda a mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas, com a qualidade e quantidade necessárias à completa e perfeita realização dos trabalhos, para o perfeito cumprimento da execução do CONTRATO e realização do OBJETO contratado.

10.7 - Os serviços deverão ser realizados por pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução da obra, para que o Cronograma Físico-Financeiro proposto seja cumprido à risca.

10.8 - Previsibilidade de chuva: As paralisações que decorrem de período chuvoso são inevitáveis e conhecidas de antemão; tratam-se de eventos previsíveis, com relação aos quais tanto a SEEL quanto as contratadas têm amplo conhecimento. As paralisações da obra durante o período chuvoso não ensejarão qualquer direito à indenização, eis que o período chuvoso ordinário é um fato previsível no momento da formulação da proposta. Os custos de mobilização/desmobilização e outros custos decorrentes de paralisações em virtude do período chuvoso não podem ser imputados à SEEL e deverão ser arcados pela CONTRATADA, em razão de sua previsibilidade.

10.9 - Na Administração local da obra deverão estar incluídos e previstos nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, individualmente, sem estar limitada por esta relação:

10.9.1 - 1 (um) Engenheiro Civil Júnior Responsável Técnico (ART - CREA-GO), locado no canteiro de obras, durante o período de 100 horas/mês.

10.9.2 - 1 (um) Encarregado Geral de Obras, locado no canteiro de obras, diariamente, no período de 110 horas/mês, durante 4 meses.

10.10 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais treinados e qualificados, devidamente identificados e uniformizados. A CONTRATADA deverá atender o acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria.

10.11 - A CONTRATADA deverá fornecer todos os EPCs - Equipamentos de Proteção Coletiva e, individualmente, todos os EPIs - Equipamentos de Proteção Individuais, atendendo a legislação e as normas brasileiras específicas e aplicáveis em vigor. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com as respectivas certificações, quando for o caso, e dentro do prazo de validade do fabricante.

10.12 - A CONTRATADA deverá fornecer café da manhã e refeição para todos os trabalhadores da obra, durante todo o período previsto de execução do CONTRATO e prestação dos serviços, atendendo o acordo, convenção ou dissídio coletivo das categorias empregadas.

10.13 - O padrão de instalações provisórias será baseado na característica da obra e a CONTRATADA deverá atender às exigências das normas da ABNT - NBR 12.284 - Áreas de Vivência dos Canteiros de Obras, Norma Regulamentadora NR 18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, e demais normas vigentes pertinentes.

10.13.1 - A obra terá instalações provisórias previstas nas normas e as necessárias ao bom funcionamento das atividades e a realização do CONTRATO, e de acordo com o que for previsto nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, especialmente: tapumes com portaria, escritórios, sanitários, vestiários, refeitório com copa, almoxarifado e depósito, água, energia elétrica, bebedouro, entre outras.

10.13.1.1 - Poderão ser usados os ambientes existentes no local da obra para a implantação do canteiro de obras e de suas instalações, em conformidade com a autorização de uso definida pela Administração Municipal, que será informada pela SEEL, por escrito.

10.13.1.2 - Quando previsto no planejamento e no orçamento do canteiro de obras, preferencialmente, será considerada a instalação de um *container* para escritório, com isolamento térmico e sanitário exclusivo para as atividades de Engenharia e de Administração, que deverá ser utilizado, em conjunto, pela SEEL e pela CONTRATADA, a critério da Fiscalização.

10.13.2 - As instalações de área de vivência deverão atender, no que for cabível, ao disposto na NR-24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

10.13.3 - Não será permitida a instalação de alojamento no canteiro de obras. Quando o caso exigir a previsão de alojamento, desde que justificada pela CONTRATADA e autorizada pela SEEL, a sua instalação deverá ser realizada fora do canteiro de obras, em endereço e imóvel apropriados, contemplando as seguintes instalações:

10.13.3.1 - Cozinha, quando houver preparo de refeições.

10.13.3.2 - Local para refeições.

10.13.3.3 - Instalação Sanitária.

10.13.3.4 - Lavanderia, dotada de meios adequados para higienização e passagem das roupas.

10.13.3.5 - Área de lazer, para recreação dos trabalhadores alojados, podendo ser utilizado o local de refeições para este fim.

10.14 - A CONTRATADA deverá, em conformidade com a NR 18, fornecer água potável, filtrada e fresca para os trabalhadores no canteiro de obras, nas frentes de trabalho e nos alojamentos, por meio de bebedouro ou outro dispositivo equivalente, na proporção de 1 (uma) unidade para cada grupo de 25 (vinte e cinco) trabalhadores ou fração, sendo vedado o uso de copos coletivos.

10.14.1 - O fornecimento de água potável deve ser garantido de forma que, do posto de trabalho ao bebedouro ou ao dispositivo equivalente, não haja deslocamento superior a 100 m (cem metros) no plano horizontal e 15 m (quinze metros) no plano vertical.

10.14.2 - Na impossibilidade de instalação de bebedouro ou de dispositivo equivalente dentro dos limites referidos no subitem anterior, a CONTRATADA deverá garantir, nos postos de trabalho, suprimento de água potável, filtrada e fresca fornecida em recipientes portáteis herméticos.

10.15 - O custo e o pagamento referentes ao consumo de água e de energia elétrica durante a execução da obra serão responsabilidades da CONTRATADA, que deverá providenciar a ligação e todas as instalações necessárias para os fornecimentos provisórios para o canteiro da obra, e efetuar os pagamentos relativos aos consumos diretamente às Concessionárias.

10.16 - Durante o período de execução dos serviços poderão ser utilizadas as instalações de água e de energia elétrica que existem no local da obra, desde que autorizado por escrito, em conjunto, por Responsável da Administração Municipal das cidades supracitadas e pela Fiscalização. Neste caso, também as despesas geradas serão pagas pela CONTRATADA, que deverá providenciar os medidores certificados para a apuração do consumo, sem custo para a SEEL-GO ou para a Administração. Os valores MÁXIMOS que serão medidos e pagos à CONTRATADA no CONTRATO serão os valores previstos nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.

10.16.1 - Não havendo previsão nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS para o fornecimento de água e energia elétrica necessários à execução da obra, as Prefeituras dos respectivos municípios serão responsáveis pelo fornecimento necessário e seu respectivo custo, e neste caso, o fornecimento não será medido ou pago à CONTRATADA.

10.17 - A CONTRATADA fornecerá os pontos de abastecimento de água e de alimentação para distribuição de energia elétrica e iluminação distantes até 50 metros do consumo para as frentes dos serviços necessários à execução do CONTRATO.

10.18 - Caso não seja necessária a execução das instalações e/ou da ligação provisória, o serviço que for desnecessário não será medido e não será pago à CONTRATADA.

10.19 - O movimento de terra e a construção e compactação dos aterros (se necessários) deverão ser executados pelas Prefeituras dos respectivos municípios. Caberá à CONTRATADA verificar e receber todos os serviços executados pela Prefeitura Municipal antes de iniciar seus trabalhos, em especial, o material empregado, as condições de compactação dos aterros e de estabilidade do terreno da construção, compreendendo:

10.19.1 - Serão de responsabilidade da CONTRATADA a verificação dos níveis naturais e alinhamentos do terreno, para que a obra seja locada de acordo com os PROJETOS, antes do início da obra. As áreas externas, quando não perfeitamente caracterizadas em plantas, deverão estar regularizadas de forma a permitir sempre fácil acesso e perfeito escoamento das águas superficiais.

10.19.2 - As Prefeituras dos respectivos municípios executarão todo o movimento de terra, necessário e indispensável para o nivelamento do terreno nas cotas fixadas pelo PROJETO Arquitetônico, os cortes e a construção dos aterros compactados. Os trabalhos serão realizados com a mobilização dos recursos como equipamentos para corte, aterro e compactação, carga, descarga e espalhamento e seus respectivos operadores, combustível, etc., com coordenação técnica própria. Os serviços executados pelas Prefeituras deverão seguir o planejamento, a logística, os processos construtivos definidos e as especificações do PROJETO de Estrutura e as normas vigentes aplicáveis. Ficará à cargo do Responsável Técnico das Prefeituras, portanto, a coordenação geral das atividades e a responsabilidade técnica de todos os serviços, com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART CREA-GO.

10.19.3 - Os serviços realizados deverão ser recebidos pela CONTRATADA, que verificará a conformidade com o PROJETO de Estrutura e o atendimento às normas, norma ABNT NBR 11.682:2006 - Estabilidade de encostas, que prescreve as condições exigíveis no estudo e controle da estabilidade de encostas naturais e de taludes resultantes de cortes e aterros realizados em encostas, bem como as condições para projeto, execução, controle e observação de obras de estabilização, e demais normas técnicas aplicáveis. Antes de iniciar a execução dos serviços, OBJETO do CONTRATO, a CONTRATADA deverá verificar os serviços realizados e entregues pelas Prefeituras e, havendo eventual irregularidade na construção, inconformidade com o PROJETO ou com as normas técnicas vigentes, deverá apresentar parecer técnico com as respectivas justificativas e embasamento técnico para análise e encaminhamento da SEEL, que o enviará para o Responsável Técnico da respectiva Prefeitura para as providências pertinentes e correções necessárias, se for o caso.

10.19.3.1 - A CONTRATADA será a única responsável pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços realizados pelas Prefeituras de cada município. Não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento das informações e das condições de execução desses serviços, em razão da ausência da vistoria.

10.20 - Todo material inservível ou classificado como "reciclável" ou "entulho" oriundo das escavações (exceto o proveniente de corte de terraplenagem, que será transportado pelas Prefeituras), demolições, retiradas e limpezas necessárias, deverá ser devidamente acondicionado na obra e transportado para local indicado pela Administração Pública Municipal, em conformidade com a legislação vigente. A Prefeitura deverá promover a declaração e a destinação dos resíduos sólidos, e os serviços que forem executados pela Prefeitura não serão medidos ou pagos à CONTRATADA.

10.20.1 - Para o levantamento dos quantitativos, o volume de transporte à ser lançado nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS deve ser calculado considerando o empolamento dos materiais.

10.21 - Quando da conclusão da obra, a CONTRATADA deverá entregar a obra limpa e em perfeitas condições de uso.

10.22 - Os materiais e equipamentos empregados deverão ser armazenados em locais apropriados, em condições de segurança, cobertos ou não, de acordo com a sua natureza, ficando a sua guarda sob responsabilidade da CONTRATADA.

10.23 - A Fiscalização deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados e áreas de armazenagem de materiais, equipamentos e ferramentas para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, validades, quantidades, etc., procedendo a seu exclusivo critério.

10.24 - É vedada a utilização de materiais, equipamentos e ferramentas improvisados em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam.

- 10.25 - Os andaimes metálicos tipo torre, quando utilizados para a execução dos serviços, deverão estar convenientemente apoiados e ancorados durante sua utilização e atender rigorosamente às recomendações da Norma Regulamentadora NR 18.
- 10.26 - Sempre que houver necessidade de execução de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos não previstos, a CONTRATADA deverá comunicar e discutir PREVIAMENTE com a SEEL para a solução e definição necessárias.
- 10.27 - A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela Fiscalização, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência ou necessários ao andamento ou segurança dos demais serviços autorizados sem restrição de execução.
- 10.28 - Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade ou primeira linha, entendendo-se primeira qualidade ou primeira linha o nível de qualidade mais elevado da linha do material a ser utilizado, e todos os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios da boa técnica, e deverão atender às Normas Técnicas Brasileiras e às exigências da SEEL.
- 10.29 - A escolha dos materiais básicos (areia, brita, tijolos, etc.) deverá ser bastante criteriosa para não comprometer o andamento e qualidade dos serviços. Serão exigidos testes laboratoriais que comprovem a qualidade dos produtos.
- 10.30 - Caberá à Fiscalização a responsabilidade de analisar a qualidade dos materiais, decidindo sobre a necessidade de se efetuar, para comprovação da qualidade ou desempenho dos produtos e ou serviços, testes e/ou ensaios laboratoriais adicionais aos que estão previstos nas normas vigentes e nesta contratação, cuja realização constituirá responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.31 - A CONTRATADA deverá, caso haja solicitação da CONTRATANTE, submeter à apreciação da Fiscalização, amostras dos serviços ou dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados. As despesas decorrentes dessa verificação correção por conta da CONTRATADA.
- 10.31.1 - As amostras de materiais, depois de aprovadas pela Fiscalização, deverão ser cuidadosamente conservadas pela CONTRATADA no canteiro da obra ou no local dos serviços, até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.
- 10.32 - Sempre que houver qualquer dúvida na especificação dos serviços ou dos materiais, ou ainda, caso se pretenda fazer a opção pelo uso de **material equivalente ou alternativo**, com o objetivo de orientação ou aprovação para a substituição e para que a obra ou local dos serviços mantenha o mesmo padrão de qualidade em todos os níveis e etapas de execução dos trabalhos, a CONTRATADA deverá consultar o Gestor Fiscal do Contrato, que poderá solicitar o apoio necessário da Gerência de Infraestrutura Esportiva - GEINFRA para consulta em outras áreas da Administração e/ou para a resposta ao questionamento. A consulta deverá ser realizada pela CONTRATADA por escrito, conforme procedimentos definidos neste Projeto Básico.
- 10.33 - A aprovação do Gestor Fiscal do Contrato para serviços e/ou utilização de **materiais equivalentes ou alternativos** deverá ser feita por escrito. A aprovação desses materiais será feita mediante amostras apresentadas à Fiscalização pela CONTRATADA, antes da aquisição do material.
- 10.34 - Caso o material especificado tenha saído de linha, este deverá ser substituído pelo novo produto do mesmo fabricante de referência, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas neste Projeto Básico, e nas especificações do PROJETO e do MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES.
- 10.35 - Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um serviço ou material especificado por outro alternativo, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor Fiscal do Contrato, em tempo hábil e por escrito, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas e o orçamento comparativo, em conformidade com as especificações deste Projeto Básico e disposições do CONTRATO sobre a equivalência. A substituição do serviço ou do material especificado deverá estar em conformidade com as normas da ABNT e só poderá ser realizada quando autorizada pela Fiscalização, nos casos previstos no CONTRATO.

10.36 - A análise e a aprovação dos pedidos de substituição pela SEEL só serão efetuadas quando cumpridas as seguintes exigências:

10.36.1 - Declaração de que a substituição se fará sem ônus para a SEEL, no caso de materiais equivalentes.

10.36.2 - Apresentação das provas, pela CONTRATADA, da equivalência técnica do produto proposto como alternativa ao especificado, compreendendo como documento comprobatório fundamental o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo e aceito pela Fiscalização, ou outro documento à critério exclusivo da SEEL.

10.36.3 - Indicação da marca, nome de fabricante ou tipo comercial da alternativa, que se destinam a atender o tipo e o padrão de qualidade requeridos.

10.37 - MATERIAL, EQUIPAMENTO OU SERVIÇO EQUIVALENTE TECNICAMENTE É AQUELE QUE APRESENTA AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EXIGIDAS, OU SEJA, DE IGUAL VALOR, DESEMPENHAM IDÊNTICA FUNÇÃO E SE PRESTAM ÀS MESMAS CONDIÇÕES DO MATERIAL, EQUIPAMENTO OU SERVIÇO ESPECIFICADO.

10.38 - Quando não houver alternativa equivalente tecnicamente no mercado para o serviço especificado, após ser submetida para análise, a proposta da CONTRATADA para utilização de materiais e equipamentos não equivalentes poderá ser autorizada pela Fiscalização somente na condição de atender à exigência de apresentar eficiência e qualidade compatíveis ou superiores e revelar vantagem para a Administração, em conformidade ao Art. 4º, inciso III, do Decreto nº 44.786/2008, consonante ao princípio da economicidade e da eficiência.

10.39 - O material que, por qualquer motivo, for adquirido sem aprovação da Fiscalização ou que não corresponder à amostra previamente apresentada, deverá, no prazo máximo de 72 horas, ser retirado e substituído pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a SEEL.

10.40 - Outros casos não previstos serão resolvidos pela Fiscalização, após satisfeitas as exigências de apresentação dos motivos ponderáveis e aprovada a possibilidade de atendê-los.

"Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

11 - DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

11.01- Os quantitativos constantes do orçamento são estimados, sendo que, por motivo técnico devidamente justificado, poderão ser acrescidos ou suprimidos itens/serviços do objeto contratual, respeitando-se os limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93;

11.02- Se necessário à melhoria técnica da obra, para melhor adequação aos objetivos da Administração e desde que mantido intangível o objeto, em natureza e em dimensão, poderá ocorrer a execução de serviços imprevistos no orçamento, com variações para mais ou para menos, observados os limites do art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93;

11.03- A execução de serviços imprevistos, ou seja, a alteração qualitativa, que respeitará o limite de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, será medida e paga da seguinte maneira:

11.03.01- Serviços constantes do orçamento estimativo: pelo preço unitário da proposta da CONTRATADA;

11.03.02- Serviços não constantes do orçamento, mas que estejam presentes no universo de serviços discriminados pela Tabela de Preços da CONTRATANTE vigente na época da elaboração do orçamento, pelos valores nela encontrados, obedecendo-se, em todo caso, a proporção do deságio apurado entre a proposta de preços vencedora do certame e a tabela de preços da CONTRATANTE.

11.03.03- Serviços não constantes do orçamento e que não estejam presentes no universo de serviços discriminados pela Tabela de Preços supramencionada, mediante a composição de preços unitários, em nível de mercado, que deverá ser elaborada pelo Departamento de Fiscalização da CONTRATANTE.

11.04- O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.04.01- unilateralmente pela Administração:

11.04.01.01- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

11.04.01.02- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites legalmente permitidos;

11.04.02- por acordo das partes:

11.04.02.01- quando conveniente a substituição da garantia de execução;

11.04.02.02- quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

11.04.02.03- quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente execução de obra;

11.04.02.04- para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, observado o disposto no art. 42 da Lei Estadual nº 17.928/12.

11.05- Para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

12 - DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 - A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços somente após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO que autorizará o início dos mesmos, a ser emitida pela SEEL após a assinatura e publicação do CONTRATO. A mobilização da CONTRATADA e o início dos serviços deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO.

12.2 - A CONTRATADA deverá comunicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite iniciar os serviços conforme o estabelecido neste Projeto Básico.

12.3 - Os serviços deverão ser realizados observando-se as condições estabelecidas no CONTRATO de prestação de serviços para a realização dos mesmos e a CONTRATADA se obriga a executar os serviços atendendo os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA de obra, anexo ao respectivo Edital.

12.4 - O prazo para a execução dos serviços é de acordo com o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, previsto nos orçamentos do lote I, II e III (ANEXO III site da SEEL) , contados a partir da data de assinatura da ORDEM DE SERVIÇO. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do CONTRATO e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8666/93.

12.5 - O prazo de vigência do CONTRATO é descrito no contrato de repasse de cada município.

13 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE RECEBIMENTO DA OBRA

13.1 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1.1 - Para efeito de aceitação, os serviços deverão ser realizados rigorosamente em conformidade com as especificações deste Projeto Básico, do MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, dos PROJETOS, e de acordo com as disposições do CONTRATO.

13.1.2 - A efetiva entrega dos serviços ficará condicionada à aceitação por parte do Gestor do Contrato ou do Gestor do Contrato Auxiliar, designado(a) por Portaria ou ato equivalente do Secretário de Estado de Esporte e Lazer para receber, conferir e aceitar os serviços/obra - OBJETO do CONTRATO.

13.1.3 - A conformidade dos serviços e dos materiais e equipamentos à serem utilizados, e das técnicas empregadas na execução dos serviços, que atenderão aos requisitos da contratação, deverá ser verificada à partir de documentos recebidos da CONTRATADA que contenham a relação detalhada dos mesmos, com a informação das respectivas quantidades, especificações e orientações técnicas.

13.1.4 - Deverão ser realizados, pela CONTRATADA, todos os testes previstos nas normas vigentes e todos os testes necessários, em conformidade com a boa prática da engenharia, com registro formal através de relatórios técnicos elaborados para o recebimento dos serviços contratados, que serão submetidos à Fiscalização.

13.1.4.1 - Os testes deverão ser agendados previamente, e a CONTRATADA informará a programação ao Gestor Fiscal do Contrato, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para que os testes possam ser realizados com o acompanhamento da Fiscalização e não prejudiquem a realização do CRONOGRAMA da obra. A Fiscalização definirá se o acompanhamento será presencial ou por outro meio ou procedimento.

13.1.5 - O recebimento dos serviços também ficará sujeito, quando cabível, à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

13.1.6 - A SEEL reserva-se o direito de solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto ou equipamento cujo uso considere prejudicial ou que não atende às necessidades do CONTRATO.

13.2 - FORMA DE RECEBIMENTO DA OBRA

13.2.1 - Os procedimentos de entrega e recebimento dos serviços serão realizados conforme definido no Capítulo XXIV do CADERNO DE ENCARGOS, e de acordo com as disposições da Lei de Licitações - Lei Federal Nº 8.666/93.

13.2.2 - Após a conclusão dos serviços, ou seja, quando as obras e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos, de perfeito acordo com o CONTRATO, a CONTRATADA, mediante requerimento à autoridade competente da SEEL, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

13.2.3 - A SEEL realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes ou do Gestor do Contrato, com a finalidade de verificar a sua adequação, além de constatar e relacionar as eventuais não-conformidades existentes.

13.2.3.1 - A inspeção minuciosa à ser realizada pela SEEL-GO deverá ser acompanhada pela CONTRATADA, que deverá ser representada por seu Responsável e/ou Preposto e, necessariamente, deverá incluir a presença do Engenheiro Responsável Técnico (CREA-GO) e dos profissionais encarregados pelos serviços, ou por equipe definida por critério exclusivo da Fiscalização.

13.2.4 - Os serviços concluídos poderão ser recebidos, PROVISORIAMENTE, após a inspeção minuciosa, e o Gestor do Contrato responsável por seu acompanhamento e fiscalização formalizará o recebimento provisório mediante termo circunstanciado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

13.2.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico, e as não conformidades deverão ser corrigidas às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação.

13.2.6 - O termo circunstanciado descrito no item 7.2.4 deverá:

13.2.6.1 - Quando os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.

13.2.6.2 - Quando os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADES com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazo para correção, que não poderá ser superior a 90 dias.

13.2.7 - A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o OBJETO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

13.2.8 - Se houver alguma pendência a ser realizada pela CONTRATADA, cuja execução não ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório, será necessária a justificativa por parte da CONTRATADA para evitar a execução imediata da pendência, e, à critério exclusivo da Fiscalização, após análise e aprovação da justificativa apresentada, poderá ser estabelecido um novo prazo para conclusão dos serviços.

13.2.9 - Para o recebimento definitivo, a autoridade competente da SEEL designará servidor ou comissão com no mínimo 03 (três) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO que comprove a adequação do OBJETO aos termos contratuais.

13.2.10 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO das obras e serviços contratados será lavrado 30 (trinta) dias após o Recebimento Provisório referido no item 7.2.4 e assinado pelas partes, se tiverem sido satisfeitas as seguintes condições:

13.2.10.1 - Atendidas todas as reclamações da Fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições, que venham a ser verificadas em quaisquer elementos das obras e serviços executados.

13.2.10.2 - Atendidas as demais disposições do CONTRATO.

13.2.11 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá conter relatório circunstanciado elaborado pelo Gestor do Contrato e/ou por Autoridade superior da SEEL-GO, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do CONTRATO e demais documentos que se fizerem necessários.

13.2.12 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, e não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias e das responsabilidades assumidas em CONTRATO e por força das disposições da lei que institui o código civil, Lei Federal Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e demais leis aplicáveis em vigência; dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13.2.13 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO conterà formal declaração de que o prazo mencionado no artigo 1245 do Código Civil será contado, em qualquer hipótese, a partir da data de assinatura do mesmo, ou seja, fica entendida e acordada, a partir deste momento da assinatura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a responsabilidade da CONTRATADA pelos serviços/obra - OBJETO do CONTRATO.

13.2.14 - O Gestor do Contrato, após emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços prestados, comunicará à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado pela Fiscalização, com base na medição realizada e ratificada.

14 - DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 - A CONTRATADA terá, obrigatoriamente, que recolher a garantia dentre as modalidades previstas no § 10, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor do CONTRATO, no prazo máximo definido pela SEEL, cuja análise e liberação para pagamento, pela SEEL, estará vinculada ao cumprimento desta obrigação.

14.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do OBJETO do CONTRATO.

14.2.2 - Prejuízos diretos, causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO.

14.2.3 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

14.2.4 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

14.3 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.4 - No caso de garantia em dinheiro, o montante deverá ser depositado em favor da CONTRATANTE, com correção monetária, em agência e conta corrente específica;

14.4.1 - Para prestar a garantia em dinheiro por intermédio de um depósito na instituição bancária, tendo como favorecida CAUCIONADA a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL, a CONTRATADA deverá solicitar a abertura de uma Conta Depósito Caução, em que será denominada TITULAR E CAUCIONÁRIA.

14.4.2 - Para abertura da Conta Depósito Caução serão exigidos pela CEF:

14.4.2.1 - CONTRATO SOCIAL, CARTÃO CNPJ e COMPROVANTE DE ENDEREÇO da TITULAR E CAUCIONÁRIA.

14.4.2.2 - Documento que exige a garantia, ou seja, o CONTRATO OU EDITAL, onde consta a comprovação da necessidade da garantia, com a identificação e o CNPJ da SEEL, beneficiária CAUCIONADA.

14.4.2.3 - O VALOR correspondente a 5% do valor do CONTRATO, montante a ser depositado.

14.4.2.4 - Se não for o responsável legal da CONTRATADA que efetuará o depósito, deverão também ser apresentados os seguintes documentos: a procuração da CONTRATADA para quem vai realizar o depósito, o documento de identidade e o comprovante de residência do Procurador responsável.

14.4.3 - A CEF emitirá o comprovante do depósito, denominado “Recibo de Caução”, onde constam os dados da conta, os dados da caucionária, o valor caucionado, o histórico (dados do processo licitatório ou do contrato), os dados do favorecido (SEEL), as observações, as condições gerais e os termos para autorização, ciência e recibo de Levantamento da Caução, que será acompanhado do “Recibo de Depósito Caução” emitido no caixa do banco, além do Contrato de Abertura, Manutenção e Encerramento de Conta Caução.

14.5 - No caso de alteração do valor do CONTRATO, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.6 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.7 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3(três) meses após o término da vigência contratual.

14.8 - A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.9 - A garantia será levantada após 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, mediante comprovação de quitação para com o INSS, FGTS e ISSQN dos serviços contratados.

14.10 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será devolvida a garantia.

14.11 - No caso das rescisões de que tratam os incisos I a XI do citado art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia será utilizada para o ressarcimento de eventuais prejuízos e multas aplicadas. A quantia restante, se existir, será devolvida à CONTRATADA, nos termos do art. 80, inc. III desta Lei de Licitações.

14.12 - Será considerada extinta a garantia:

14.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO.

14.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

15 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA, E DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

15.1 - A fase de habilitação visa aferir se o licitante preenche os requisitos e as qualificações para a adequada execução do OBJETO licitado, tendo, por fim, garantir o adimplemento das obrigações firmadas no CONTRATO. Relativamente à fase de habilitação das proponentes, a documentação necessária está relacionada na Lei nº 8666/93. Assim, a Lei federal de Licitações, nos artigos 27 a 31, estabelece que para a habilitação nas licitações exige-se dos interessados, exclusivamente, a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

15.2 - Poderão participar do presente processo de contratação quaisquer empresas interessadas cujo ramo de atividade **garde** pertinência e compatibilidade com o objeto pretendido, desde que regularizadas e aptas tecnicamente para atuar na atividade, ou seja, com competência técnica e habilitação legal.

15.3 - A participação no processo licitatório fica, portanto, condicionada a apresentação do registro ou inscrição da empresa proponente no órgão responsável pela fiscalização do exercício e atividade profissional (CREA).

15.4 - A proponente deve apresentar documentos que comprovem que suas qualificações técnicas operacionais estão compatíveis com a obra OBJETO do processo de licitação, mediante a demonstração de sua experiência anterior na execução de objetos similares ou equivalentes e condizente com a comprovação necessária e suficiente que uma empresa necessita apresentar para execução do objeto licitado. A exigência deve permanecer no patamar da razoabilidade e guardando relação com a dimensão e complexidade da obra a ser realizada, relevância e valor do objeto licitado, para não infringir o disposto no art. 3º, parágrafo 1º, da lei nº 8.666/93.

15.5 - A habilitação para qualificação operacional deve se deter à exigência das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto, de forma cumulativa, conforme determina a Súmula do TCU nº 263/2011, e conforme Quadro 9.5-1 abaixo:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”;

Quadro 15.5-1 - A Parcela de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto para comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante, encontra-se em maior nível de detalhamento conforme o quadro abaixo:

| SERVIÇO | UNID. | QUANTIDADE ORÇADA POR CAMPO | QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA |
|-------------------------------|----------------|-----------------------------|---------------------------|
| INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA | m ² | 882,00 | 150,00 |

15.5.1 - Fundamentação Técnica:

Foram considerados como “parcela de maior relevância técnica” o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do OBJETO licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

Em suma, restaram caracterizados, como sendo parcela de maior relevância os serviços acima identificados, Quadro 9.5-1, os de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importa em riscos mais elevados para a Administração e para o Estado.

15.6 - A proponente deverá comprovar experiência anterior relativa à execução de quantidades mínimas e prazos máximos:

“A capacidade técnico-operacional das licitantes não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal deverão estar tecnicamente explicitadas, previamente à licitação ou no edital e seus anexos” (Jurisprudência do TCU - Acórdãos 1.993/2007; 329/2010; 1.390/2010; 1.695/2011 e 1.469/2012, todos do Plenário).

15.6.1 - O artigo 49 dessa resolução estabelece que a Certidão de Acervo Técnico (CAT) é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

Assim,

Considera-se, ainda, os seguintes documentos para comprovação de que o licitante possui profissional de nível superior, em seu quadro permanente, com capacitação técnico-profissional (Conforme jurisprudência do TCU – Acórdãos 2.297/2005, 291/2007, 141/2008, 498/2013, 1.842/2013 e 1.447/2015, todos do Plenário):

15.6.1.1 - Carteira de Trabalho (CTPS).

15.6.1.2 - Contrato Social da empresa, no caso de sócio.

15.6.1.3 - Ata Constitutiva da Diretoria, no caso de Sociedades Anônimas.

15.6.1.4 - Contrato de Prestação de Serviço, regido pela legislação comum.

15.6.1.5 - Declaração simples de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste.

15.7 - A licitante deverá atender às exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada às exigências de propriedade e de localização prévia (§ 6º, art. 30, Lei nº 8.666/1993).

15.8 - A execução da obra ou serviço de engenharia deverá ser realizada pelo profissional que disponibilizou os atestados para fins da capacidade técnico-profissional no ato licitatório. Caso seja necessária a substituição, o novo profissional deverá apresentar habilitação equivalente ou superior ao profissional substituído e ser aprovado pela SEEL, conforme preceituam o § 10, do art. 30, e o inc. XIII, do art. 55, da lei em questão.

15.9 - As empresas participantes deverão fornecer todas as informações relativas ao serviço oferecido, como, por exemplo, manuais técnicos de funcionamento e operacionais, características especiais da prestação do serviço, etc., ainda que não tenha sido discriminado ou definido neste Projeto Básico.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

Quanto à execução do CONTRATO e do OBJETO:

16.1 - Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.2 - Não caucionar ou utilizar o CONTRATO para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da SEEL, sob pena de rescisão contratual e das demais penalidades aplicáveis previstas na lei de licitações.

16.3 - Executar diretamente o CONTRATO, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações e responsabilidades assumidas no CONTRATO. Não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste Projeto Básico ou no CONTRATO.

16.4 - Manter sigilo, não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, quaisquer informações de interesse restrito ou sigilosas da SEEL ou de TERCEIROS de que tomar ciência em razão da execução do CONTRATO, exceto com o consentimento, por escrito, da SEEL, devendo ainda orientar seus empregados nesse sentido.

16.5 - Assumir todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

16.6 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e de preços de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos ou do atendimento à legislação em vigor, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, refeição, funcionários, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório.

16.7 - Executar os serviços arcando com os custos dos mesmos até que sejam efetuados os pagamentos das faturas correspondentes às medições dos serviços efetivamente realizados aprovadas pela SEEL.

16.8 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da SEEL na gestão e no acompanhamento da execução do CONTRATO, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas condizentes com o objeto contratado.

16.9 - Cumprir as normas, regulamentos e procedimentos internos da SEEL quando aplicável ou pertinente ao CONTRATO e às rotinas da Gestão e Fiscalização realizadas pela SEEL. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da SEEL, inclusive quanto ao cumprimento das normas, regulamentos e procedimentos, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo CONTRATO.

16.10 - Manter preposto, com competência técnica e jurídica, aceito pela SEEL, no local da obra ou serviço, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e representá-la na execução do CONTRATO.

16.11 - Manter Engenheiro Civil (Responsável Técnico - ART CREA), aceito pela SEEL e indicado em sua documentação, no local dos serviços, para acompanhar e coordenar a execução dos serviços durante todo o período de execução do CONTRATO.

16.12 - Disponibilizar ao Gestor Fiscal do Contrato, nomes, número dos telefones - móveis e fixos e endereços físicos e eletrônicos - e-mails, dos representantes/prepostos da CONTRATADA, que possibilitem contato imediato e de forma permanente para os atendimentos de rotina e relativos a eventuais emergências, mantendo-os atualizados.

16.13 - Promover a organização administrativa e técnica dos serviços, de modo a conduzi-los com eficácia, eficiência e efetividade, no prazo determinado. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.14 - Implantar de forma adequada o PLANO DE OBRA, de acordo com as orientações deste Projeto Básico, executando-o corretamente, de forma meticulosa e supervisionando os serviços necessários à realização do CONTRATO de forma a realizar o OBJETO em conformidade com as exigências da SEEL:

16.14.1 - As atividades que a CONTRATADA realizará deverão ser planejadas previamente e registradas pela CONTRATADA em um PLANO DE OBRA, o qual deverá conter a planificação, com o registro de todas as tarefas, quantidades de funcionários, logística, processos de execução e supervisão permanente dos serviços, mapeamento de riscos e ações de contingência, de forma a obter uma operação efetiva, realizar os serviços de forma meticulosa e constante e tornar mais fácil o treinamento e a realização das tarefas dos funcionários.

16.14.2 - Os processos de execução definidos no PLANO DE OBRA deverão ser realizados para garantir o perfeito atendimento às especificações deste Projeto Básico E DOS PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS E ESPECIFICAÇÕES, a fim de atender plenamente todas as exigências da SEEL.

16.14.3 - O PLANO DE OBRA deverá conter também o CRONOGRAMA físico-financeiro, detalhando as atividades e alocando todos os recursos, distribuindo as atividades no tempo, com previsão financeira e da estratégia de suprimentos (Plano de Compras, quinzenal).

16.14.4 - O PLANO DE OBRA deverá ser apresentado pela CONTRATADA em até 10 dias à contar da data da emissão da OS, para validação e aprovação do Gestor Fiscal do Contrato.

16.15 - Executar os serviços obedecendo às determinações do CONTRATO e com rigorosa observância dos PROJETOS e dos requisitos da contratação, bem como com estrita obediência às prescrições e exigências das especificações e de todos os documentos integrantes do CONTRATO e do Edital de Licitação, e aos parâmetros de qualidade da SEEL, de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, seguindo as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

16.16 - Seguir os elementos necessários à perfeita execução do OBJETO deste instrumento, todos constantes neste Projeto Básico, no MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, nos PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS e todos os documentos que façam parte do respectivo Edital.

16.17 - A CONTRATADA deverá fornecer todos os documentos e informações relativas aos serviços prestados, como por exemplo, relatórios de obra, manuais técnicos de funcionamento e operacionais, características especiais da prestação do serviço, etc., ainda que não tenham sido especificados ou solicitados neste Projeto Básico.

16.18 - Elaborar e entregar ao Gestor Fiscal do Contrato, mensalmente, por ocasião da medição, em arquivo eletrônico, RELATÓRIO FOTOGRÁFICO TÉCNICO DE SERVIÇOS REALIZADOS, com o registro de todas as atividades realizadas na obra no mês anterior, sob pena de não atesto da fatura, conforme previsto no procedimento descrito neste Projeto Básico.

16.19 - Quando houver previsão nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ou necessidade por demanda futura, fornecer, instalar e manter a placa de publicidade da obra, a placa do CREA-GO e a placa de inauguração em conformidade com os modelos e sistemas adotados pela SEEL e as orientações do Governo de Goiás. As placas deverão ser afixadas em local visível e apropriado, e permanecer enquanto durar a execução dos serviços. Para garantir a aplicação correta da marca, deverão seguir o conjunto de regras e recomendações do Manual de Identidade Visual do Governo do Estado de Goiás, páginas 4, 5 e 8, site da SEEL e as especificações do Manual de Normas Gráficas do Governo de Goiás, constantes no site da SEEL, solicitar ao Gestor Fiscal do Contrato maiores detalhes ou esclarecimentos sempre que houver dúvidas ou conflito de informações de especificação:

16.20 - Placa de Obra do CREA-GO, conforme padrão GOINFRA:

16.20.1 - Deverá ser instalada no início da execução dos serviços, na implantação do canteiro de obras, junto ao tapume ou em local a ser definido pela Fiscalização, e permanecer sob os cuidados da CONTRATADA, que deverá mantê-la em ótimo estado de conservação, visível e legível ao público enquanto durar a atividade técnica correspondente e durante todo o tempo de execução do CONTRATO ou dos serviços.

16.20.2 - A placa deverá conter os seguintes dados:

16.20.2.1.1 - Nome do(s) autor(es) e/ou coautor(es) do(s) projeto(s) e do(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra, instalação ou serviço, de acordo com o(s) seu(s) registro(s) ou "visto(s)" no CREA-GO:

16.20.2.1.2 - Título, número da carteira e/ou do(s) "visto(s)" do(s) profissional(ais) no CREA-GO.

16.20.2.1.3 - Atividade(s) técnica(s) específica(s) pela(s) qual(ais) o profissional(ais) é(são) responsável(is).

16.20.2.1.4 - Nome da empresa executora da obra, instalação ou serviço, CONTRATADA, com a indicação do respectivo número do registro ou "visto" no CREA-GO.

16.20.2.3 - Será fabricada **em chapa galvanizada**, com as dimensões mínimas: 3 m de largura x 2 m de altura, pintada e instalada em vigotas de madeira que terão a seção transversal medindo aproximadamente 6 cm x 12 cm, e será fixada a 2,20 m de altura, medida a partir do nível do piso ou da calçada até a borda inferior da placa, conforme padrão SEEL (adaptado do padrão GOINFRA).

16.20.2.4 - Deverão ser atendidas ainda as dimensões e as demais indicações para a placa reguladas pelas posturas do município, se as houver.

16.21 - Responder e arcar com a responsabilidade civil ou criminal por todos e quaisquer danos materiais e morais, a qualquer título ou tempo, em virtude da execução do objeto contratado, causados à UNIÃO, à CONTRATANTE, ou à TERCEIROS, inclusive às concessionárias de serviços públicos, por dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) pela ação ou omissão de seus prepostos, empregados, trabalhadores ou representantes, inclusive pelos furtos e roubos que, porventura, venham a ocorrer no local dos serviços, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, ou em prazo menor, se for necessário para não comprometer o CRONOGRAMA dos serviços contratados ou a execução do CONTRATO. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a SEEL reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o CONTRATO, de pleno direito.

16.22 - Realizar as comunicações com a SEEL sempre por escrito, por meio físico ou eletrônico (e-mail), os quais servirão como prova para todos os efeitos legais.

16.23 - Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços ou da execução do CONTRATO. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, ao Gestor Fiscal do Contrato, bem como ao preposto da CONTRATADA, qualquer anormalidade, falha ou fato relevante verificados na execução do CONTRATO, inclusive de ordem funcional, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao seu esclarecimento, para que sejam analisados, alterados, suprimidos ou corrigidos, se for o caso, e adotadas as providências de regularização necessárias pelo responsável.

16.24 - Paralisar, inclusive por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica da engenharia ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens da Administração ou de terceiros.

16.25 - Reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela SEEL, os serviços executados ou objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei nº 8.666/93. Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução do CONTRATO, verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal Nº 8.078/90.

Quanto à vigilância do local dos serviços, controle de entrada, permanência e saída de pessoas, materiais e equipamentos, são responsabilidades da CONTRATADA, durante todo o período de execução dos serviços, disponibilizando equipe própria:

16.26 - Manter constante e permanente vigilância sobre a edificação e os serviços executados, bem como promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante todo o período de execução do CONTRATO até o Termo de Recebimento Definitivo, cabendo-lhe todas as responsabilidades por qualquer perda ou dano que venham a sofrer os mesmos. Em caso de paralisação determinada pela CONTRATANTE ou por força maior, buscar entendimento PRÉVIO com a SEEL para possível aditamento do serviço de vigilância.

16.27 - Fiscalizar e controlar a entrada e saída de pessoas nos locais de prestação dos serviços, exigindo a apresentação de identificação, e manter constante verificação da movimentação, entrada e saída nos diversos setores da obra.

16.28 - Manter a sua Vigilância atenta a fim de possibilitar o máximo de segurança possível contra roubo/furto e sabotagens em materiais, equipamentos e outros. Havendo a necessidade de permanência para realização de trabalho fora do horário normal de expediente da obra, o encarregado pela vigilância que acompanhará os trabalhos deverá verificar com o responsável da CONTRATADA se há autorização de permanência no local naquele horário, conferindo as listagens de pessoas que possuem esta autorização fornecidas pela SEEL e/ou pela CONTRATADA, e caso a pessoa não esteja incluída na respectiva listagem, solicitar a autorização devida.

16.29 - Fiscalizar a entrada e saída de veículos no local de prestação do serviço, identificando o motorista e anotando a placa, inclusive dos funcionários da Administração autorizados ou pessoas indicadas pela SEEL a estacionarem nas áreas que lhe são disponibilizadas, cuidando para que os portões de acesso ao

local dos serviços permaneçam sempre fechados.

16.30 - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário normal de expediente, permitindo apenas quando, por escrito, devidamente autorizado o ingresso pelo responsável da CONTRATADA ou pela SEEL, anotando em documento próprio (LIVRO DE OCORRÊNCIAS ou DIÁRIO DE OBRA) nome, identidade, horário de entrada e saída, retendo a autorização feita por escrito, que deverá especificar os locais de acesso permitidos, as tarefas a serem cumpridas e o período de execução das tarefas.

16.31 - Receber, orientar e encaminhar o público, trabalhadores e visitantes de maneira polida e educada, informando-os e orientando-os sempre que solicitado.

16.32 - Não permitir a entrada de pessoas que apresentem sinais de embriaguez, como também pessoas suspeitas de estarem drogadas ou narcotizadas.

16.33 - Propiciar aos Idosos, Gestantes, Lactantes ou Pessoas com Deficiências (PCD) e necessidades especiais, preferência de trânsito e acesso aos setores da obra, procurando ajudá-lo(s), inclusive, no embarque e desembarque em local próprio e reservado para os mesmos. Ainda, atender às condições de acessibilidade previstas na norma ABNT NBR 9050:2020.

16.34 - Controlar e fiscalizar com rigor a entrada e saída de materiais e equipamentos da obra.

16.35 - Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização expressa da SEEL.

16.36 - Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos, nocivos à saúde ou que ofereçam riscos de acidente, sem antes submetê-los aos procedimentos adequados de armazenamento e utilização, conforme planejamento prévio específico, para garantia da segurança no local da obra e de todos os trabalhadores, e atendimento às normas vigentes.

Quanto a Segurança do Trabalho:

16.37 - Cumprir as leis e todos os procedimentos previstos nas normas vigentes para garantir a segurança de todos os trabalhadores e do público visitante na obra.

16.38 - Responsabilizar-se pela segurança e manutenção da ordem nos locais de serviço.

16.39 - Manter afixado, em local visível, o número de telefone da Delegacia da Polícia da Circunscrição, do Corpo de Bombeiros, do Quartel da Polícia Militar da Região, do atendimento médico socorrista de emergência, dos responsáveis pela administração e outros de interesse indicados para melhor desempenho das atividades.

16.40 - Instruir e treinar os seus empregados quanto à prevenção e combate a incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

16.41 - Cumprir e responder às determinações da Lei Federal nº 6.514 de 22 de dezembro de 1997 e da Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho.

16.42 - Cumprir rigorosamente as diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, estabelecidas na nova redação da Norma Regulamentadora Nº 18 (NR-18) – Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria SEPRT Nº 3.733 e publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de fevereiro de 2020.

16.43 - Observar com rigor a aplicação da Norma NR-18 às atividades da indústria da construção constantes da seção “F” do Código Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e às atividades e serviços de demolição, reparo, pintura, limpeza e manutenção de edifícios em geral e de manutenção de obras de urbanização. A organização da obra, responsabilidade da CONTRATADA, deverá:

16.43.1 - Vedar o ingresso ou a permanência de trabalhadores no canteiro de obras ou no local dos serviços sem que estejam resguardados pelas medidas previstas na NR-18.

16.43.2 - Fazer a Comunicação Prévia de Obras em sistema informatizado da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, antes do início das atividades, de acordo com a legislação vigente.

16.44 - Manter na obra, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho, em atendimento à Norma Regulamentadora nº 4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO (NR-4).

16.45 - Elaborar e implementar, conforme previsto na NR-18, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) no canteiro de obras ou locais de execução dos serviços, contemplando os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção. A nova redação da NR-18 exclui o PCMAT (que estabelece procedimentos de ordem administrativa, de planejamento e de organização com a finalidade de estabelecer controle e levar à prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais) e o PPRA (que visa à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, de acordo com a Norma Regulamentadora 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (NR-9)), criando o PGR, cuja estrutura é praticamente a mesma do PCMAT e do PPRA, mas exige a aplicação da NR 01. O PGR deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho. Em canteiros de obras com até 7 m (sete metros) de altura e com, no máximo, 10 (dez) trabalhadores, o PGR pode ser elaborado por profissional qualificado em segurança do trabalho. A implementação será sob responsabilidade da CONTRATADA.

16.45.1 - O PGR deverá estar atualizado de acordo com a etapa em que se encontra o canteiro de obras ou locais de execução dos serviços, considerando todas as frentes de trabalho e, além de contemplar as exigências previstas na NR-01, deverá conter os seguintes documentos, quando aplicável:

16.45.1.1 - Projeto da área de vivência do canteiro de obras e de eventual frente de trabalho, em conformidade com o item 18.5 da NR-18, elaborado por profissional legalmente habilitado.

16.45.1.2 - Projeto elétrico das instalações temporárias, elaborado por profissional legalmente habilitado.

16.45.1.3 - Projetos dos sistemas de proteção coletiva elaborados por profissional legalmente habilitado.

16.45.1.4 - Projetos dos Sistemas de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), quando aplicável, elaborados por profissional legalmente habilitado.

16.45.1.5 - Relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e suas respectivas especificações técnicas, de acordo com os riscos ocupacionais existentes.

16.45.2 - As empresas subcontratadas autorizadas a prestar serviços na execução do CONTRATO deverão fornecer a CONTRATADA o inventário de riscos ocupacionais específicos de suas atividades, o qual deverá ser contemplado no PGR.

16.46 - São facultadas às empresas construtoras, regularmente registradas no Sistema CONFEA/CREA, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho, mediante cumprimento dos requisitos previstos nos subitens 18.4.6.1 a 18.4.6.3 da NR-18 que se relacionam com esta permissão, a adoção de soluções alternativas às medidas de proteção coletiva previstas na NR-18, a adoção de técnicas de trabalho e o uso de equipamentos, tecnologias e outros dispositivos que:

16.46.1 - Propiciem avanço tecnológico em segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

16.46.2 - Objetivem a implementação de medidas de controle e de sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

16.46.3 - Garantam a realização das tarefas e atividades de modo seguro e saudável.

16.47 - Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA os custos referentes à adoção - à seu critério e em conformidade com a NR-18 - das medidas alternativas às medidas de proteção coletivas previstas na norma e à adoção de técnicas de trabalho e ao uso de equipamentos, tecnologias e outros dispositivos.

16.48 - A CONTRATADA deverá informar os riscos existentes nos locais de trabalho onde os serviços serão realizados para a execução do CONTRATO, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores, conforme estabelecem os requisitos e diretrizes da Norma Regulamentadora N° 7 (NR-7) - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

16.49 - Responsabilizar-se por toda e qualquer providência relacionada à segurança do trabalho de seus empregados, inclusive quanto à exigência do fornecimento e obrigação do uso dos equipamentos de proteção individuais, acompanhando e fiscalizando continuamente o uso dos equipamentos em atendimento às normas vigentes, às orientações do Ministério do Trabalho e do Sindicato de Classe dos Trabalhadores.

16.50 - Realizar todas as providências necessárias para o atendimento e socorro, por meio de seus prepostos, supervisores e encarregados, e assumir as responsabilidades e obrigações estabelecidas na legislação específica relativa aos acidentes de trabalho, quando forem vítimas de acidente de trabalho ou mal súbito os trabalhadores empregados no desempenho do serviço ou em conexão com o trabalho realizado.

16.51 - Comunicar ao Gestor Fiscal do Contrato ou, na sua ausência, à GEINFRA - Gerência de Infraestrutura Esportiva da SEEL, de forma detalhada, no menor prazo possível e imediatamente após o fato ocorrido, toda e qualquer ocorrência de acidentes no curso da execução do CONTRATO.

16.52 - Executar e manter constante a organização e a limpeza do canteiro de serviços, especialmente após o término de cada trabalho ou atividade.

16.53 - Manter nas dependências da Administração do canteiro de obras uma caixa ou mochila contendo materiais necessários de primeiros socorros para eventuais emergências, tais como: tesoura sem ponta, termômetro, curativos, ataduras de crepom, pacotes de gaze, esparadrapos, algodão, álcool a 70%, medicamentos como analgésicos e antitérmicos, etc.

Quanto a mão de obra empregada:

16.54 - Executar os serviços conforme estabelecem as especificações deste Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários e, somente os necessários, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, para atendimento pleno ao objeto do CONTRATO e à qualidade de sua execução, atendendo a legislação trabalhista em vigor.

16.55 - Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados, seguindo rigorosamente o que estabelece a legislação atual e o disposto no respectivo acordo, convenção e dissídio coletivo da categoria dos trabalhadores.

16.56 - Informar e encaminhar ao Gestor Fiscal do Contrato o acordo coletivo celebrado no sindicato dos empregados, tão logo seja definido.

- 16.57 - Utilizar e manter os empregados habilitados e treinados, com pleno conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as determinações, normas, legislação em vigor e especificações deste Projeto Básico.
- 16.58 - Preparar rigorosamente os empregados selecionados ou que prestarão os serviços, portadores de atestados de boa conduta, com boas referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 16.59 - Disponibilizar ao Gestor Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, acondicionados em pasta única, relação nominal constando a identificação dos funcionários, com nome completo, RG e demais documentos necessários aos trabalhos de fiscalização dos empregados disponibilizados para a realização dos serviços, bem como, se for o caso, as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS e a ficha dos empregados, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de verificação e/ou conferência.
- 16.60 - Realizar, anualmente, ou sempre que necessário, exames médicos e de condicionamento físico, em todos os empregados, sem ônus extraordinários para a SEEL, substituindo aqueles que não estão aptos a desempenhar as atividades exigidas para a realização do CONTRATO.
- 16.61 - Promover e realizar anualmente, sem prejuízo dos serviços, de acordo com a legislação pertinente, sem ônus adicionais para os funcionários ou para a SEEL, a capacitação, treinamento, atualização profissional de todos os funcionários disponibilizados para a execução do CONTRATO, de modo a assegurar que os mesmos estejam continuamente aptos para o desempenho de suas funções e execução dos serviços contratados.
- 16.62 - Não permitir a utilização de qualquer trabalhador menor do que dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 16.63 - Comprovar o cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91, que dispõe:
- “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência (PCD), na seguinte proporção:*
- | | |
|--------------------------------------|-------------|
| <i>I – até 200 empregados</i> | <i>2%.</i> |
| <i>II – de 201 a 500</i> | <i>3%.</i> |
| <i>III – de 501 a 1.000</i> | <i>4%.</i> |
| <i>IV – de 1.001 em diante</i> | <i>5%”.</i> |
- 16.64 - Disponibilizar para o trabalho somente os empregados devidamente identificados e uniformizados (calças, camisas, calçados, crachá de identificação), além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, inclusive equipamentos e/ou produtos de proteção apropriados aos funcionários expostos ao sol, e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs, cumprindo as leis e atendendo todas as normas de segurança e medicina do trabalho aplicáveis à execução do CONTRATO vigentes.
- 16.65 - Entregar os uniformes completos aos empregados, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada ao Gestor Fiscal do Contrato.
- 16.66 - Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.
- 16.67 - Manter seus empregados, diariamente, com uniformes limpos, em bom estado de conservação, com aparência pessoal adequada, portando crachá de identificação com fotografia recente, constando nome, matrícula, função, arcando com as despesas advindas desta exigência.
- 16.68 - Substituir os uniformes, semestralmente, a partir da assinatura do CONTRATO ou do fim do prazo anteriormente estipulado, e sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação.

- 16.69 - Manter o quadro de pessoal suficiente para o atendimento pleno da realização dos serviços, sem permitir a interrupção da realização do CONTRATO, salvo por determinação da SEEL.
- 16.70 - Assegurar a prestação dos serviços contratados, mesmo em caso de greve dos transportes públicos, salvo os motivos de força maior (calamidades públicas, etc.).
- 16.71 - Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da obra, e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessário.
- 16.72 - Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, sem observar e cumprir as disposições e os limites da legislação trabalhista.
- 16.73 - Responsabilizar-se pelo controle da assiduidade e pontualidade de seus empregados. Permitir, sempre que necessário ou solicitado, que a SEEL tenha acesso ao controle de frequência dos funcionários. Apresentar ao Gestor Fiscal do Contrato relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos, quando for o caso, por ocasião da elaboração da medição de serviços.
- 16.74 - Substituir por outro profissional com as mesmas qualificações, imediatamente, o empregado posto a serviço para realização do CONTRATO que se afastar do trabalho por ausência, falta, férias, descanso semanal, licença médica, licença paternidade, greve, demissão ou qualquer outro motivo, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento desta obrigação.
- 16.75 - Atender, de imediato, às solicitações da SEEL quanto à substituição dos empregados alocados nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços ou do CONTRATO, ao descrito neste Projeto Básico, ou quando estes forem considerados inadequados pela SEEL, vedado definitivamente o retorno dos mesmos as dependências da obra.
- 16.76 - Assumir a responsabilidade por todas as despesas relacionadas aos seus empregados, todos os encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, decorrentes da execução do CONTRATO, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, uma vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a SEEL, tais como:
- 16.76.1 - Salários.
- 16.76.2 - Adicionais devidos por imposição legal ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho.
- 16.76.3 - 13º (décimo terceiro) salário, na proporção a que fizer jus o empregado.
- 16.76.4 - Férias.
- 16.76.5 - Encargos previdenciários.
- 16.76.6 - Taxas, impostos e contribuições.
- 16.76.7 - Vale-refeição.
- 16.76.8 - Vale-transporte.
- 16.76.9 - Seguros.
- 16.76.10 - Indenizações.
- 16.76.11 - Despesas decorrentes de acidentes do trabalho.

- 16.76.12 - Outras porventura existentes ou que venham a ser criadas e exigidas por lei ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho.
- 16.77 - Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário em conta salário ou na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento pela Fiscalização SEEL.
- 16.78 - Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido e conforme Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 16.79 - Fornecer à CONTRATANTE, mensalmente, cópia da folha de pagamento do mês anterior ao da despesa, bem como os comprovantes do recolhimento dos encargos sociais incidentes.
- 16.80 - Com a assinatura do CONTRATO, permitir à Administração da CONTRATANTE, a critério discricionário desta, fazer o desconto nas faturas a crédito da CONTRATADA e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.
- 16.81 - Fornecer à CONTRATANTE os comprovantes de fornecimento de vale-alimentação e transporte aos funcionários, os quais deverão constar: nome e matrícula do empregado, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales e o mês de competência e, ainda, assinatura do empregado atestando o seu recebimento.
- 16.82 - Fornecer, mensalmente, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento e tempestivo pagamento das obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do CONTRATO, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados disponibilizados para a execução do CONTRATO.

Ainda, os serviços de que trata o presente Projeto Básico, compreendem as atribuições dos funcionários próprios ou de subcontratados a seguir relacionadas, entre outras inerentes a cada função, que constituem também obrigações da CONTRATADA:

- 16.83 - Tratar todos, indistintamente, com respeito e, quando solicitado, atender ao Gestor Fiscal do Contrato com atenção e presteza.
- 16.84 - Sempre que solicitado ou necessário, dirigir-se a todos, indistintamente, de forma cortês, polida e educada.
- 16.85 - Apresentar-se no trabalho devidamente limpo, uniformizado.
- 16.86 - Portar sempre, em lugar visível, o crachá de identificação fornecido pela CONTRATADA.
- 16.87 - Manter continuamente limpo e organizado o local de trabalho ou serviço.
- 16.88 - Manter seus equipamentos e ferramentas de trabalho limpos e em perfeitas condições de uso.
- 16.89 - Manter-se sempre com uma postura correta e condizente com a função desempenhada.
- 16.90 - Encaminhar ao preposto ou responsável da empresa todas as questões relativas ao vínculo funcional com a contratada.
- 16.91 - Procurar, em casos de dificuldade, buscar a orientação do gestor imediato ou do Departamento de Recursos Humanos, repassando-lhe o problema.
- 16.92 - Cumprir, rigorosamente, os horários e escalas de serviço.

16.93 - Comunicar a necessidade, com antecedência, e as ausências, no menor lapso de tempo possível, sempre que houver necessidade de faltar ao serviço por motivo de saúde ou por força maior.

Quanto ao Meio Ambiente e Sustentabilidade:

16.94 - Atender, durante a execução do CONTRATO, às exigências técnicas complementares contidas na Licença Ambiental e/ou em outras licenças que forem exigidas pelo órgão ambiental, de acordo com as legislações vigentes, de forma a promover a perfeita adequação da execução do CONTRATO à Lei Federal Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, à Resolução CONAMA 237 de 19/12/1997 e às demais leis estadual e municipal relativas ao meio ambiente.

16.95 - Cumprir as normas pertinentes ao CONTRATO sobre a proteção da vegetação e das áreas de preservação permanente e de reserva legal previstas na Lei Estadual nº 18.104 de 18 de julho de 2013. A Instalação de canteiro de serviços e armazenamento de materiais não poderão ser próximas à área de Preservação Permanente – (APP), devendo atender os limites da Lei Estadual Nº 18.104 de 18 de julho de 2013, Art. 9º.

16.96 - Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto Nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

16.97 - Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

16.97.1 - Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais.

16.97.2 - Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei Federal Nº 6.938/81, e Instrução Normativa IBAMA Nº 31, de 3 de dezembro de 2009, e legislação correlata.

16.97.3 - Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria Nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA Nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

16.97.3.1 - Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

16.98 - Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e no Artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

16.98.1 - O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

16.98.2 - Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA Nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

16.98.2.1 - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.

16.98.2.2 - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

16.98.2.3 - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

16.98.2.4 - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

16.98.3 - Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas.

16.98.4 - Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

15.99 - Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

16.99.1 - Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA Nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

16.99.2 - Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA Nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

16.99.3 - Nos termos do Artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

16.100 - Recuperar todo o passivo ambiental decorrente dos serviços contratados e dar destinação adequada aos resíduos.

16.101 - Todos os serviços a serem executados pela CONTRATADA deverão seguir a Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG que versa sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na execução de serviços e obras, considerando inclusive os processos de descartes de produtos.

Generalidades:

16.102 - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a concordância entre os PROJETOS, a topografia do local dos serviços e as concessionárias (redes públicas).

16.103 - A CONTRATADA será responsável pelas soluções técnicas necessárias para a execução dos serviços. Deverá realizar uma vistoria geral da obra, a inspeção de todas as instalações e uma revisão geral nos locais da execução dos serviços, a verificação do funcionamento, da segurança e do acabamento de todos os itens, inclusive os executados por terceiros.

16.104 - A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer indício de trincas ou rachaduras nas estruturas de concreto, vigas, pilares e lajes, alvenaria estrutural ou revestimentos e de exposição de armaduras (ferragens).

16.105 - Não poderá a CONTRATADA, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Projeto Básico e de suas especificações, bem como das quantidades, de detalhes e exigências constantes dos PROJETOS e das PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, que fazem parte integrante do CONTRATO.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

17.1 - Providenciar junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás a licença de demolição, **se for o caso**, conforme determina a Lei Estadual Nº 17.928/12, Art. 16, parágrafo único. As Prefeituras Municipais deverão providenciar manifestação do Órgão Ambiental local.

17.2 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços, em especial, aplicação de sanções, alterações de execução dos serviços.

17.3 - Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços.

17.4 - Fornecer aos funcionários da CONTRATADA, por escrito, as informações e esclarecimentos necessários para o desenvolvimento dos serviços OBJETO do CONTRATO.

17.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, concernentes ao OBJETO do CONTRATO.

17.6 - Indicar a localização e liberar as áreas onde serão executados os serviços, e permitir o acesso dos trabalhadores da CONTRATADA durante a realização do CONTRATO.

17.7 - Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

17.8 - Cumprir, e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do CONTRATO. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, segundo as obrigações assumidas no mesmo e nas propostas técnica e de preços da CONTRATADA.

17.8.1 - A SEEL não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou

subordinados.

17.9 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor ou comissão especialmente designada.

17.10 - Efetuar o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, fazendo anotações e registros das ocorrências e falhas relevantes observadas, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Projeto Básico, mantendo-os arquivados em processo administrativo específico, bem como determinando o que for necessário à regularização dos itens observados.

17.11 - Não tolerar a execução de tarefas em desacordo com as normas estabelecidas no instrumento contratual e na legislação de segurança existente.

17.12 - Notificar oficialmente a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços e do CONTRATO, fixando prazo para a sua correção, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, e certificar-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

17.13 - Exigir, comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que julgar, a seu exclusivo critério, deixar de merecer confiança ou, ainda, que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram cometidas, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou que não executar os serviços de acordo com o CONTRATO e com as especificações deste Projeto Básico, bem como a substituição do mesmo.

17.14 - Rejeitar, no todo ou em parte, serviços em desacordo com o especificado neste Projeto Básico, nos MEMORIAIS DESCRITIVOS E ESPECIFICAÇÕES, nos PROJETOS e demais documentos constantes do Edital, e com as disposições do CONTRATO, aplicando as penalidades cabíveis.

17.15 - Proceder a medição dos serviços efetivamente executados, observando o previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO da obra, e avaliando as implicações decorrentes de eventual inconformidade com o previsto no planejamento.

17.16 - Efetuar o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA, com base nas medições de serviços efetivamente executados e aprovadas pela Fiscalização SEEL, em conformidade com o valor previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, através de crédito em conta corrente bancária, observando-se e cumprindo-se as disposições legais.

17.17 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

17.18 - Emitir o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO nos prazos e condições estipulados neste Projeto Básico.

17.19 - Verificar, no prazo fixado, minuciosamente, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Projeto Básico, do CONTRATO, e dos demais documentos deste processo de contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

17.20 - Exigir da CONTRATADA que providencie a reparação dos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução do OBJETO, verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no Art. 69 da Lei Federal Nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

17.21 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário.

17.22 - Analisar e aprovar, se for o caso, a terceirização de micro e pequenas empresas para a execução parcial, nunca integral, do OBJETO desta licitação, quando solicitada pela CONTRATADA, observando o disposto na Lei Complementar Federal Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

17.23 - Examinar toda a documentação da CONTRATADA relativa ao disposto no CONTRATO.

17.24 - Realizar o arquivamento de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, entre outros documentos, após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

18 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E GESTÃO DO CONTRATO

18.1 - Caberá à SEEL, através da Gerência de Infraestrutura Esportiva - GEINFRA, a gestão do CONTRATO, o acompanhamento e a fiscalização dos trabalhos, e informar à a CONTRATADA os dados e elementos técnicos e administrativos necessários à realização dos serviços.

18.2 - A Gestão do CONTRATO e o acompanhamento e fiscalização dos serviços serão feitos considerando a disposição legal, nos termos do Art. 67 da Lei Federal 8.666/93, a qual prevê que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, que deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e fiscalização dos serviços e gestão do contrato, e dos artigos Art. 51, Art. 52, e Art. 53 da Lei Estadual Nº 17.928/12, que dispõe sobre a fiscalização e gestão dos contratos pertinentes a obras, compras e serviços, bem como convênios, outros ajustes e demais atos administrativos negociais no âmbito do Estado de Goiás.

18.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO e de todas as fases da execução dos serviços, portanto, serão realizados pelo Gestor Fiscal do Contrato, cuja designação será efetivada por Portaria ou ato equivalente do Secretário de Estado de Esporte e Lazer. O Gestor Fiscal do Contrato ficará responsável, até o encerramento do CONTRATO, pelo atendimento das obrigações previstas na Lei Estadual Nº 17.928/12, tendo todas as prerrogativas e responsabilidades inerentes às funções de Gestor e de Fiscal de CONTRATO, nos termos da legislação em vigor.

18.4 - Afim de auxiliar o Gestor Fiscal do Contrato no acompanhamento, gerenciamento físico e financeiro e fiscalização da execução do CONTRATO durante a sua execução, em conformidade com o disposto no Art. 54 da Lei Estadual Nº 17.928/12, que permite o desmembramento das competências relacionadas às atividades de fiscalização e gestão dos contratos administrativos para que sejam realizadas por servidores ou grupo de servidores distintos, a SEEL **poderá** designar outro Gestor Fiscal do Contrato - **AUXILIAR**, ou quantos forem necessários, para fiscalizar, acompanhar e verificar a perfeita execução do CONTRATO, em todas as fases, até o recebimento do OBJETO, com as mesmas prerrogativas e responsabilidades do Gestor Fiscal do Contrato. A designação do Gestor Fiscal do Contrato - AUXILIAR será efetivada por Portaria ou ato equivalente do Secretário de Estado de Esporte e Lazer.

18.5 - As designações do Gestor Fiscal do Contrato e do Gestor Fiscal do Contrato - AUXILIAR deverão ser informadas na ORDEM DE SERVIÇO (OS). No caso da designação do Gestor Fiscal do Contrato - AUXILIAR ocorrer após a emissão da OS, a Fiscalização deverá encaminhar cópia da Portaria para o conhecimento da CONTRATADA.

18.6 - O registro da ART da Fiscalização no CREA-GO deverá ser realizado pela CONTRATADA, que deverá providenciar, também, junto ao CREA e/ou ao CAU-BR, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao OBJETO do CONTRATO e as especialidades pertinentes, nos termos da legislação em vigor - Lei Federal Nº 6.496 de 7 de dezembro de 1977 e Lei Federal Nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.

18.7 - A CONTRATADA deverá disponibilizar, por intermédio do Gestor Fiscal do Contrato, todas as facilidades para o fiel cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e das atribuições da Fiscalização SEEL, inclusive o acesso ao local onde estejam previstos ou sendo executados os serviços relacionados com o CONTRATO, a qualquer hora e a qualquer pessoa autorizada pela SEEL.

18.8 - Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a SEEL reserva-se o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

18.9 - A Fiscalização observará no que couber, o Anexo VIII-A da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e rigorosamente e de forma a assegurar o perfeito cumprimento do CONTRATO, por meio de instrumentos de controle que, inclusive, compreendam a mensuração:

18.9.1 - Os itens deste Projeto Básico.

18.9.2 - Todos os DOCUMENTOS relativos a esta contratação: Toda a documentação deverá ser mantida pela CONTRATADA no local dos serviços, com livre acesso, incluindo, entre outros documentos: PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS, ARTs, RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS, Relatórios Técnicos e Administrativos, PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS.

18.9.3 - O fiel adimplemento das disposições contratuais.

18.9.4 - Os RESULTADOS alcançados em relação a CONTRATADA e ao OBJETO CONTRATADO, com a verificação dos PRAZOS de execução e da QUALIDADE demandada.

18.9.5 - A ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, QUALIDADE E QUANTIDADE dos RECURSOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS utilizados.

18.9.6 - Os RECURSOS HUMANOS empregados, em função da QUANTIDADE e da FORMAÇÃO PROFISSIONAL exigidas.

18.9.6.1 - O Gestor Fiscal do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei Federal Nº 8.666/93.

18.9.7 - A EXECUÇÃO e CONFORMIDADE da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, e a adequação à ROTINA DE EXECUÇÃO estabelecida.

18.9.8 - A CONFORMIDADE da ALOCAÇÃO dos RECURSOS necessários e das TÉCNICAS EMPREGADAS.

18.9.9 - O CUMPRIMENTO das demais OBRIGAÇÕES decorrentes do CONTRATO.

18.9.10 - A SATISFAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO usuária.

18.10 - Havendo por parte da responsabilidade da CONTRATADA não conformidades referentes às exigências administrativas e gerenciais do CONTRATO ou às especificações previstas neste Projeto Básico e nas normas e instruções da SEEL, o Gestor Fiscal do Contrato deverá:

18.10.1 - Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei Federal Nº 8.666/93.

18.10.2 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências previstas do Art. 69 da Lei Federal 8.666/93, no que couber.

18.10.3 - Caso a não conformidade não seja sanada e/ou não haja justificativa razoável e por escrito da CONTRATADA do descumprimento e/ou atraso da sua regularização, dentro do prazo estipulado na respectiva notificação, o Gestor Fiscal do Contrato deverá aplicar penalidade de acordo com as cláusulas contratuais, cujo valor será deduzido dos créditos da CONTRATADA junto à SEEL, depois da perda/preclusão do prazo de defesa prévia da CONTRATADA, conforme prevê o Art. 87 da Lei Federal Nº 8666/93.

18.11 - Reserva-se à SEEL, o direito de intervir nas obras/serviços quando ficar comprovada a incapacidade técnica da CONTRATADA ou deficiência dos equipamentos e da mão de obra por esta empregados, sem que desse ato resulte o direito da mesma pleitear indenização, seja a que título for.

18.12 - Caberá à CONTRATADA o fornecimento, manutenção e guarda de um RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS (RDO), no local dos serviços ou por meio de arquivo eletrônico, permanentemente disponível para lançamento diário das informações relativas à execução do OBJETO, tais como, número de funcionários e presença de terceiros, equipamentos alocados, condições de trabalho, condições meteorológicas, detalhamento dos serviços executados e o desenvolvimento das atividades em relação ao CRONOGRAMA previsto, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como dos comunicados à Fiscalização. O RDO deverá ser iniciado pelo Engenheiro Responsável Técnico da CONTRATADA, na data do início dos serviços. O não cumprimento deste item poderá incorrer em pena de não liberação das faturas pela Fiscalização. A Fiscalização utilizará o RDO para as anotações pertinentes a execução do CONTRATO e as comunicações com a CONTRATADA, se necessário. Após análise e registro da manifestação da SEEL, o Gestor Fiscal do Contrato deverá assinar o RDO e encaminhá-lo para a CONTRATADA.

18.13 - As observações, dúvidas e questionamentos técnicos da CONTRATADA, que porventura surgirem sobre a execução do CONTRATO, a realização dos trabalhos ou na leitura e interpretação de projetos, deverão ser registrados no RDO. Se necessário, o Gestor Fiscal do Contrato buscará o apoio para a resposta ou definição solicitada junto aos departamentos e divisões da SEEL.

18.14 - Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, e dos registros dos questionamentos, a CONTRATADA deverá recorrer ao RDO sempre que surgirem quaisquer alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes ou condições especiais. Neste caso, também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no RDO, para ciência, e/ou como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

18.15 - As exigências da Fiscalização, inerentes ao OBJETO contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

18.16 - É vedado à CONTRATADA realizar qualquer alteração nos serviços contratados, incluindo métodos executivos, sem a devida autorização por escrito da Fiscalização.

18.16.1 - Quando necessária e justificada pela CONTRATADA, a mudança proposta deverá ser submetida ao Gestor Fiscal do Contrato, previamente e por escrito, para análise e aprovação da SEEL.

18.17 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de caso fortuito ou de força maior, defeito, imperfeição técnica, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, qualquer causa de destruição ou dano e de incorreção na execução, dos serviços ou dos bens pertencentes ou vinculados à SEEL, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que tenha ocorrido em via pública existente junto ao local dos serviços, ainda, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros. A ocorrência destes, também não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei Federal Nº 8.666/93, sendo a CONTRATADA a única responsável.

19 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

19.1 - A quantidade dos serviços a serem executados e os preços unitários e global máximos que a SEEL pagará pelos serviços efetivamente executados estão definidos nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, que fazem parte do respectivo Edital deste Projeto Básico.

19.2 - A medição será feita por etapas dos serviços efetivamente executados e aprovados pela Fiscalização da SEEL, obedecendo o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. Os serviços executados pelas Prefeituras não serão considerados para efeito de medição e pagamento à CONTRATADA.

- 19.2.1 - Todas as áreas e quantidades, para efeito de medição de serviços executados, deverão ser obtidas *in loco*, ou seja, no local onde os serviços foram especificados e/ou de sua efetiva realização.
- 19.2.2 - Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
- 19.2.3 - As áreas que deverão constar no PROJETO de arquitetura e/ou nos demais PROJETOS, nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS e demais planilhas, estão fornecidas a título de informação, não servindo de base para cobrança de serviços adicionais por parte da CONTRATADA.
- 19.3 - A SEEL pagará à CONTRATADA, através de depósito em conta corrente bancária, observada a ordem cronológica de apresentação das faturas aptas ao pagamento e baseado em medições mensais pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente aos serviços realizados. O pagamento dos serviços de natureza “Administração” será efetuado de forma proporcional ao avanço físico dos serviços, conforme determina a Lei no. 4.320/64, art. 62 c/c 63, § 2º, inciso III.
- 19.4 - Os serviços serão medidos mensalmente, e a CONTRATADA encaminhará para medição e correspondente aprovação, ao Gestor Fiscal do Contrato, até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, relatório dos serviços executados do mês referente ao período de medição, de acordo com o procedimento de medições e pagamentos definido pela SEEL.
- 19.5 - A conferência, a análise e a aprovação do relatório para medição, que inclui o relatório fotográfico técnico, serão realizadas pelo Gestor Fiscal do CONTRATO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços e, somente após a aprovação do relatório apresentado, o Gestor Fiscal do Contrato autorizará a emissão da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.
- 19.6 - Para a autorização da emissão da Nota Fiscal/Fatura, será emitido um Relatório de Medição pela Fiscalização, com base na conferência, análise e aprovação, parcial ou total, do relatório apresentado pela CONTRATADA, que definirá o valor da medição efetivamente aprovado.
- 19.7 - A CONTRATADA deverá apresentar, somente após a emissão do Relatório de Medição da SEEL, e até o 8º dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, a Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada, em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, CNPJ: 32.712.376/0001-15, referente aos serviços prestados no mês anterior, com indicação de dados bancários, que será conferida e atestada pelo Gestor Fiscal do Contrato.
- 19.8 - A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada da documentação respectiva, a qual será analisada por setor competente, após o que a CONTRATANTE efetuará o pagamento por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária, em até 30 dias após recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.9 - A Nota Fiscal/Fatura e os documentos anexos exigidos deverão ser encaminhados em formato eletrônico.
- 19.10 - A CONTRATADA deverá assumir as consequências de qualquer atraso ocorrido, ausência ou inconformidade na apresentação da medição, da nota fiscal/fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte e/ou responsabilidade da mesma, que importará em interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento e em prorrogação e reprogramação automática do prazo de vencimento da obrigação de pagamento previsto no CONTRATO, após a regularização do processo, não eximindo a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados pontualmente e cumprir as demais obrigações previstas do CONTRATO. As novas contagens de prazo para análise, o atesto e o pagamento recomeçarão quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos.
- 19.11 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

- 19.12 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações, sob pena de não atesto da fatura, da regularidade fiscal, através da apresentação de:
- a. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos/Receita Federais e à Dívida Ativa da União.
 - b. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - c. Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - d. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual e Municipal:
 - e. As empresas sediadas fora do Território Goiano deverão apresentar, com a certidão de regularidade do seu Estado de origem, a certidão de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás.
 - f. Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (referente ao ISS) do(s) município(s) onde os serviços venham a ser prestados ou executados.
- 19.13 - Os municípios onde os serviços foram executados deverão ser informados na Nota Fiscal/Fatura, bem como o percentual do serviço executado em cada um, de acordo com relatório emitido pelo Gestor Fiscal do Contrato.
- 19.14 - A retenção e o recolhimento do ISS para o município de Goiânia serão realizados pela SEEL-GO.
- 19.15 - O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 19.16 - A retenção ou glosa do pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:
- 19.16.1 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas.
- ou,
- 19.16.2 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.17 - Para liberação do pagamento, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todos os itens contratuais e a regularidade fiscal da CONTRATADA.
- 19.18 - A data de emissão da ordem bancária, em favor da CONTRATADA, será considerada como a do efetivo pagamento.
- 19.19 - Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia após a data de apresentação da fatura e da documentação obrigatória, considerando-se esta data como limite de vencimento da obrigação, incorrendo à CONTRATANTE, após a mesma, em juros simples de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela CONTRATADA.
- 19.19.1 - Ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá suspender a execução dos seus serviços.
- 19.20 - Fica estabelecido que todos os pagamentos a serem realizados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica, fundacional e fundos especiais do Poder Executivo, aos seus fornecedores e prestadores de serviços em geral, deverão ser efetivados por meio de crédito em conta corrente do favorecido em Instituição Bancária indicada pela contratada para centralizar a sua movimentação financeira.

20 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

20.1 - A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações previstas na Lei 8.666/93 e no CONTRATO, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções estabelecidas no Edital de Licitação e no CONTRATO. Constituem ilícitos administrativos, além da prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

20.2 - Serão aplicadas a CONTRATADA, caso incorra nas faltas referidas no Item anterior, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93.

20.3 - Nas hipóteses previstas no Item 14.1, a CONTRATADA poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa própria e às suas expensas.

20.4 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do CONTRATO, sujeitará a CONTRATADA, além das sanções referidas no Item 14.2, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

20.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do CONTRATO, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o CONTRATO, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

20.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do OBJETO não realizado ou sobre a parte da etapa do CRONOGRAMA FÍSICO de obras não cumprido.

20.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do OBJETO não realizado ou sobre a parte da etapa do CRONOGRAMA FÍSICO de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

20.5 - A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada da garantia da CONTRATADA.

20.5.1 - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

20.6 - A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

20.6.1 - 06 (seis) meses, nos casos de:

20.6.1.1 - aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que a CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

20.6.1.2 - alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

20.6.2 - 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

20.6.3 - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

20.6.3.1 - Entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada.

20.6.3.2 - Paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração.

20.6.3.3 - Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual.

20.6.3.4 - Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

20.7 - A prática de qualquer das infrações previstas no item 14.1 sujeita a CONTRATADA à declaração de inidoneidade, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

20.8 - A aplicação das sanções a que se sujeita a CONTRATADA, inclusive a de multa aplicada nos termos do item 14.4, não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o CONTRATO e aplique as demais sanções previstas na legislação de regência.

20.9 - Todas as penalidades previstas serão aplicadas por meio de processo administrativo, sem prejuízo das demais sanções civis ou penais estabelecidas em lei.

21 - DA VISTORIA

21.1 - É facultado às licitantes, por intermédio de seus representantes legais, vistoriar o local a fim de conhecer a área onde os serviços serão executados, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao OBJETO licitado, conforme condições e prazos definidos no Edital, de acordo com os princípios da ampla competitividade e da razoabilidade e com a jurisprudência do TCU (Acórdãos 1948/2011-TCU-Plenário, 3119/2010-TCU-Plenário, 3197/2010-TCU-Plenário, 2583/2010-TCU-Plenário, 2477/2009-TCU-Plenário, 1450/2009-TCU-2ª Câmara, 874/2007-TCU-Plenário e 2028/2006-TCU-1ª Câmara).

21.2 - A CONTRATADA é a única responsável pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços (Acórdão nº 148/2013-TCU-Plenário) - cláusula editalícia com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do CONTRATO, consoante o disposto no Acórdão 295/2008-TCU-Plenário.

21.3 - Não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento das condições de execução dos serviços, em razão da ausência da vistoria.

22 - CADASTRO DE EMPRESAS NA PLATAFORMA MAIS BRASIL

22.1 - A vencedora do certame deverá providenciar cadastro na Plataforma+Brasil, para fins de execução do contrato no âmbito da plataforma em questão, conforme Ofício Circular nº 58/2022 emitido pela Secretaria Geral da Governadoria, em 04 de outubro de 2022. O Ministério da Economia criou essa

funcionalidade - módulo de empresa - para que as empresas contratadas possam acessar a Plataforma+Brasil, diretamente, e inserir as medições das obras executadas com recursos do governo federal.

23 - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

23.01 - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.01- A impugnação perante a SEEL dos termos do Edital, quanto a possíveis falhas ou irregularidades que o viciarem, deverá se efetivar conforme previsto no art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

24.02- Os recursos administrativos serão admitidos na forma do artigo 109 da Lei n.º 8.666/93.

24.03- A SEEL se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que aos licitantes caiba qualquer direito à indenização ou ressarcimento.

24.04- O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela SEEL.

24.05- A contratada responderá civilmente durante 05 (cinco) anos, após o recebimento definitivo dos serviços, pela solidez e segurança da obra e dos materiais.

25.05.01- Ocorrendo vícios ou defeitos deverá a SEEL dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do conhecimento destes, acionar a contratada sob pena de decair dos seus direitos.

24.06- A contratada é responsável por qualquer dano ambiental que por ventura venha ocorrer em decorrência da execução da obra, respondendo pelos reparos ambientais e penalidades estipuladas em Lei.

24.07- A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

24.08- A contratada, sempre que possível, deverá contratar os trabalhadores da obra objeto desta licitação, com o intermédio do SINE, conforme Ofício Circular nº 006/2004-GAB. GOV, de 24 de março de 2006.

24.09- A SEEL, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

24.10- A participação na Licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos e condições do ato convocatório, com seus anexos e instruções.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será disponibilizado aos interessados no site www.esporte.go.gov.br.

ANEXO I - VALORES ESTIMADOS

1 - Nos preços propostos pela proponente, deverão estar incluídos os lucros, todos os pagamentos, custos, transportes, carga e descarga de materiais, despesas de execução, mão de obra, leis sociais, tributos, impostos, taxas, multas, seguros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre a obra, os serviços e o pessoal contratado, que serão de exclusiva e total responsabilidade da empreiteira CONTRATADA.

2 - Os critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global, e definição de seus valores máximos, está de acordo com o previsto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e jurisprudência dominante do Tribunal de Contas da União, consolidada na Súmula 259 (Acórdãos 244/2003, 267/2003, 515/2003, 583/2003, 1564/2003, 1414/2003, 296/2004, e 1891/2006, todos do Plenário/TCU).

3 - O valor global máximo estimado para a contratação é de **R\$ 6.678.820,15 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte reais e quinze centavos)**, subdivididos em 03 lotes conforme tabela abaixo:

| SERVIÇO | LOTES | LOCAL/MUNICÍPIO | VALORES (R\$) | | |
|--|------------|--------------------------|-----------------------------|----------------------|------------|
| CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY, NAS DIMENSÕES 26,7x42,3m (Área de 1129,41 m ² cada campo) COM INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA, DRENAGEM, ALAMBRADO E ILUMINAÇÃO. | LOTE I | 1 | BURITINÓPOLIS | 364.855,69 | |
| | | 2 | IACIARA | 372.764,47 | |
| | | 3 | MABAÍ | 368.762,80 | |
| | | 4 | MONTE ALEGRE | 376.851,89 | |
| | | 5 | NOVA ROMA | 376.851,89 | |
| | | 6 | POSSE | 368.762,80 | |
| | | 7 | SÍTIO D'ABADIA | 376.851,89 | |
| | | 8 | TERESINA DE GOIÁS | 364.855,69 | |
| | | 9 | VILA BOA | 376.851,89 | |
| | | TOTAL LOTE I | 3.347.409,01 | | |
| | LOTE II | 1 | PADRE BERNARDO | 376.851,89 | |
| | | 2 | PIRACANJUBA | 376.851,89 | |
| | | 3 | SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO | 368.762,80 | |
| | | 4 | SÃO FRANCISCO DE GOIÁS | 376.851,89 | |
| | | 5 | VILA PROPÍCIO | 368.762,80 | |
| | | | TOTAL LOTE II | 1.868.081,27 | |
| | | LOTE III | 1 | CAMPO LIMPO DE GOIÁS | 364.855,69 |
| | | | 2 | CATURAÍ | 364.855,69 |
| | | | 3 | MONTIVIDIU DO NORTE | 368.762,80 |
| 4 | MUNDO NOVO | | 364.855,69 | | |
| | | TOTAL LOTE III | 1.463.329,87 | | |
| | | TOTAL TODOS LOTES | 6.678.820,15 | | |

3.1 - Os valores unitários para construção dos campos societys se diferem pela variação do Imposto Sobre Serviço – ISS, em que cada município estabelece seu percentual de tributação conforme a Lei Complementar 116/2003, que Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal e informa que a alíquota de incidência do ISS pode variar entre 2 e 5%. Este encargo contempla a formação do BDI que, por sua vez, é aplicado ao valor final do orçamento deste serviço. Conforme consta na tabela abaixo os valores de ISS de cada município:

| Município | ISS |
|--------------------------------|------------|
| Caturai | 2% |
| Padre Bernardo | 5% |
| Campo Limpo | 2% |
| Teresina de Goiás | 2% |
| Vila Boa | 5% |
| Buritinópolis | 2% |
| Sítio D'Abadia | 5% |
| Posse | 3% |
| Iaciara | 4% |
| Mambaí | 3% |
| Piracanjuba | 5% |
| Monte Alegre | 5% |
| Montividiu do Norte | 3% |
| Mundo Novo | 2% |
| Nova Roma | 5% |
| Vila Propício | 3% |
| Santo Antônio do Descoberto | 3% |
| São Francisco | 5% |

3.2 - Os valores de cada contrato de cada campo society são a junção do repasse da CAIXA com a contrapartida do Estado de Goiás. Cada um estão descritos abaixo:

| Município | ISS% | VALOR DO CONTRATO | Repasso | Contrapartida do Estado de Goiás |
|-----------------------------|------|-------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| LOTE I | | | | |
| Buritinópolis | 2 | R\$ 364.855,69 | R\$ 238.750,00 | R\$ 126.105,69 |
| Iaciara | 4 | R\$ 372.764,47 | R\$ 286.500,00 | R\$ 86.264,47 |
| Mambaí | 3 | R\$ 368.762,80 | R\$ 286.500,00 | R\$ 82.262,80 |
| Monte Alegre | 5 | R\$ 376.851,89 | R\$ 286.500,00 | R\$ 90.351,89 |
| Nova Roma | 5 | R\$ 376.851,89 | R\$ 286.500,00 | R\$ 90.351,89 |
| Posse | 3 | R\$ 368.762,80 | R\$ 238.750,00 | R\$ 130.012,80 |
| Sítio D'Abadia | 5 | R\$ 376.851,89 | R\$ 238.750,00 | R\$ 138.101,89 |
| Teresina de Goiás | 2 | R\$ 364.855,69 | R\$ 238.750,00 | R\$ 126.105,69 |
| Vila Boa | 5 | R\$ 376.851,89 | R\$ 238.750,00 | R\$ 138.101,89 |
| | | R\$ 3.347.409,01 | R\$ 2.339.750,00 | R\$ 1.007.659,01 |
| LOTE II | | | | |
| Padre Bernardo | 5 | R\$ 376.851,89 | R\$ 238.750,00 | R\$ 138.101,89 |
| Piracanjuba | 5 | R\$ 376.851,89 | R\$ 286.500,00 | R\$ 90.351,89 |
| Santo Antônio do Descoberto | 3 | R\$ 368.762,80 | R\$ 286.500,00 | R\$ 82.262,80 |
| São Francisco | 5 | R\$ 376.851,89 | R\$ 286.500,00 | R\$ 90.351,89 |
| Vila Propício | 3 | R\$ 368.762,80 | R\$ 286.500,00 | R\$ 82.262,80 |
| | | R\$ 1.868.081,27 | R\$ 1.384.750,00 | R\$ 483.331,27 |
| LOTE III | | | | |
| Campo Limpo | 2 | R\$ 364.855,69 | R\$ 238.750,00 | R\$ 126.105,69 |
| Caturai | 2 | R\$ 364.855,69 | R\$ 238.750,00 | R\$ 126.105,69 |
| Montividiu do Norte | 3 | R\$ 368.762,80 | R\$ 286.500,00 | R\$ 82.262,80 |
| Mundo Novo | 2 | R\$ 364.855,69 | R\$ 286.500,00 | R\$ 78.355,69 |
| | | R\$ 1.463.329,87 | R\$ 1.050.500,00 | R\$ 412.829,87 |
| | | TOTAL | | |
| | | R\$ 6.678.820,15 | R\$ 4.775.000,00 | R\$ 1.903.820,15 |

4 - LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços será realizada nos seguintes locais:

| | | | |
|-----------------|---|-----------------------------|---|
| LOTE I | 1 | BURITINÓPOLIS | Denominação Área APM I "A" da Quadra nº 65, Avenida Buriti, Loteamento Novo Buriti II, Município de Buritinópolis/GO |
| | 2 | IACIARA | Área Institucional 03, Quadra 08, confrontando com a Rua 12 e a Rua 11, Bairro Nova Iaciara, Iaciara/ GO |
| | 3 | MAMBAÍ | Rua 08 esq. c/ rua 06 Morada Nova II, Mambai/GO |
| | 4 | MONTE ALEGRE | Loteamento Povoado Paranã, Monte Alegre/ GO |
| | 5 | NOVA ROMA | Avenida José Feliciano Ferreira, Quadra 15, Centro, Nova Roma/ GO |
| | 6 | POSSE | Av. José Ribeiro e Silva, Esquina com Rua Antônio Neves de Matos, Esquina Com Rua Mãe Naninha, QD 35 - Setor Santa Luzia, Posse/ GO |
| | 7 | SÍTIO D'ABADIA | Rodovia GO 108, Quadra 27, Lote 1-A, Sítio D'Abadia/ GO |
| | 8 | TERESINA DE GOIÁS | Entre a Rua Diojazir Marques Costa e a Rua Goiânia, Vila Pereira, Teresina de Goiás/ GO |
| | 9 | VILA BOA | Quadra 01, do Loteamento Jardim Bela Vista, Vila Boa/ GO |
| LOTE II | 1 | PADRE BERNARDO | Área Pública localizada no Loteamento denominado Granjas Vale das Macieiras Gleba- F, Padre Bernardo/ GO |
| | 2 | PIRACANJUBA | Av. Expedicionário Jovino A. da Silva, esquina com a Rua 11, Setor Aeroporto, Piracanjuba/ GO |
| | 3 | SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO | Entre Rua Boa Vista e Rua São Francisco Correia Bittencourt, Praça Ibituruna, Santo Antônio do Descoberto/ GO |
| | 4 | SÃO FRANCISCO DE GOIÁS | Rua Dois, Centro, São Francisco de Goiás/ GO |
| | 5 | VILA PROPÍCIO | Apm. 02A, Av. Teodoro Aragão, Setor Alto da Boa Vista Distrito de Assunção de Goiás, Vila Propício/ GO |
| LOTE III | 1 | CAMPO LIMPO DE GOIÁS | Área Verde 01 - Bairro Claudemira de Mendonça, Campo Limpo de Goiás/ GO |
| | 2 | CATURAÍ | Rua Abílio Pascoal, esquina com a Rua Cândido Parreira de Souza, Setor Interlagos, Caturai/GO |
| | 3 | MONTIVIDIU DO NORTE | Rua 12, Quadra 65, Número 03, Conjunto El Shaday, Montividiu do Norte/ GO |
| | 4 | MUNDO NOVO | Rua dos Jacarandas, Quadra 04, Setor São Lourenço, Mundo Novo/ GO |

ANEXO II**DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO**

| 1- RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | |
|---|--|
| 1.1 | Certidão de regularidade com CEIS-CGU e CNEP |
| 1.2 | Declaração CADIN/GO |
| 1.3 | Certidão Suspensão/Impedimento de licitar/contratar - Comprasnet.go |
| 1.4 | Certidão Negativa – Improbidade CNJ |
| 1.5 | Consulta situação cadastral do CNPJ da Receita Federal e QSA (Consulta Quadro de Sócios e Administradores) |
| 1.6 | Declaração de que os sócios e acionistas não estão enquadrados em nenhuma das vedações contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/93, ou seja, que não está impedido de contratar com a administração pública |
| 1.7 | Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, CF (não emprega de menor) |
| 1.8 | Declaração/Comprovação de enquadramento como ME ou EPP , se for o caso |
| 1.9 | Ato Constitutivo da Empresa |

| | |
|------|--|
| 1.10 | Documento do Representante legal da Empresa |
| 1.11 | Certidão conjunta de regularidade Federal (INSS) |
| 1.12 | Certidão de regularidade com o FGTS |
| 1.13 | Certidão de regularidade Trabalhista |
| 1.14 | Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual |
| 1.15 | Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal |
| 1.16 | Certidão Negativa de Falência |
| 1.17 | Balanco Patrimonial <i>e demonstrações contábeis do último exercício social,</i> |

2- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA, E DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1 - A fase de habilitação visa aferir se o licitante preenche os requisitos e as qualificações para a adequada execução do OBJETO licitado, tendo, por fim, garantir o adimplemento das obrigações firmadas no CONTRATO. Relativamente à fase de habilitação das proponentes, a documentação necessária está relacionada na Lei nº 8666/93. Assim, a Lei federal de Licitações, nos artigos 27 a 31, estabelece que para a habilitação nas licitações exige-se dos interessados, exclusivamente, a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

2.2 - Poderão participar do presente processo de contratação quaisquer empresas interessadas cujo ramo de atividade **garde** pertinência e compatibilidade com o objeto pretendido, desde que regularizadas e aptas tecnicamente para atuar na atividade, ou seja, com competência técnica e habilitação legal.

2.3 - A participação no processo licitatório fica, portanto, condicionada a apresentação do registro ou inscrição da empresa proponente no órgão responsável pela fiscalização do exercício e atividade profissional (CREA).

2.4 - A proponente deve apresentar documentos que comprovem que suas qualificações técnicas operacionais estão compatíveis com a obra OBJETO do processo de licitação, mediante a demonstração de sua experiência anterior na execução de objetos similares ou equivalentes e condizente com a comprovação necessária e suficiente que uma empresa necessita apresentar para execução do objeto licitado. A exigência deve permanecer no patamar da razoabilidade e guardando relação com a dimensão e complexidade da obra a ser realizada, relevância e valor do objeto licitado, para não infringir o disposto no art. 3º, parágrafo 1º, da lei nº 8.666/93.

2.5 - A habilitação para qualificação operacional deve se deter à exigência das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto, de forma cumulativa, conforme determina a Súmula do TCU nº 263/2011, e conforme Quadro 9.5-1 abaixo:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”;

Quadro 2.5-1 - A Parcela de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto para comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante, encontra-se em maior nível de detalhamento conforme o quadro abaixo:

| SERVIÇO | UNID. | QUANTIDADE ORÇADA POR CAMPO | QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA |
|-------------------------------|----------------|-----------------------------------|------------------------------|
| INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA | m ² | 882,00 | 150,00 |

2.5.1 - Fundamentação Técnica:

Foram considerados como “parcela de maior relevância técnica” o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do OBJETO licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

Por sua vez, a aferição da fórmula “valor significativo do objeto” toma em conta a relação estabelecida entre o valor da parcela eleita para comprovação da experiência em vista do valor total do objeto.

Assim, é possível que um mesmo objeto apresente diversas parcelas de relevância técnica e valor significativo. A própria literalidade da Lei nº 8.666/93 deixa clara essa possibilidade ao fazer menção a “parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação”.

Em suma, restaram caracterizados, como sendo parcela de maior relevância os serviços acima identificados, Quadro 9.5-1, os de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importa em riscos mais elevados para a Administração e para o Estado.

9.6 - A empreiteira proponente deverá comprovar experiência anterior relativa à execução de quantidades mínimas e prazos máximos:

“A capacidade técnico-operacional das licitantes não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal deverão estar tecnicamente explicitadas, previamente à licitação ou no edital e seus anexos” (Jurisprudência do TCU - Acórdãos 1.993/2007; 329/2010; 1.390/2010; 1.695/2011 e 1.469/2012, todos do Plenário).

2.7 - A proponente deverá apresentar, para comprovação de quantitativos de serviços, certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior àquela do OBJETO do certame (Acórdão do TCU 679/2015-Plenário), fornecido(s)/expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, não havendo fixação de número mínimo de atestados a serem apresentados pela licitante.

2.8 - A proponente deverá apresentar, **para fins de certificação da capacitação técnico-profissional**, com ênfase, e limitado às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do OBJETO licitado, a comprovação prevista na Lei de Licitações, inc. I, § 1º, do art. 30:

“I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos”.
(grifo nosso)

2.8.1 - O artigo 48 da Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) dispõe sobre o acervo técnico da pessoa jurídica:

"Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Parágrafo único. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico."

2.8.2 - O artigo 49 dessa resolução estabelece que a Certidão de Acervo Técnico (CAT) é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

Assim,

Considera-se, ainda, os seguintes documentos para comprovação de que o licitante possui profissional de nível superior, em seu quadro permanente, com capacitação técnico-profissional (Conforme jurisprudência do TCU – Acórdãos 2.297/2005, 291/2007, 141/2008, 498/2013, 1.842/2013 e 1.447/2015, todos do Plenário):

2.8.1 - Carteira de Trabalho (CTPS).

2.8.2 - Contrato Social da empresa, no caso de sócio.

2.8.3 - Ata Constitutiva da Diretoria, no caso de Sociedades Anônimas.

2.8.4 - Contrato de Prestação de Serviço, regido pela legislação comum.

2.8.5 - Declaração simples de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste.

2.9 - A licitante deverá atender às exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada às exigências de propriedade e de localização prévia (§ 6º, art. 30, Lei nº 8.666/1993).

2.10 - A execução da obra ou serviço de engenharia deverá ser realizada pelo profissional que disponibilizou os atestados para fins da capacidade técnico-profissional no ato licitatório. Caso seja necessária a substituição, o novo profissional deverá apresentar habilitação equivalente ou superior ao profissional substituído e ser aprovado pela SEEL, conforme preceituam o § 10, do art. 30, e o inc. XIII, do art. 55, da lei em questão.

2.11 - As empresas participantes deverão fornecer todas as informações relativas ao serviço oferecido, como, por exemplo, manuais técnicos de funcionamento e operacionais, características especiais da prestação do serviço, etc., ainda que não tenha sido discriminado ou definido neste Projeto Básico.

2.12 - Todas as empresas poderão apresentar propostas, entretanto, a habilitação da empresa participante far-se-á com a verificação de que a licitante está em situação regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazenda Estadual (Estado de Goiás) e Municipal (do Tomador e da Sede do fornecedor do serviço), quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do Edital quanto a habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira.

ANEXO III - MODELO DE DOCUMENTOS

01 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E HABILITAÇÃO

**02 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE MÍDIA DIGITAL
(DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL).**

03 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

04 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CF

05 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº123/06

06 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

07 - MODELO DE MINUTA DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

08 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

09 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA AO LOCAL DA OBRA

01 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Goiânia, de de

À

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

REF.: Edital nº

Prezados Senhores:

Utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

.....

.....

Na oportunidade, credenciamos junto à SEEL, a pessoa do Sr.(a)....., (CREA e/ou CAU nº ,Órgão Expedidor, Endereço, CEP, DDD/Fone, DDD/Fax, E-mail), ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

**02 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE MÍDIA DIGITAL
(DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL)**

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF Nº..... DECLARA, para fins do disposto no item **03.05.03** e **03.05.03.01** do Edital, que irá apresentar, **dentro de cada envelope dos Documentos de Habilitação e da Proposta Comercial, os arquivos digitalizados em formato pdf e de visualização frontal, dos documentos que estão sendo entregues, em mídia digital, de forma legível e que conferem com os respectivos impressos e originais.**

Afirmo que não consta, na mídia do envelope de Documentação de Habilitação, arquivos referente à Proposta Comercial.

Os arquivos digitalizados correspondem exatamente, quanto à ordem de apresentação e conteúdo, aos impressos constantes nos envelopes.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

03 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em atendimento ao item **04.04.03** do Edital, declaramos que o profissional, CREA e/ou CAU nº, detentor do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica exigido(s) pelo item **04.04.02** do Edital, segundo o(s) qual(ais) nos propusemos habilitar na Concorrência nº/, será(ão) o(s) Responsável(is) Técnico(s) que acompanhará(ão) a execução da obra, caso esta empresa logre vencer a presente licitação.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

04 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII, DO ART 7º DA CF

Ref.: Edital nº

....., inscrito no CNPJ Nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....DECLARA, para fins do dispositivo no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

**05 - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR
Nº123/06**

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na Lei Complementar nº 123/06, ser _____ (microempresa/empresa de pequeno porte).

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

06 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

REF.: Carta de Apresentação da Proposta Comercial referente à Concorrência nº/.....

Prezados Senhores,

Sobre o assunto tratado em referência, vimos apresentar a nossa Proposta Comercial para execução dos serviços motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

1- O nosso preço global para execução dos serviços é R\$
(.....).

2- O BDI aplicado sobre os preços unitários é de % ()
conforme detalhado na proposta comercial.

3- O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de abertura do presente certame.

Em anexo apresentamos a nossa Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

07 - MODELO DE MINUTA DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

À

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

CARTA DE FIANÇA - R\$

Pela presente, o Banco com sede da cidade, do Estado, por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da Empresa sediada à da cidade do Estado até o limite de R\$ (.....) para efeito de garantia para a execução do Contrato objeto do Edital n.º/....- SEEL.

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado, atender, dentro de 24 horas, as requisições de qualquer pagamento coberto pela garantia, desde que exigidas pela SEEL, sem qualquer reclamação, retenção, embargo, interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito à SEEL.

Obriga-se ainda este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser esta Agência compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor garantido pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita por esta Agência.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º ou outro registro usado deste Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza por força de disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial, em do ano, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembleia realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras pela SEEL.

....., de de

Banco

08 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

Em atendimento ao item **xxxxxx** do Edital, declaro, na qualidade de Engenheiro Civil, que visitei, em / /, o local onde será executada a obra, objeto do Edital nº /....., tendo tomado conhecimento de todas as dificuldades porventura existentes.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

09 - MODELO DE DECLARAÇÃO RENÚNCIA À VISITA AO LOCAL DA OBRA

Em atendimento ao item **xxxxxx** do Edital, declaro, na qualidade de Engenheiro Civil, que renuncio à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº **XXXX**, e que o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

ANEXO IV MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOIÁS E A EMPRESA X PARA A CONSTRUÇÃO CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, NAS DIMENSÕES 26,7X42,3, ÁREA TOTAL DE 1.129,41 M², COM INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA, DRENAGEM, ALAMBRADO E ILUMINAÇÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NESTE CONTRATO, VINCULADO AO EDITAL RELATIVO A CONCORRÊNCIA DE Nº 01/2023 E ANEXOS.

CONTRATANTE O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER – SEEL**, recriada no dia 6 de fevereiro de 2019, por meio da lei nº 20.491/19, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 32.712.376/0001-15, com sede na Avenida Fued José Sebba, 1170, s/c - Bairro Jardim Goiás - CEP 74805-100, Goiânia-Goiás, representada por seu Secretário, **HENDERSON DE PAULA RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador do RG nº13836138 SSP-SP e do CPF nº 045.698.898-08, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua _____, nº. _____, Qd. _____. Lts. ____, Setor _____, CEP xx.xxx-xxx, xxxxxxxx, xx, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, tendo como representantes legais e responsáveis técnicos XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, apenas denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

01.1 – O presente ajuste – na forma da Lei nº. 8.666/93 e da Lei Estadual nº. 17.928/12 – decorre da Licitação na modalidade Concorrência 01/2023, devidamente homologada em ____/____/____ pelo Secretário da CONTRATANTE (xxxxxxxxxxxxx); tudo constante do Processo SEI nº. 202317576000013, parte integrante do presente contrato, regendo-o no que for omissis.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO

02.1 – O objeto deste contrato é a construção do campo de futebol society, localizado no município de XXXXXXXXXXXX, nas nas dimensões 26,7 x 42,3, em uma área total de 1.129,41 m², com instalação de grama sintética, drenagem, alambrado e iluminação, de acordo com as especificações e condições descritas neste contrato, igualmente vinculado ao Edital de Concorrência 01/2023 e anexos.

02.2 – Os serviços constantes deste objeto deverão ser executados sob o regime de execução de empreitada por **preço global** e de acordo os Projetos (xxxxxxxxxxxxx), Planilha Orçamentária (xxxxxxxxxxxxx) e Cronograma Físico-Financeiro (xxxxxxxxxxxxx), anexos que integram a concorrência supramencionada.

02.3 - Por motivo técnico devidamente justificado, poderão ser acrescidos ou suprimidos itens/serviços do objeto contratual, respeitando-se os limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e em conformidade com as disposições do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: ACRÉSCIMO E/OU SUPRESSÃO, E ALTERAÇÕES DOS SERVIÇOS

03.1 - Por motivo técnico devidamente justificado, poderão ser acrescidos ou suprimidos (itens/serviços) do objeto contratual, respeitando-se os limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

03.2 – Se necessário à melhoria técnica do serviço, para melhor adequação aos objetivos da Administração e desde que mantido intangível o objeto, em natureza e em dimensão, poderá ocorrer a execução de serviços imprevistos no orçamento, com variações para mais ou para menos, observados os limites do art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

03.3 – A execução de serviços imprevistos, ou seja, a alteração qualitativa, que respeitará o limite previsto no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, será medida e paga da seguinte maneira:

03.3.1 – Serviços constantes do orçamento estimativo: pelo preço unitário da proposta da CONTRATADA;

03.3.2 – Serviços não constantes do orçamento, mas que estejam presentes no universo de serviços discriminados pela Tabela de Preços da CONTRATANTE vigente na época da elaboração do orçamento, pelos valores nela encontrados, obedecendo-se, em todo caso, a proporção do deságio apurado entre a proposta de preços vencedora do certame e a tabela de preços da CONTRATANTE.

03.3.3 – Serviços não constantes do orçamento e que não estejam presentes no universo de serviços discriminados pela Tabela de preços supramencionada, mediante a apresentação da composição de preços unitários, em nível de mercado, que deverá ser elaborada pelo Departamento de fiscalização da CONTRATANTE.

03.4 – O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

03.4.1 – unilateralmente pela Administração:

03.4.1.1 – quando houver modificação do Termo de Referência ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

03.4.1.2 – quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites legalmente permitidos;

03.4.2 – por acordo das partes:

03.4.2.1 – quando conveniente a substituição da garantia de execução;

03.4.2.2 – quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

03.4.2.3 – quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente execução de serviço;

03.4.2.4 – para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, observado o disposto no art. 42 da Lei Estadual nº 17.928/12.

03.5- Para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR, DOTAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS.

04.1 – VALOR: O valor da execução dos serviços, objeto deste contrato, é de **R\$ X.XXX.XXX,XX** (XXXXX XXXXXXXXXXXXX XXXXXXX XXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXXXXX), conforme proposta da CONTRATADA datada de __/__/__, (XXXXXXXXXXXXXX).

04.1.1 – Nos preços propostos, deverão estar incluídos todos os custos de execução, mão-de-obra, leis sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam sobre os serviços.

04.2 – DOTAÇÃO: A despesa deste contrato correrá por conta da dotação nº 2022.26.01.27.451.1027.2102.04 - elemento de despesa nº. 4.4.90.51.17 (15000100, 17000280 e 100), tendo o valor sido totalmente empenhado, conforme Nota de Empenho nº. 000 __, datada __/__/__ (XXXXXXXXXXXXXX).

04.3 – RECURSOS:

Os recursos para execução dos serviços objeto deste contrato são oriundos:

Elementos de despesas: XXXXXX

Programa/Ação: XX

Fonte de Recurso: 100 Receitas Ordinárias (Tesouro Estadual) e 280 Convênio (ajuste com Órgão Federal).

CLÁUSULA QUINTA: CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE RECEBIMENTO DA OBRA

5.1.1 - Para efeito de aceitação, os serviços deverão ser realizados rigorosamente em conformidade com as especificações do Projeto Básico, do MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, dos PROJETOS, e de acordo com as disposições do CONTRATO.

5.1.2 - A efetiva entrega dos serviços ficará condicionada à aceitação por parte do Gestor do Contrato ou do Gestor do Contrato Auxiliar, designado(a) por Portaria ou ato equivalente do Secretário de Estado de Esporte e Lazer para receber, conferir e aceitar os serviços/obra - OBJETO do CONTRATO.

5.1.3 - A conformidade dos serviços e dos materiais e equipamentos a serem utilizados, e das técnicas empregadas na execução dos serviços, que atenderão aos requisitos da contratação, deverá ser verificada a partir de documentos recebidos da CONTRATADA que contenham a relação detalhada dos mesmos, com a informação das respectivas quantidades, especificações e orientações técnicas.

5.1.4 - Deverão ser realizados, pela CONTRATADA, todos os testes previstos nas normas vigentes e todos os testes necessários, em conformidade com a boa prática da engenharia, com registro formal através de relatórios técnicos elaborados para o recebimento dos serviços contratados, que serão submetidos à Fiscalização.

5.1.4.1 - Os testes deverão ser agendados previamente, e a CONTRATADA informará a programação ao Gestor Fiscal do Contrato, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para que os testes possam ser realizados com o acompanhamento da Fiscalização e não prejudiquem a realização do CRONOGRAMA da obra. A Fiscalização definirá se o acompanhamento será presencial ou por outro meio ou procedimento.

5.1.5 - O recebimento dos serviços também ficará sujeito, quando cabível, à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

5.1.6 - A SEEL reserva-se o direito de solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto ou equipamento cujo uso considere prejudicial ou que não atende às necessidades do CONTRATO.

5.2 - FORMA DE RECEBIMENTO DA OBRA

5.2.1 - Os procedimentos de entrega e recebimento dos serviços serão realizados conforme definido no Capítulo XXIV do CADERNO DE ENCARGOS, e de acordo com as disposições da Lei de Licitações - Lei Federal Nº 8.666/93.

5.2.2 - Após a conclusão dos serviços, ou seja, quando as obras e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos, de perfeito acordo com o CONTRATO, a CONTRATADA, mediante requerimento à autoridade competente da SEEL, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

5.2.3 - A SEEL realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes ou do Gestor do Contrato, com a finalidade de verificar a sua adequação, além de constatar e relacionar as eventuais não-conformidades existentes.

5.2.3.1 - A inspeção minuciosa a ser realizada pela SEEL-GO deverá ser acompanhada pela CONTRATADA, que deverá ser representada por seu Responsável e/ou Preposto e, necessariamente, deverá incluir a presença do Engenheiro Responsável Técnico (CREA-GO) e dos profissionais encarregados pelos serviços, ou por equipe definida por critério exclusivo da Fiscalização.

5.2.4 - Os serviços concluídos poderão ser recebidos, PROVISORIAMENTE, após a inspeção minuciosa, e o Gestor do Contrato responsável por seu acompanhamento e fiscalização formalizará o recebimento provisório mediante termo circunstanciado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

- 5.2.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico, e as não conformidades deverão ser corrigidas às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação.
- 5.2.6 - O termo circunstanciado descrito no item 7.2.4 deverá:
- 5.2.6.1 - Quando os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.
- 5.2.6.2 - Quando os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADES com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazo para correção, que não poderá ser superior a 90 dias.
- 5.2.7 - A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o OBJETO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.
- 5.2.8 - Se houver alguma pendência a ser realizada pela CONTRATADA, cuja execução não ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório, será necessária a justificativa por parte da CONTRATADA para evitar a execução imediata da pendência, e, à critério exclusivo da Fiscalização, após análise e aprovação da justificativa apresentada, poderá ser estabelecido um novo prazo para conclusão dos serviços.
- 5.2.9 - Para o recebimento definitivo, a autoridade competente da SEEL designará servidor ou comissão com no mínimo 03 (três) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO que comprove a adequação do OBJETO aos termos contratuais.
- 5.2.10 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO das obras e serviços contratados será lavrado 30 (trinta) dias após o Recebimento Provisório referido no item 7.2.4 e assinado pelas partes, se tiverem sido satisfeitas as seguintes condições:
- 5.2.10.1 - Atendidas todas as reclamações da Fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições, que venham a ser verificadas em quaisquer elementos das obras e serviços executados.
- 5.2.10.2 - Atendidas as demais disposições do CONTRATO.
- 5.2.11 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá conter relatório circunstanciado elaborado pelo Gestor do Contrato e/ou por Autoridade superior da SEEL-GO, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do CONTRATO e demais documentos que se fizerem necessários.
- 5.2.12 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, e não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias e das responsabilidades assumidas em CONTRATO e por força das disposições da lei que institui o código civil, Lei Federal Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e demais leis aplicáveis em vigência; dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 5.2.13 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO conterà formal declaração de que o prazo mencionado **no artigo 618 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**, será contado, em qualquer hipótese, a partir da data de assinatura do mesmo, ou seja, fica entendida e acordada, a partir deste momento da assinatura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a responsabilidade da CONTRATADA pelos serviços/obra - OBJETO do CONTRATO.
- 5.2.14 - O Gestor do Contrato, após emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços prestados, comunicará à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado pela Fiscalização, com base na medição realizada e ratificada.

05.15 – REAJUSTAMENTO: Durante a vigência deste contrato, as parcelas do cronograma físico-financeiro que, no momento de sua efetiva execução, ultrapassarem o período de 01 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação, serão reajustadas segundo a segundo a variação do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas.

05.15.01- Os preços unitários serão calculados através da seguinte fórmula:

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:

M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de um ano em relação a data base correspondente a data limite para apresentação da proposta por ocasião da abertura da licitação.

I₀ - Índice referente ao mês da data base correspondente a data de apresentação da proposta.

05.16- Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços ou fornecimento, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa do contratado, o reajustamento obedecerá às condições seguintes:

05.16.01- quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

05.16.01.01 - aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

05.16.01.02 - diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

05.16.02- quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

05.17- Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da administração, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem.

CLÁUSULA SEXTA: GARANTIA CONTRATUAL

6.1 - A CONTRATADA terá, obrigatoriamente, que recolher a garantia dentre as modalidades previstas no **§ 2, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, que não excederá a 5% (cinco por cento)** sobre o valor do CONTRATO, no prazo máximo definido pela SEEL, cuja análise e liberação para pagamento, pela SEEL, estará vinculada ao cumprimento desta obrigação.

6.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do OBJETO do CONTRATO.

6.2.2 - Prejuízos diretos, causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO.

6.2.3 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

6.2.4 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

6.3 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.4 - No caso de garantia em dinheiro, o montante deverá ser depositado em favor da CONTRATANTE, com correção monetária, em agência e conta corrente específica:

6.4.1 - Para prestar a garantia em dinheiro por intermédio de um depósito na instituição bancária, tendo como favorecida CAUCIONADA a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL, a CONTRATADA solicitar a abertura de uma Conta Depósito Caução, em que será denominada TITULAR E CAUCIONÁRIA.

6.4.2 - Para abertura da Conta Depósito Caução serão exigidos pela CEF:

6.4.2.1 - CONTRATO SOCIAL, CARTÃO CNPJ e COMPROVANTE DE ENDEREÇO da TITULAR E CAUCIONÁRIA.

6.4.2.2 - Documento que exige a garantia, ou seja, o CONTRATO OU EDITAL, onde consta a comprovação da necessidade da garantia, com a identificação e o CNPJ da SEEL, beneficiária CAUCIONADA.

6.4.2.3 - O VALOR correspondente a 5% do valor do CONTRATO, montante a ser depositado.

6.4.2.4 - Se não for o responsável legal da CONTRATADA que efetuará o depósito, deverão também ser apresentados os seguintes documentos: a procuração da CONTRATADA para quem vai realizar o depósito, o documento de identidade e o comprovante de residência do Procurador responsável.

6.4.3 - A CEF emitirá o comprovante do depósito, denominado “Recibo de Caução”, onde constam os dados da conta, os dados da caucionária, o valor caucionado, o histórico (dados do processo licitatório ou do contrato), os dados do favorecido (SEEL), as observações, as condições gerais e os termos para autorização, ciência e recibo de Levantamento da Caução, que será acompanhado do “Recibo de Depósito Caução” emitido no caixa do banco, além do Contrato de Abertura, Manutenção e Encerramento de Conta Caução.

6.5 - No caso de alteração do valor do CONTRATO, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.6 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.7 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3(três) meses após o término da vigência contratual.

6.8 - A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.9 - A garantia será levantada após 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, mediante comprovação de quitação para com o INSS, FGTS e ISSQN dos serviços contratados.

6.10 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será devolvida a garantia.

6.11 - No caso das rescisões de que tratam os incisos I a XI do citado art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia será utilizada para o ressarcimento de eventuais prejuízos e multas aplicadas. A quantia restante, se existir, será devolvida à CONTRATADA, nos termos do art. 80, inc. III desta Lei de Licitações.

6.12 - Será considerada extinta a garantia:

6.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO.

6.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZOS E PRORROGAÇÃO DO SERVIÇOS

07.01 – A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços somente após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO que autorizará o início dos mesmos, a ser emitida pela SEEL após a assinatura e publicação do CONTRATO. A mobilização da CONTRATADA e o início dos serviços deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO.

07.02 - A CONTRATADA deverá comunicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite iniciar os serviços conforme o estabelecido no Projeto Básico.

07.03 - Os serviços deverão ser realizados observando-se as condições estabelecidas no CONTRATO de prestação de serviços para a realização dos mesmos e a CONTRATADA se obriga a executar os serviços atendendo os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA de obra, anexo ao respectivo Edital.

07.04 - A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços somente após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO que autorizará o início dos mesmos, a ser emitida pela SEEL após a assinatura e publicação do CONTRATO. A mobilização da CONTRATADA e o início dos serviços deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO.

07.05 - A CONTRATADA deverá comunicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite iniciar os serviços conforme o estabelecido neste Projeto Básico.

07.06 - Os serviços deverão ser realizados observando-se as condições estabelecidas no CONTRATO de prestação de serviços para a realização dos mesmos e a CONTRATADA se obriga a executar os serviços atendendo os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA de obra, anexo ao respectivo Edital.

07.08 - O prazo para a execução dos serviços é de acordo com o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, previsto nos orçamentos do lote I, II e III (site da SEEL), contados a partir da data de assinatura da ORDEM DE SERVIÇO. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do CONTRATO e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8666/93.

07.09 - O prazo de vigência do CONTRATO é descrito no contrato de repasse de cada município.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1-Os serviços deverão ser prestados observando-se as condições estabelecidas no CONTRATO de prestação de serviços para a realização dos mesmos, e a CONTRATADA se obriga a executar os serviços atendendo às disposições e rotinas constantes neste Projeto Básico e as especificações e quantidades estipuladas no MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, nos PROJETOS, nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, nos DOCUMENTOS COMPLEMENTARES e no CADERNO DE ENCARGOS, documentos estes, todos anexados ao Edital de Licitação respectivo ao Projeto Básico.

8.2 - Os documentos descritos na tabela abaixo são complementares entre si. As eventuais divergências e/ou inconsistências entre esses documentos serão resolvidas pela Fiscalização. A princípio, deverão prevalecer as informações, especificações e quantidades das PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, seguida das informações do MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, depois, dos PROJETOS, deste Projeto Básico e, finalmente, do CADERNO DE ENCARGOS, **ressaltando-se que a decisão definitiva será sempre da Fiscalização, em qualquer circunstância, ainda que por seu exclusivo critério.**

8.3 - As etapas da construção deverão estar rigorosamente de acordo com os PROJETOS técnicos apresentados, e em conformidade com o CADERNO DE ENCARGOS - Edição 3, publicada pela AGETOP - Agência Goiana de Transportes e Obras (Atual GOINFRA - Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes), naquilo que for aplicável ao caso e atualizando-o com as normas vigentes, atendendo as orientações contidas nos seguintes capítulos:

8.3.1 - Capítulo I - PRELIMINARES.

8.3.2 - Capítulo II - MATERIAIS BÁSICOS.

8.3.3 - Capítulo III - PROJETOS.

8.3.4 - Capítulo IV - INSTALAÇÃO DA OBRA.

8.3.5 - Capítulo V - MOVIMENTO DE TERRAS.

8.3.6 - Capítulo VI - FUNDAÇÃO.

8.3.7 - Capítulo VII - ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO.

8.3.8 - Capítulo VIII - ESTRUTURA METÁLICA.

8.3.9 - Capítulo IX - ALVENARIA.

8.3.10 - Capítulo X - COBERTURA.

8.3.11 - Capítulo XI - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS.

8.3.12 - Capítulo XII - INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS.

8.3.13 - Capítulo XIII - IMPERMEABILIZAÇÃO E ISOLAMENTO TÉRMICO.

8.3.14 - Capítulo XIV - SERRALHERIA.

8.3.15 - Capítulo XV - REVESTIMENTO.

8.3.16 - Capítulo XVI - PAVIMENTAÇÃO.

8.3.17 - Capítulo XVII - CARPINTARIA E MARCENARIA.

8.3.18 - Capítulo XVIII - FORRO FALSO.

8.3.19 - Capítulo XIX - DIVISÓRIAS.

8.3.20 - Capítulo XX - FERRAGENS.

8.3.21 - Capítulo XXI - PINTURA.

8.3.22 - Capítulo XXII - VIDRAÇARIA.

8.3.23 - Capítulo XXIII - SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

8.3.24 - Capítulo XXIV - RECEBIMENTO DA OBRA.

8.4 - A CONTRATADA deverá atender todas as normas e leis específicas vigentes aplicáveis aos serviços contratados, tendo como referência e orientação os títulos a seguir relacionados, não se limitando a estes:

8.4.1 - Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes, relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto.

8.4.2 - Às normas técnicas atualizadas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), o que for aplicável, em especial: NBR 14037:2011 versão corrigida 2014/ABNT: Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos; NBR 5674:2012/ABNT: Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção; NBR 5410:2004 versão corrigida 2008/ABNT: Instalações elétricas de baixa tensão. NBR 14039:2005 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV; NTC 04:2008 - revisão 4/ENEL DISTRIBUIÇÃO GOIÁS - Fornecimento de energia elétrica em tensão secundária de distribuição; NTC 05:2019 - versão 3/ENEL DISTRIBUIÇÃO GOIÁS - Fornecimento de energia elétrica em tensão primária de distribuição - classe 15 kV e 36,2 kV; NBR 5419:2015/ABNT: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. NBR 16401:2008/ABNT: Parte 1 – Projetos das Instalações; Parte 2 – Parâmetros de conforto térmico; Parte 3 – Qualidade do ar interior; NBR ISO/CIE 8995-1:2013/ABNT: Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior; NBR 9050:2020/ABNT - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos de acessibilidade e NBR 15575:2013/ABNT - Norma de Desempenho.

8.4.3 - Às Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 06: Equipamento de Proteção Individual (EPI); NR 10: Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade; NR 18: Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção; NR 23: Proteção Contra Incêndios; N.º 35: Trabalho em Altura.

8.4.4 - À Resolução CONFEA N.º 1025/09: Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Acervo Técnico Profissional, de profissionais e empresas de engenharia.

8.4.5 - Aos regulamentos do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Goiás - Legislação Estadual, Instruções Técnicas e Portarias.

8.4.6 - Às demais normas técnicas específicas, se houver.

8.5 - A CONTRATADA deverá realizar o gerenciamento dos resíduos originários da contratação, contemplando todos os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, bem como as ações de proteção ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores.

8.6 - A CONTRATADA deverá fornecer e utilizar, mobilizar e desmobilizar, toda a mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas, com a qualidade e quantidade necessárias à completa e perfeita realização dos trabalhos, para o perfeito cumprimento da execução do CONTRATO e realização do OBJETO contratado.

8.7 - Os serviços deverão ser realizados por pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução da obra, para que o cronograma físico-financeiro proposto seja cumprido à risca.

8.8 - Previsibilidade de chuva: As paralisações que decorrem de período chuvoso são inevitáveis e conhecidas de antemão; tratam-se de eventos previsíveis, com relação aos quais tanto a SEEL quanto as contratadas têm amplo conhecimento. As paralisações da obra durante o período chuvoso não ensejarão qualquer direito à indenização, eis que o período chuvoso ordinário é um fato previsível no momento da formulação da proposta. Os custos de mobilização/desmobilização e outros custos decorrentes de paralisações em virtude do período chuvoso não podem ser imputados à SEEL e deverão ser arcados pela CONTRATADA, em razão de sua previsibilidade.

8.9 - Na Administração local da obra deverão estar incluídos e previstos nas planilhas orçamentárias, individualmente, sem estar limitada por esta relação:

8.9.1 - 1 (um) Engenheiro Civil Júnior Responsável Técnico (ART - CREA-GO), locado no canteiro de obras, durante o período de 100 horas/mês.

8.9.2 - 1 (um) Encarregado Geral de Obras, locado no canteiro de obras, diariamente, no período de 110 horas/mês, durante 4 meses.

8.10 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais treinados e qualificados, devidamente identificados e uniformizados. A CONTRATADA deverá atender o acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria.

8.11 - A CONTRATADA deverá fornecer todos os EPCs - Equipamentos de Proteção Coletiva e, individualmente, todos os EPIs - Equipamentos de Proteção Individuais, atendendo a legislação e as normas brasileiras específicas e aplicáveis em vigor. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com as respectivas certificações, quando for o caso, e dentro do prazo de validade do fabricante.

8.12 - A CONTRATADA deverá fornecer café da manhã e refeição para todos os trabalhadores da obra, durante todo o período previsto de execução do CONTRATO e prestação dos serviços, atendendo o acordo, convenção ou dissídio coletivo das categorias empregadas.

8.13 - O padrão de instalações provisórias será baseado na característica da obra e a CONTRATADA deverá atender às exigências das normas da ABNT - NBR 12.284 - Áreas de Vivência dos Canteiros de Obras, Norma Regulamentadora NR 18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, e demais normas vigentes pertinentes.

8.13.1 - A obra terá instalações provisórias previstas nas normas e as necessárias ao bom funcionamento das atividades e a realização do CONTRATO, e de acordo com o que for previsto nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, especialmente: tapumes com portaria, escritórios, sanitários, vestiários, refeitório com copa, almoxarifado e depósito, água, energia elétrica, bebedouro, entre outras.

8.13.1.1 - Poderão ser usados os ambientes existentes no local da obra para a implantação do canteiro de obras e de suas instalações, em conformidade com a autorização de uso definida pela Administração Municipal, que será informada pela SEEL, por escrito.

8.13.1.2 - Quando previsto no planejamento e no orçamento do canteiro de obras, preferencialmente, será considerada a instalação de um *container* para escritório, com isolamento térmico e sanitário exclusivo para as atividades de Engenharia e de Administração, que deverá ser utilizado, em conjunto, pela SEEL e pela CONTRATADA, a critério da Fiscalização.

8.13.2 - As instalações de área de vivência deverão atender, no que for cabível, ao disposto na NR-24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

8.13.3 - Não será permitida a instalação de alojamento no canteiro de obras. Quando o caso exigir a previsão de alojamento, desde que justificada pela CONTRATADA e autorizada pela SEEL, a sua instalação deverá ser realizada fora do canteiro de obras, em endereço e imóvel apropriados, contemplando as seguintes instalações:

8.13.3.1 - Cozinha, quando houver preparo de refeições.

8.13.3.2 - Local para refeições.

8.13.3.3 - Instalação Sanitária.

8.13.3.4 - Lavanderia, dotada de meios adequados para higienização e passagem das roupas.

8.13.3.5 - Área de lazer, para recreação dos trabalhadores alojados, podendo ser utilizado o local de refeições para este fim.

8.14 - A CONTRATADA deverá, em conformidade com a NR 18, fornecer água potável, filtrada e fresca para os trabalhadores no canteiro de obras, nas frentes de trabalho e nos alojamentos, por meio de bebedouro ou outro dispositivo equivalente, na proporção de 1 (uma) unidade para cada grupo de 25 (vinte e cinco) trabalhadores ou fração, sendo vedado o uso de copos coletivos.

8.14.1 - O fornecimento de água potável deve ser garantido de forma que, do posto de trabalho ao bebedouro ou ao dispositivo equivalente, não haja deslocamento superior a 100 m (cem metros) no plano horizontal e 15 m (quinze metros) no plano vertical.

8.14.2 - Na impossibilidade de instalação de bebedouro ou de dispositivo equivalente dentro dos limites referidos no subitem anterior, a CONTRATADA deverá garantir, nos postos de trabalho, suprimento de água potável, filtrada e fresca fornecida em recipientes portáteis herméticos.

8.15 - O custo e o pagamento referentes ao consumo de água e de energia elétrica durante a execução da obra serão responsabilidades da CONTRATADA, que deverá providenciar a ligação e todas as instalações necessárias para os fornecimentos provisórios para o canteiro da obra, e efetuar os pagamentos relativos aos consumos diretamente às Concessionárias.

8.16 - Durante o período de execução dos serviços poderão ser utilizadas as instalações de água e de energia elétrica que existem no local da obra, desde que autorizado por escrito, em conjunto, por Responsável da Administração Municipal das cidades supracitadas e pela Fiscalização. Neste caso, também as despesas geradas serão pagas pela CONTRATADA, que deverá providenciar os medidores certificados para a apuração do consumo, sem custo para a SEEL-GO ou para a Administração. Os valores MÁXIMOS que serão medidos e pagos à CONTRATADA no CONTRATO serão os valores previstos nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.

8.16.1 - Não havendo previsão nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS para o fornecimento de água e energia elétrica necessários à execução da obra, as Prefeituras dos respectivos municípios serão responsáveis pelo fornecimento necessário e seu respectivo custo, e neste caso, o fornecimento não será medido ou pago à a CONTRATADA.

8.17 - A CONTRATADA fornecerá os pontos de abastecimento de água e de alimentação para distribuição de energia elétrica e iluminação distantes até 50 metros do consumo para as frentes dos serviços necessários à execução do CONTRATO.

- 8.18 - Caso não seja necessária a execução das instalações e/ou da ligação provisória, o serviço que for desnecessário não será medido e não será pago à CONTRATADA.
- 8.19 - O movimento de terra e a construção e compactação dos aterros (se necessários) deverão ser executados pelas Prefeituras dos respectivos municípios. Caberá à CONTRATADA verificar e receber todos os serviços executados pela Prefeitura Municipal antes de iniciar seus trabalhos, em especial, o material empregado, as condições de compactação dos aterros e de estabilidade do terreno da construção, compreendendo:
- 8.19.1 - Serão de responsabilidade da CONTRATADA a verificação dos níveis naturais e alinhamentos do terreno, para que a obra seja locada de acordo com os PROJETOS, antes do início da obra. As áreas externas, quando não perfeitamente caracterizadas em plantas, deverão estar regularizadas de forma a permitir sempre fácil acesso e perfeito escoamento das águas superficiais.
- 8.19.2 - As Prefeituras dos respectivos municípios executarão todo o movimento de terra, necessário e indispensável para o nivelamento do terreno nas cotas fixadas pelo PROJETO Arquitetônico, os cortes e a construção dos aterros compactados. Os trabalhos serão realizados com a mobilização dos recursos como equipamentos para corte, aterro e compactação, carga, descarga e espalhamento e seus respectivos operadores, combustível, etc., com coordenação técnica própria. Os serviços executados pelas Prefeituras deverão seguir o planejamento, a logística, os processos construtivos definidos e as especificações do PROJETO de Estrutura e as normas vigentes aplicáveis. Ficará à cargo do Responsável Técnico das Prefeituras, portanto, a coordenação geral das atividades e a responsabilidade técnica de todos os serviços, com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART CREA-GO.
- 8.19.3 - Os serviços realizados deverão ser recebidos pela CONTRATADA, que verificará a conformidade com o PROJETO de Estrutura e o atendimento às normas, norma ABNT NBR 11.682:2006 - Estabilidade de encostas, que prescreve as condições exigíveis no estudo e controle da estabilidade de encostas naturais e de taludes resultantes de cortes e aterros realizados em encostas, bem como as condições para projeto, execução, controle e observação de obras de estabilização, e demais normas técnicas aplicáveis. Antes de iniciar a execução dos serviços, OBJETO do CONTRATO, a CONTRATADA deverá verificar os serviços realizados e entregues pelas Prefeituras e, havendo eventual irregularidade na construção, inconformidade com o PROJETO ou com as normas técnicas vigentes, deverá apresentar parecer técnico com as respectivas justificativas e embasamento técnico para análise e encaminhamento da SEEL, que o enviará para o Responsável Técnico da respectiva Prefeitura para as providências pertinentes e correções necessárias, se for o caso.
- 8.19.3.1 - A CONTRATADA será a única responsável pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços realizados pelas Prefeituras de cada município. Não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento das informações e das condições de execução desses serviços, em razão da ausência da vistoria.
- 8.20 - Todo material inservível ou classificado como "reciclável" ou "entulho" oriundo das escavações (exceto o proveniente de corte de terraplenagem, que será transportado pelas Prefeituras), demolições, retiradas e limpezas necessárias, deverá ser devidamente acondicionado na obra e transportado para local indicado pela Administração Pública Municipal, em conformidade com a legislação vigente. A Prefeitura deverá promover a declaração e a destinação dos resíduos sólidos, e os serviços que forem executados pela Prefeitura não serão medidos ou pagos à CONTRATADA.
- 8.20.1 - Para o levantamento dos quantitativos, o volume de transporte à ser lançado nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS deve ser calculado considerando o empolamento dos materiais.
- 8.21 - Quando da conclusão da obra, a CONTRATADA deverá entregar a obra limpa e em perfeitas condições de uso.
- 8.22 - Os materiais e equipamentos empregados deverão ser armazenados em locais apropriados, em condições de segurança, cobertos ou não, de acordo com a sua natureza, ficando a sua guarda sob responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.23 - A Fiscalização deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados e áreas de armazenagem de materiais, equipamentos e ferramentas para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, validades, quantidades, etc., procedendo a seu exclusivo critério.

- 8.24 - É vedada a utilização de materiais, equipamentos e ferramentas improvisados em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam.
- 8.25 - Os andaimes metálicos tipo torre, quando utilizados para a execução dos serviços, deverão estar convenientemente apoiados e ancorados durante sua utilização e atender rigorosamente às recomendações da Norma Regulamentadora NR 18.
- 8.26 - Sempre que houver necessidade de execução de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos não previstos, a CONTRATADA deverá comunicar e discutir PREVIAMENTE com a SEEL para a solução e definição necessárias.
- 8.27 - A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela Fiscalização, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência ou necessários ao andamento ou segurança dos demais serviços autorizados sem restrição de execução.
- 8.28 - Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade ou primeira linha, entendendo-se primeira qualidade ou primeira linha o nível de qualidade mais elevado da linha do material a ser utilizado, e todos os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios da boa técnica, e deverão atender às Normas Técnicas Brasileiras e às exigências da SEEL.
- 8.29 - A escolha dos materiais básicos (areia, brita, tijolos, etc.) deverá ser bastante criteriosa para não comprometer o andamento e qualidade dos serviços. Serão exigidos testes laboratoriais que comprovem a qualidade dos produtos.
- 8.30 - Caberá à Fiscalização a responsabilidade de analisar a qualidade dos materiais, decidindo sobre a necessidade de se efetuar, para comprovação da qualidade ou desempenho dos produtos e ou serviços, testes e/ou ensaios laboratoriais adicionais aos que estão previstos nas normas vigentes e nesta contratação, cuja realização constituirá responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.31 - A CONTRATADA deverá, caso haja solicitação da CONTRATANTE, submeter à apreciação da Fiscalização, amostras dos serviços ou dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados. As despesas decorrentes dessa verificação correção por conta da CONTRATADA.
- 8.31.1 - As amostras de materiais, depois de aprovadas pela Fiscalização, deverão ser cuidadosamente conservadas pela CONTRATADA no canteiro da obra ou no local dos serviços, até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.
- 8.32 - Sempre que houver qualquer dúvida na especificação dos serviços ou dos materiais, ou ainda, caso se pretenda fazer a opção pelo uso de **material equivalente ou alternativo**, com o objetivo de orientação ou aprovação para a substituição e para que a obra ou local dos serviços mantenha o mesmo padrão de qualidade em todos os níveis e etapas de execução dos trabalhos, a CONTRATADA deverá consultar o Gestor Fiscal do Contrato, que poderá solicitar o apoio necessário da Gerência de Infraestrutura Esportiva - GEINFRA para consulta em outras áreas da Administração e/ou para a resposta ao questionamento. A consulta deverá ser realizada pela CONTRATADA por escrito, conforme procedimentos definidos no Projeto Básico.
- 8.33 - A aprovação do Gestor Fiscal do Contrato para serviços e/ou utilização de **materiais equivalentes ou alternativos** deverá ser feita por escrito. A aprovação desses materiais será feita mediante amostras apresentadas à Fiscalização pela CONTRATADA, antes da aquisição do material.
- 8.34 - Caso o material especificado tenha saído de linha, este deverá ser substituído pelo novo produto do mesmo fabricante de referência, desde que comprovada sua eficiência, **equivalência** e atendimento às condições estabelecidas no Projeto Básico, e nas especificações do PROJETO e do MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES.
- 8.35 - Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um serviço ou material especificado por outro **alternativo**, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor Fiscal do Contrato, em tempo hábil e por escrito, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas e o orçamento comparativo, em conformidade com as especificações deste Projeto Básico e disposições do CONTRATO sobre a equivalência. A substituição do serviço ou

do material especificado deverá estar em conformidade com as normas da ABNT e só poderá ser realizada quando autorizada pela Fiscalização, nos casos previstos no CONTRATO.

8.36 - A análise e a aprovação dos pedidos de substituição pela SEEL só serão efetuadas quando cumpridas as seguintes exigências:

8.36.1 - Declaração de que a substituição se fará sem ônus para a SEEL, no caso de materiais equivalentes.

8.36.2 - Apresentação das provas, pela CONTRATADA, da equivalência técnica do produto proposto como alternativa ao especificado, compreendendo como documento comprobatório fundamental o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo e aceito pela Fiscalização, ou outro documento à critério exclusivo da SEEL.

8.36.3 - Indicação da marca, nome de fabricante ou tipo comercial da alternativa, que se destinam a atender o tipo e o padrão de qualidade requeridos.

8.37 - MATERIAL, EQUIPAMENTO OU SERVIÇO EQUIVALENTE TECNICAMENTE É AQUELE QUE APRESENTA AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS EXIGIDAS, OU SEJA, DE IGUAL VALOR, DESEMPENHAM IDÊNTICA FUNÇÃO E SE PRESTAM ÀS MESMAS CONDIÇÕES DO MATERIAL, EQUIPAMENTO OU SERVIÇO ESPECIFICADO.

8.38 - Quando não houver alternativa equivalente tecnicamente no mercado para o serviço especificado, após ser submetida para análise, a proposta da CONTRATADA para utilização de materiais e equipamentos não equivalentes poderá ser autorizada pela Fiscalização somente na condição de atender à exigência de apresentar eficiência e qualidade compatíveis ou superiores e revelar vantagem para a Administração, em conformidade ao Art. 4º, inciso III, do Decreto nº 44.786/2008, consonante ao princípio da economicidade e da eficiência.

8.39 - O material que, por qualquer motivo, for adquirido sem aprovação da Fiscalização ou que não corresponder à amostra previamente apresentada, deverá, no prazo máximo de 72 horas, ser retirado e substituído pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a SEEL.

8.40 - Outros casos não previstos serão resolvidos pela Fiscalização, após satisfeitas as exigências de apresentação dos motivos ponderáveis e aprovada a possibilidade de atendê-los.

CLÁUSULA NONA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2 - Não caucionar ou utilizar o CONTRATO para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da SEEL, sob pena de rescisão contratual e das demais penalidades aplicáveis previstas na lei de licitações.

9.3 - Executar diretamente o CONTRATO, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações e responsabilidades assumidas no CONTRATO. Não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste Projeto Básico ou no CONTRATO.

9.4 - Manter sigilo, não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, quaisquer informações de interesse restrito ou sigilosas da SEEL ou de TERCEIROS de que tomar ciência em razão da execução do CONTRATO, exceto com o consentimento, por escrito, da SEEL, devendo ainda orientar seus empregados nesse sentido.

9.5 - Assumir todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

9.6 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e de preços de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos ou do atendimento à legislação em vigor, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, refeição, funcionários, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório.

9.7 - Executar os serviços arcando com os custos dos mesmos até que sejam efetuados os pagamentos das faturas correspondentes às medições dos serviços efetivamente realizados aprovadas pela SEEL.

9.8 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da SEEL na gestão e no acompanhamento da execução do CONTRATO, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas condizentes com o objeto contratado.

9.9 - Cumprir as normas, regulamentos e procedimentos internos da SEEL quando aplicável ou pertinente ao CONTRATO e às rotinas da Gestão e Fiscalização realizadas pela SEEL. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da SEEL, inclusive quanto ao cumprimento das normas, regulamentos e procedimentos, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo CONTRATO.

9.10 - Manter preposto, com competência técnica e jurídica, aceito pela SEEL, no local da obra ou serviço, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e representá-la na execução do CONTRATO.

9.11 - Manter Engenheiro Civil (Responsável Técnico - ART CREA), aceito pela SEEL e indicado em sua documentação, no local dos serviços, para acompanhar e coordenar a execução dos serviços durante todo o período de execução do CONTRATO.

9.12 - Disponibilizar ao Gestor Fiscal do Contrato, nomes, número dos telefones - móveis e fixos e endereços físicos e eletrônicos - e-mails, dos representantes/prepostos da CONTRATADA, que possibilitem contato imediato e de forma permanente para os atendimentos de rotina e relativos a eventuais emergências, mantendo-os atualizados.

9.13 - Promover a organização administrativa e técnica dos serviços, de modo a conduzi-los com eficácia, eficiência e efetividade, no prazo determinado. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14 - Implantar de forma adequada o PLANO DE OBRA, de acordo com as orientações deste Projeto Básico, executando-o corretamente, de forma meticulosa e supervisionando os serviços necessários à realização do CONTRATO de forma a realizar o OBJETO em conformidade com as exigências da SEEL:

9.14.1 - As atividades que a CONTRATADA realizará deverão ser planejadas previamente e registradas pela CONTRATADA em um PLANO DE OBRA, o qual deverá conter a planificação, com o registro de todas as tarefas, quantidades de funcionários, logística, processos de execução e supervisão permanente dos serviços, mapeamento de riscos e ações de contingência, de forma a obter uma operação efetiva, realizar os serviços de forma meticulosa e constante e tornar mais fácil o treinamento e a realização das tarefas dos funcionários.

9.14.2 - Os processos de execução definidos no PLANO DE OBRA deverão ser realizados para garantir o perfeito atendimento às especificações deste Projeto Básico E DOS PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS E ESPECIFICAÇÕES, a fim de atender plenamente todas as exigências da SEEL.

9.14.3 - O PLANO DE OBRA deverá conter também o CRONOGRAMA físico-financeiro, detalhando as atividades e alocando todos os recursos, distribuindo as atividades no tempo, com previsão financeira e da estratégia de suprimentos (Plano de Compras, quinzenal).

9.14.4 - O PLANO DE OBRA deverá ser apresentado pela CONTRATADA em até 10 dias à contar da data da emissão da OS, para validação e aprovação do Gestor Fiscal do Contrato.

9.15 - Executar os serviços obedecendo às determinações do CONTRATO e com rigorosa observância dos PROJETOS e dos requisitos da contratação, bem como com estrita obediência às prescrições e exigências das especificações e de todos os documentos integrantes do CONTRATO e do Edital de Licitação, e aos parâmetros de qualidade da SEEL, de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, seguindo as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

9.16 - Seguir os elementos necessários à perfeita execução do OBJETO deste instrumento, todos constantes neste Projeto Básico, no MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES, nos PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS e todos os documentos que façam parte do respectivo Edital.

9.17 - A CONTRATADA deverá fornecer todos os documentos e informações relativas aos serviços prestados, como por exemplo, relatórios de obra, manuais técnicos de funcionamento e operacionais, características especiais da prestação do serviço, etc., ainda que não tenham sido especificados ou solicitados neste Projeto Básico.

9.18 - Elaborar e entregar ao Gestor Fiscal do Contrato, mensalmente, por ocasião da medição, em arquivo eletrônico, RELATÓRIO FOTOGRÁFICO TÉCNICO DE SERVIÇOS REALIZADOS, com o registro de todas as atividades realizadas na obra no mês anterior, sob pena de não atesto da fatura, conforme previsto no procedimento descrito neste Projeto Básico.

9.19 - Quando houver previsão nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ou necessidade por demanda futura, fornecer, instalar e manter a placa de publicidade da obra, a placa do CREA-GO e a placa de inauguração em conformidade com os modelos e sistemas adotados pela SEEL e as orientações do Governo de Goiás. As placas deverão ser afixadas em local visível e apropriado, e permanecer enquanto durar a execução dos serviços. Para garantir a aplicação correta da marca, deverão seguir o conjunto de regras e recomendações do Manual de Identidade Visual do Governo do Estado de Goiás, site da SEEL, e as especificações do Manual de Normas Gráficas do Governo de Goiás, SEI (site SEEL) Solicitar ao Gestor Fiscal do Contrato maiores detalhes ou esclarecimentos sempre que houver dúvidas ou conflito de informações de especificação:

9.20 - Placa de Obra do CREA-GO, conforme padrão GOINFRA:

9.20.1 - Deverá ser instalada no início da execução dos serviços, na implantação do canteiro de obras, junto ao tapume ou em local a ser definido pela Fiscalização, e permanecer sob os cuidados da CONTRATADA, que deverá mantê-la em ótimo estado de conservação, visível e legível ao público enquanto durar a atividade técnica correspondente e durante todo o tempo de execução do CONTRATO ou dos serviços.

9.20.2 - A placa deverá conter os seguintes dados:

9.20.2.1.1 - Nome do(s) autor(es) e/ou coautor(es) do(s) projeto(s) e do(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra, instalação ou serviço, de acordo com o(s) seu(s) registro(s) ou "visto(s)" no CREA-GO:

9.20.2.1.2 - Título, número da carteira e/ou do(s) "visto(s)" do(s) profissional(ais) no CREA-GO.

9.20.2.1.3 - Atividade(s) técnica(s) específica(s) pela(s) qual(ais) o profissional(ais) é(são) responsável(is).

9.20.2.1.4 - Nome da empresa executora da obra, instalação ou serviço, CONTRATADA, com a indicação do respectivo número do registro ou "visto" no CREA-GO.

9.20.2.3 - Será fabricada **em chapa galvanizada**, com as dimensões mínimas: 3 m de largura x 2 m de altura, pintada e instalada em vigotas de madeira que terão a seção transversal medindo aproximadamente 6 cm x 12 cm, e será fixada a 2,20 m de altura, medida a partir do nível do piso ou da calçada até a borda inferior da placa, conforme padrão SEEL (adaptado do padrão GOINFRA).

9.20.2.4 - Deverão ser atendidas ainda as dimensões e as demais indicações para a placa reguladas pelas posturas do município, se as houver.

9.21 - Responder e arcar com a responsabilidade civil ou criminal por todos e quaisquer danos materiais e morais, a qualquer título ou tempo, em virtude da execução do objeto contratado, causados à UNIÃO, à CONTRATANTE, ou à TERCEIROS, inclusive às concessionárias de serviços públicos, por dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) pela ação ou omissão de seus prepostos, empregados, trabalhadores ou representantes, inclusive pelos furtos e roubos que, porventura, venham a ocorrer no local dos serviços, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, ou em prazo menor, se for necessário para não comprometer o CRONOGRAMA dos serviços contratados ou a execução do CONTRATO. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a SEEL reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o CONTRATO, de pleno direito.

9.22 - Realizar as comunicações com a SEEL sempre por escrito, por meio físico ou eletrônico (e-mail), os quais servirão como prova para todos os efeitos legais.

9.23 - Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços ou da execução do CONTRATO. ACONTRATADA deverá comunicar, por escrito, ao Gestor Fiscal do Contrato, bem como ao preposto da CONTRATADA, qualquer anormalidade, falha ou fato relevante verificados na execução do CONTRATO, inclusive de ordem funcional, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao seu esclarecimento, para que sejam analisados, alterados, suprimidos ou corrigidos, se for o caso, e adotadas as providências de regularização necessárias pelo responsável.

9.24 - Paralisar, inclusive por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica da engenharia ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens da Administração ou de terceiros.

9.25 - Reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela SEEL, os serviços executados ou objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados, nos termos da Lei nº 8.666/93. Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução do CONTRATO, verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal Nº 8.078/90.

9.26 - Manter constante e permanente vigilância sobre a edificação e os serviços executados, bem como promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante todo o período de execução do CONTRATO até o Termo de Recebimento Definitivo, cabendo-lhe todas as responsabilidades por qualquer perda ou dano que venham a sofrer os mesmos. Em caso de paralisação determinada pela CONTRATANTE ou por força maior, buscar entendimento PRÉVIO com a SEEL para possível aditamento do serviço de vigilância.

9.27 - Fiscalizar e controlar a entrada e saída de pessoas nos locais de prestação dos serviços, exigindo a apresentação de identificação, e manter constante verificação da movimentação, entrada e saída nos diversos setores da obra.

9.28 - Manter a sua Vigilância atenta a fim de possibilitar o máximo de segurança possível contra roubo/furto e sabotagens em materiais, equipamentos e outros. Havendo a necessidade de permanência para realização de trabalho fora do horário normal de expediente da obra, o encarregado pela vigilância que acompanhará os trabalhos deverá verificar com o responsável da CONTRATADA se há autorização de permanência no local naquele horário, conferindo as listagens de pessoas que possuem esta autorização fornecidas pela SEEL e/ou pela CONTRATADA, e caso a pessoa não esteja incluída na respectiva listagem, solicitar a autorização devida.

9.29 - Fiscalizar a entrada e saída de veículos no local de prestação do serviço, identificando o motorista e anotando a placa, inclusive dos funcionários da Administração autorizados ou pessoas indicadas pela SEEL a estacionarem nas áreas que lhe são disponibilizadas, cuidando para que os portões de acesso ao local dos serviços permaneçam sempre fechados.

9.30 - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário normal de expediente, permitindo apenas quando, por escrito, devidamente autorizado o ingresso pelo responsável da CONTRATADA ou pela SEEL, anotando em documento próprio (LIVRO DE OCORRÊNCIAS ou DIÁRIO DE OBRA) nome, identidade, horário de entrada e saída, retendo a autorização feita por escrito, que deverá especificar os locais de acesso permitidos, as tarefas a serem cumpridas e o período de execução das tarefas.

9.31 - Receber, orientar e encaminhar o público, trabalhadores e visitantes de maneira polida e educada, informando-os e orientando-os sempre que solicitado.

9.32 - Não permitir a entrada de pessoas que apresentem sinais de embriaguez, como também pessoas suspeitas de estarem drogadas ou narcotizadas.

9.33 - Propiciar aos Idosos, Gestantes, Lactantes ou Pessoas com Deficiências (PCD) e necessidades especiais, preferência de trânsito e acesso aos setores da obra, procurando ajudá-lo(s), inclusive, no embarque e desembarque em local próprio e reservado para os mesmos. Ainda, atender às condições de acessibilidade previstas na norma ABNT NBR 9050:2020.

9.34 - Controlar e fiscalizar com rigor a entrada e saída de materiais e equipamentos da obra.

9.35 - Não permitir o acesso de pessoa que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou autorização expressa da SEEL.

9.36 - Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos, nocivos à saúde ou que ofereçam riscos de acidente, sem antes submetê-los aos procedimentos adequados de armazenamento e utilização, conforme planejamento prévio específico, para garantia da segurança no local da obra e de todos os trabalhadores, e atendimento às normas vigentes.

9.37-Incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no “Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras” da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

9.38- A responsabilidade pela obra, serviços e materiais fornecidos/executados é da empresa CONTRATADA, inclusive a parte de promoção de readequações, sempre que necessário.

9.39-Observar o Decreto Federal nº 7983/2013, o qual trata de regras e critérios para a elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços e engenharia.

9.40- A Contratada deverá sempre que necessário disponibilizar os seus registros contábeis à CONTRATANTE, inclusive aos órgãos de Controle da Admisnitração.

9.41- A Contratada deverá demonstrar durante todo o Contrato a regularidade das obrigações trabalhistas devidos aos seus contratados.

Quanto a Segurança do Trabalho:

9.37 - Cumprir as leis e todos os procedimentos previstos nas normas vigentes para garantir a segurança de todos os trabalhadores e do público visitante na obra.

9.38 - Responsabilizar-se pela segurança e manutenção da ordem nos locais de serviço.

9.39 - Manter afixado, em local visível, o número de telefone da Delegacia da Polícia da Circunscrição, do Corpo de Bombeiros, do Quartel da Polícia Militar da Região, do atendimento médico socorrista de emergência, dos responsáveis pela administração e outros de interesse indicados para melhor desempenho

das atividades.

9.40 - Instruir e treinar os seus empregados quanto à prevenção e combate a incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

9.41 - Cumprir e responder às determinações da Lei Federal nº 6.514 de 22 de dezembro de 1997 e da Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho.

9.42 - Cumprir rigorosamente as diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, estabelecidas na nova redação da Norma Regulamentadora Nº 18 (NR-18) – Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria SEPRT Nº 3.733 e publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de fevereiro de 2020.

9.43 - Observar com rigor a aplicação da Norma NR-18 às atividades da indústria da construção constantes da seção “F” do Código Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e às atividades e serviços de demolição, reparo, pintura, limpeza e manutenção de edifícios em geral e de manutenção de obras de urbanização. A organização da obra, responsabilidade da CONTRATADA, deverá:

9.43.1 - Vedar o ingresso ou a permanência de trabalhadores no canteiro de obras ou no local dos serviços sem que estejam resguardados pelas medidas previstas na NR-18.

9.43.2 - Fazer a Comunicação Prévia de Obras em sistema informatizado da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, antes do início das atividades, de acordo com a legislação vigente.

9.44 - Manter na obra, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho, em atendimento à Norma Regulamentadora nº 4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO (NR-4).

9.45 - Elaborar e implementar, conforme previsto na NR-18, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) no canteiro de obras ou locais de execução dos serviços, contemplando os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção. A nova redação da NR-18 exclui o PCMAT (que estabelece procedimentos de ordem administrativa, de planejamento e de organização com a finalidade de estabelecer controle e levar à prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais) e o PPRA (que visa à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, de acordo com a Norma Regulamentadora 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (NR-9)), criando o PGR, cuja estrutura é praticamente a mesma do PCMAT e do PPRA, mas exige a aplicação da NR 01. O PGR deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho. Em canteiros de obras com até 7 m (sete metros) de altura e com, no máximo, 10 (dez) trabalhadores, o PGR pode ser elaborado por profissional qualificado em segurança do trabalho. A implementação será sob responsabilidade da CONTRATADA.

9.45.1 - O PGR deverá estar atualizado de acordo com a etapa em que se encontra o canteiro de obras ou locais de execução dos serviços, considerando todas as frentes de trabalho e, além de contemplar as exigências previstas na NR-01, deverá conter os seguintes documentos, quando aplicável:

9.45.1.1 - Projeto da área de vivência do canteiro de obras e de eventual frente de trabalho, em conformidade com o item 18.5 da NR-18, elaborado por profissional legalmente habilitado.

9.45.1.2 - Projeto elétrico das instalações temporárias, elaborado por profissional legalmente habilitado.

9.45.1.3 - Projetos dos sistemas de proteção coletiva elaborados por profissional legalmente habilitado.

9.45.1.4 - Projetos dos Sistemas de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), quando aplicável, elaborados por profissional legalmente habilitado.

9.45.1.5 - Relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e suas respectivas especificações técnicas, de acordo com os riscos ocupacionais existentes.

9.45.2 - As empresas subcontratadas autorizadas a prestar serviços na execução do CONTRATO deverão fornecer a CONTRATADA o inventário de riscos ocupacionais específicos de suas atividades, o qual deverá ser contemplado no PGR.

9.46 - São facultadas às empresas construtoras, regularmente registradas no Sistema CONFEA/CREA, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho, mediante cumprimento dos requisitos previstos nos subitens 18.4.6.1 a 18.4.6.3 da NR-18 que se relacionam com esta permissão, a adoção de soluções alternativas às medidas de proteção coletiva previstas na NR-18, a adoção de técnicas de trabalho e o uso de equipamentos, tecnologias e outros dispositivos que:

9.46.1 - Propiciem avanço tecnológico em segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

9.46.2 - Objetivem a implementação de medidas de controle e de sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

9.46.3 - Garantam a realização das tarefas e atividades de modo seguro e saudável.

9.47 - Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA os custos referentes à adoção - à seu critério e em conformidade com a NR-18 - das medidas alternativas às medidas de proteção coletivas previstas na norma e à adoção de técnicas de trabalho e ao uso de equipamentos, tecnologias e outros dispositivos.

9.48 - A CONTRATADA deverá informar os riscos existentes nos locais de trabalho onde os serviços serão realizados para a execução do CONTRATO, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores, conforme estabelecem os requisitos e diretrizes da Norma Regulamentadora N° 7 (NR-7) - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

9.49 - Responsabilizar-se por toda e qualquer providência relacionada à segurança do trabalho de seus empregados, inclusive quanto à exigência do fornecimento e obrigação do uso dos equipamentos de proteção individuais, acompanhando e fiscalizando continuamente o uso dos equipamentos em atendimento às normas vigentes, às orientações do Ministério do Trabalho e do Sindicato de Classe dos Trabalhadores.

9.50 - Realizar todas as providências necessárias para o atendimento e socorro, por meio de seus prepostos, supervisores e encarregados, e assumir as responsabilidades e obrigações estabelecidas na legislação específica relativa aos acidentes de trabalho, quando forem vítimas de acidente de trabalho ou mal súbito os trabalhadores empregados no desempenho do serviço ou em conexão com o trabalho realizado.

9.51 - Comunicar ao Gestor Fiscal do Contrato ou, na sua ausência, à GEINFRA - Gerência de Infraestrutura Esportiva da SEEL, de forma detalhada, no menor prazo possível e imediatamente após o fato ocorrido, toda e qualquer ocorrência de acidentes no curso da execução do CONTRATO.

9.52 - Executar e manter constante a organização e a limpeza do canteiro de serviços, especialmente após o término de cada trabalho ou atividade.

9.53 - Manter nas dependências da Administração do canteiro de obras uma caixa ou mochila contendo materiais necessários de primeiros socorros para eventuais emergências, tais como: tesoura sem ponta, termômetro, curativos, ataduras de crepom, pacotes de gaze, esparadrapos, algodão, álcool a 70%, medicamentos como analgésicos e antitérmicos, etc.

Quanto a mão de obra empregada:

9.54 - Executar os serviços conforme estabelecem as especificações do Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários e, somente os necessários, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, para atendimento pleno ao objeto do CONTRATO e à qualidade de sua execução, atendendo a legislação trabalhista em vigor.

9.55 - Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados, seguindo rigorosamente o que estabelece a legislação atual e o disposto no respectivo acordo, convenção e dissídio coletivo da categoria dos trabalhadores.

9.56 - Informar e encaminhar ao Gestor Fiscal do Contrato o acordo coletivo celebrado no sindicato dos empregados, tão logo seja definido.

9.57 - Utilizar e manter os empregados habilitados e treinados, com pleno conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as determinações, normas, legislação em vigor e especificações no Projeto Básico.

9.58 - Preparar rigorosamente os empregados selecionados ou que prestarão os serviços, portadores de atestados de boa conduta, sem antecedentes criminais e com boas referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

9.59 - Disponibilizar ao Gestor Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, acondicionados em pasta única, relação nominal constando a identificação dos funcionários, com nome completo, RG e demais documentos necessários aos trabalhos de fiscalização dos empregados disponibilizados para a realização dos serviços, bem como, se for o caso, as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS e a ficha dos empregados, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de verificação e/ou conferência.

9.60 - Realizar, anualmente, ou sempre que necessário, exames médicos e de condicionamento físico, em todos os empregados, sem ônus extraordinários para a SEEL, substituindo aqueles que não estão aptos a desempenhar as atividades exigidas para a realização do CONTRATO.

9.61 - Promover e realizar anualmente, sem prejuízo dos serviços, de acordo com a legislação pertinente, sem ônus adicionais para os funcionários ou para a SEEL, a capacitação, treinamento, atualização profissional de todos os funcionários disponibilizados para a execução do CONTRATO, de modo a assegurar que os mesmos estejam continuamente aptos para o desempenho de suas funções e execução dos serviços contratados.

9.62 - Não permitir a utilização de qualquer trabalhador menor do que dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.63 - Comprovar o cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91, que dispõe:

“A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência (PCD), na seguinte proporção:

| | |
|--------------------------------------|-------------|
| <i>I – até 200 empregados</i> | <i>2%.</i> |
| <i>II – de 201 a 500</i> | <i>3%.</i> |
| <i>III – de 501 a 1.000</i> | <i>4%.</i> |
| <i>IV – de 1.001 em diante</i> | <i>5%”.</i> |

9.64 - Disponibilizar para o trabalho somente os empregados devidamente identificados e uniformizados (calças, camisas, calçados, crachá de identificação), além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, inclusive equipamentos e/ou produtos de proteção apropriados aos funcionários

expostos ao sol, e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs, cumprindo as leis e atendendo todas as normas de segurança e medicina do trabalho aplicáveis à execução do CONTRATO vigentes.

9.65 - Entregar os uniformes completos aos empregados, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada ao Gestor Fiscal do Contrato.

9.66 - Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.

9.67 - Manter seus empregados, diariamente, com uniformes limpos, em bom estado de conservação, com aparência pessoal adequada, portando crachá de identificação com fotografia recente, constando nome, matrícula, função, arcando com as despesas advindas desta exigência.

9.68 - Substituir os uniformes, semestralmente, a partir da assinatura do CONTRATO ou do fim do prazo anteriormente estipulado, e sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação.

9.69 - Manter o quadro de pessoal suficiente para o atendimento pleno da realização dos serviços, sem permitir a interrupção da realização do CONTRATO, salvo por determinação da SEEL.

9.70 - Assegurar a prestação dos serviços contratados, mesmo em caso de greve dos transportes públicos, salvo os motivos de força maior (calamidades públicas, etc.).

9.71 - Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da obra, e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessário.

9.72 - Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, sem observar e cumprir as disposições e os limites da legislação trabalhista.

9.73 - Responsabilizar-se pelo controle da assiduidade e pontualidade de seus empregados. Permitir, sempre que necessário ou solicitado, que a SEEL tenha acesso ao controle de frequência dos funcionários. Apresentar ao Gestor Fiscal do Contrato relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos, quando for o caso, por ocasião da elaboração da medição de serviços.

9.74 - Substituir por outro profissional com as mesmas qualificações, imediatamente, o empregado posto a serviço para realização do CONTRATO que se afastar do trabalho por ausência, falta, férias, descanso semanal, licença médica, licença paternidade, greve, demissão ou qualquer outro motivo, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento desta obrigação.

9.75 - Atender, de imediato, às solicitações da SEEL quanto à substituição dos empregados alocados nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços ou do CONTRATO, ao descrito no Projeto Básico, ou quando estes forem considerados inadequados pela SEEL, vedado definitivamente o retorno dos mesmos as dependências da obra.

9.76 - Assumir a responsabilidade por todas as despesas relacionadas aos seus empregados, todos os encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, decorrentes da execução do CONTRATO, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, uma vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a SEEL, tais como:

9.76.1 - Salários.

9.76.2 - Adicionais devidos por imposição legal ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho.

9.76.3 - 13º (décimo terceiro) salário, na proporção a que fizer jus o empregado.

9.76.4 - Férias.

9.76.5 - Encargos previdenciários.

9.76.6 - Taxas, impostos e contribuições.

9.76.7 - Vale-refeição.

9.76.8 - Vale-transporte.

9.76.9 - Seguros.

9.76.10 - Indenizações.

9.76.11 - Despesas decorrentes de acidentes do trabalho.

9.76.12 - Outras porventura existentes ou que venham a ser criadas e exigidas por lei ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho.

9.77 - Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário em conta salário ou na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento pela Fiscalização SEEL.

9.78 - Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido e conforme Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

9.79 - Fornecer à CONTRATANTE, mensalmente, cópia da folha de pagamento do mês anterior ao da despesa, bem como os comprovantes do recolhimento dos encargos sociais incidentes.

9.80 - Com a assinatura do CONTRATO, permitir à Administração da CONTRATANTE, a critério discricionário desta, fazer o desconto nas faturas a crédito da CONTRATADA e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

9.81 - Fornecer à CONTRATANTE os comprovantes de fornecimento de vale-alimentação e transporte aos funcionários, os quais deverão constar: nome e matrícula do empregado, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales e o mês de competência e, ainda, assinatura do empregado atestando o seu recebimento.

9.82 - Fornecer, mensalmente, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento e tempestivo pagamento das obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do CONTRATO, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados disponibilizados para a execução do CONTRATO.

Ainda, os serviços de que trata o Projeto Básico, compreendem as atribuições dos funcionários próprios ou de subcontratados a seguir relacionadas, entre outras inerentes a cada função, que constituem também obrigações da CONTRATADA:

9.83 - Tratar todos, indistintamente, com respeito e, quando solicitado, atender ao Gestor Fiscal do Contrato com atenção e presteza.

9.84 - Sempre que solicitado ou necessário, dirigir-se a todos, indistintamente, de forma cortês, polida e educada.

9.85 - Apresentar-se no trabalho devidamente limpo, uniformizado.

- 9.86 - Portar sempre, em lugar visível, o crachá de identificação fornecido pela CONTRATADA.
- 9.87 - Manter continuamente limpo e organizado o local de trabalho ou serviço.
- 9.88 - Manter seus equipamentos e ferramentas de trabalho limpos e em perfeitas condições de uso.
- 9.89 - Manter-se sempre com uma postura correta e condizente com a função desempenhada.
- 9.90 - Encaminhar ao preposto ou responsável da empresa todas as questões relativas ao vínculo funcional com a contratada.
- 9.91 - Procurar, em casos de dificuldade, buscar a orientação do gestor imediato ou do Departamento de Recursos Humanos, repassando-lhe o problema.
- 9.92 - Cumprir, rigorosamente, os horários e escalas de serviço.
- 9.93 - Comunicar a necessidade, com antecedência, e as ausências, no menor lapso de tempo possível, sempre que houver necessidade de faltar ao serviço por motivo de saúde ou por força maior.

Quanto ao Meio Ambiente e Sustentabilidade:

- 9.94 - Atender, durante a execução do CONTRATO, às exigências técnicas complementares contidas na Licença Ambiental e/ou em outras licenças que forem exigidas pelo órgão ambiental, de acordo com as legislações vigentes, de forma a promover a perfeita adequação da execução do CONTRATO à Lei Federal Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, à Resolução CONAMA 237 de 19/12/1997 e às demais leis estadual e municipal relativas ao meio ambiente.
- 9.95 - Cumprir as normas pertinentes ao CONTRATO sobre a proteção da vegetação e das áreas de preservação permanente e de reserva legal previstas na Lei Estadual nº 18.104 de 18 de julho de 2013. A Instalação de canteiro de serviços e armazenamento de materiais não poderão ser próximas à área de Preservação Permanente – (APP), devendo atender os limites da Lei Estadual Nº 18.104 de 18 de julho de 2013, Art. 9º.
- 9.96 - Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto Nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.97 - Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - 9.97.1 - Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais.
 - 9.97.2 - Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei Federal Nº 6.938/81, e Instrução Normativa IBAMA Nº 31, de 3 de dezembro de 2009, e legislação correlata.

9.97.3 - Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria N° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA N° 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

9.97.3.1 - Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.98 - Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n° 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e no Artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.98.1 - O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.98.2 - Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA N° 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.98.2.1 - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.

9.98.2.2 - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.98.2.3 - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.98.2.4 - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.98.3 - Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.98.4 - Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.99 - Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.99.1 - Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA N° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.99.2 - Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA Nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.99.3 - Nos termos do Artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.100 - Recuperar todo o passivo ambiental decorrente dos serviços contratados e dar destinação adequada aos resíduos.

9.101 - Todos os serviços a serem executados pela CONTRATADA deverão seguir a Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG que versa sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na execução de serviços e obras, considerando inclusive os processos de descartes de produtos.

Generalidades:

9.102 - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a concordância entre os PROJETOS, a topografia do local dos serviços e as concessionárias (redes públicas).

9.103 - A CONTRATADA será responsável pelas soluções técnicas necessárias para a execução dos serviços. Deverá realizar uma vistoria geral da obra, a inspeção de todas as instalações e uma revisão geral nos locais da execução dos serviços, a verificação do funcionamento, da segurança e do acabamento de todos os itens, inclusive os executados por terceiros.

9.104 - A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer indício de trincas ou rachaduras nas estruturas de concreto, vigas, pilares e lajes, alvenaria estrutural ou revestimentos e de exposição de armaduras (ferragens).

9.105 - Não poderá a CONTRATADA, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das cláusulas e condições estabelecidas neste **Projeto Básico** e de suas especificações, bem como das quantidades, de detalhes e exigências constantes dos PROJETOS e das PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, que fazem parte integrante do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Providenciar junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás a licença de demolição, **se for o caso**, conforme determina a Lei Estadual Nº 17.928/12, Art. 16, parágrafo único. As Prefeituras Municipais deverão providenciar manifestação do Órgão Ambiental local.

10.2 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços, em especial, aplicação de sanções, alterações de execução dos serviços.

10.3 - Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços.

10.4 - Fornecer aos funcionários da CONTRATADA, por escrito, as informações e esclarecimentos necessários para o desenvolvimento dos serviços OBJETO do CONTRATO.

- 10.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, concernentes ao OBJETO do CONTRATO.
- 10.6 - Indicar a localização e liberar as áreas onde serão executados os serviços, e permitir o acesso dos trabalhadores da CONTRATADA durante a realização do CONTRATO.
- 10.7 - Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.
- 10.8 - Cumprir, e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do CONTRATO. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, segundo as obrigações assumidas no mesmo e nas propostas técnica e de preços da CONTRATADA.
- 10.8.1 - A SEEL não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.9 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor ou comissão especialmente designada.
- 10.10 - Efetuar o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, fazendo anotações e registros das ocorrências e falhas relevantes observadas, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Projeto Básico, mantendo-os arquivados em processo administrativo específico, bem como determinando o que for necessário à regularização dos itens observados.
- 10.11 - Não tolerar a execução de tarefas em desacordo com as normas estabelecidas no instrumento contratual e na legislação de segurança existente.
- 10.12 - Notificar oficialmente a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços e do CONTRATO, fixando prazo para a sua correção, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, e certificar-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.13 - Exigir, comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que julgar, a seu exclusivo critério, deixar de merecer confiança ou, ainda, que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram cometidas, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou que não executar os serviços de acordo com o CONTRATO e com as especificações do Projeto Básico, bem como a substituição do mesmo.
- 10.14 - Rejeitar, no todo ou em parte, serviços em desacordo com o especificado do Projeto Básico, nos MEMORIAIS DESCRITIVOS E ESPECIFICAÇÕES, nos PROJETOS e demais documentos constantes do Edital, e com as disposições do CONTRATO, aplicando as penalidades cabíveis.
- 10.15 - Proceder a medição dos serviços efetivamente executados, observando o previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO da obra, e avaliando as implicações decorrentes de eventual inconformidade com o previsto no planejamento.
- 10.16 - Efetuar o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA, com base nas medições de serviços efetivamente executados e aprovadas pela Fiscalização SEEL, em conformidade com o valor previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, através de crédito em conta corrente bancária, observando-se e cumprindo-se as disposições legais.
- 10.17 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.
- 10.18 - Emitir o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO nos prazos e condições estipulados no Projeto Básico.
- 10.19 - Verificar, no prazo fixado, minuciosamente, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Projeto Básico, do CONTRATO, e dos demais documentos deste processo de contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.20 - Exigir da CONTRATADA que providencie a reparação dos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução do OBJETO, verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no Art. 69 da Lei Federal Nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

10.21 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário.

10.22 - Analisar e aprovar, se for o caso, a terceirização de micro e pequenas empresas para a execução parcial, nunca integral, do OBJETO desta licitação, quando solicitada pela CONTRATADA, observando o disposto na Lei Complementar Federal Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

10.23 - Examinar toda a documentação da CONTRATADA relativa ao disposto no CONTRATO.

10.24 - Realizar o arquivamento de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, entre outros documentos, após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E GESTÃO DO CONTRATO

11.1 - Caberá à SEEL, através da Gerência de Infraestrutura Esportiva - GEINFRA, a gestão do CONTRATO, o acompanhamento e a fiscalização dos trabalhos, e informar à CONTRATADA os dados e elementos técnicos e administrativos necessários à realização dos serviços.

11.2 - A Gestão do CONTRATO e o acompanhamento e fiscalização dos serviços serão feitos considerando a disposição legal, nos termos do Art. 67 da Lei Federal 8.666/93, a qual prevê que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, que deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e fiscalização dos serviços e gestão do contrato, e dos artigos Art. 51, Art. 52, e Art. 53 da Lei Estadual Nº 17.928/12, que dispõe sobre a fiscalização e gestão dos contratos pertinentes a obras, compras e serviços, bem como convênios, outros ajustes e demais atos administrativos negociais no âmbito do Estado de Goiás.

11.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO e de todas as fases da execução dos serviços, portanto, serão realizados pelo Gestor Fiscal do Contrato, cuja designação será efetivada por Portaria ou ato equivalente do Secretário de Estado de Esporte e Lazer. O Gestor Fiscal do Contrato ficará responsável, até o encerramento do CONTRATO, pelo atendimento das obrigações previstas na Lei Estadual Nº 17.928/12, tendo todas as prerrogativas e responsabilidades inerentes às funções de Gestor e de Fiscal de CONTRATO, nos termos da legislação em vigor.

11.4 - Afim de auxiliar o Gestor Fiscal do Contrato no acompanhamento, gerenciamento físico e financeiro e fiscalização da execução do CONTRATO durante a sua execução, em conformidade com o disposto no Art. 54 da Lei Estadual Nº 17.928/12, que permite o desmembramento das competências relacionadas às atividades de fiscalização e gestão dos contratos administrativos para que sejam realizadas por servidores ou grupo de servidores distintos, a SEEL **poderá** designar outro Gestor Fiscal do Contrato - **AUXILIAR**, ou quantos forem necessários, para fiscalizar, acompanhar e verificar a perfeita execução do CONTRATO, em todas as fases, até o recebimento do OBJETO, com as mesmas prerrogativas e responsabilidades do Gestor Fiscal do Contrato. A designação do Gestor Fiscal do Contrato - **AUXILIAR** será efetivada por Portaria ou ato equivalente do Secretário de Estado de Esporte e Lazer.

11.5 - As designações do Gestor Fiscal do Contrato e do Gestor Fiscal do Contrato - **AUXILIAR** deverão ser informadas na ORDEM DE SERVIÇO (OS). No caso da designação do Gestor Fiscal do Contrato - **AUXILIAR** ocorrer após a emissão da OS, a Fiscalização deverá encaminhar cópia da Portaria para

o conhecimento da CONTRATADA.

11.6 - O registro da ART da Fiscalização no CREA-GO deverá ser realizado pela CONTRATADA, que deverá providenciar, também, junto ao CREA e/ou ao CAU-BR, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao OBJETO do CONTRATO e as especialidades pertinentes, nos termos da legislação em vigor - Lei Federal Nº 6.496 de 7 de dezembro de 1977 e Lei Federal Nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.

11.7 - A CONTRATADA deverá disponibilizar, por intermédio do Gestor Fiscal do Contrato, todas as facilidades para o fiel cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e das atribuições da Fiscalização SEEL, inclusive o acesso ao local onde estejam previstos ou sendo executados os serviços relacionados com o CONTRATO, a qualquer hora e a qualquer pessoa autorizada pela SEEL.

11.8 - Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a SEEL reserva-se o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

11.9 - A Fiscalização observará no que couber, o Anexo VIII-A da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e rigorosamente e de forma a assegurar o perfeito cumprimento do CONTRATO, por meio de instrumentos de controle que, inclusive, compreendam a mensuração:

11.9.1 - Os itens do Projeto Básico.

11.9.2 - Todos os DOCUMENTOS relativos a esta contratação: Toda a documentação deverá ser mantida pela CONTRATADA no local dos serviços, com livre acesso, incluindo, entre outros documentos: PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS, ARTs, RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS, Relatórios Técnicos e Administrativos, PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS.

11.9.3 - O fiel adimplemento das disposições contratuais.

11.9.4 - Os RESULTADOS alcançados em relação a CONTRATADA e ao OBJETO CONTRATADO, com a verificação dos PRAZOS de execução e da QUALIDADE demandada.

11.9.5 - A ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, QUALIDADE E QUANTIDADE dos RECURSOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS utilizados.

11.9.6 - Os RECURSOS HUMANOS empregados, em função da QUANTIDADE e da FORMAÇÃO PROFISSIONAL exigidas.

11.9.6.1 - O Gestor Fiscal do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei Federal Nº 8.666/93.

11.9.7 - A EXECUÇÃO e CONFORMIDADE da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, e a adequação à ROTINA DE EXECUÇÃO estabelecida.

11.9.8 - A CONFORMIDADE da ALOCAÇÃO dos RECURSOS necessários e das TÉCNICAS EMPREGADAS.

11.9.9 - O CUMPRIMENTO das demais OBRIGAÇÕES decorrentes do CONTRATO.

11.9.10 - A SATISFAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO usuária.

11.10 - Havendo por parte da responsabilidade da CONTRATADA não conformidades referentes às exigências administrativas e gerenciais do CONTRATO ou às especificações previstas neste Projeto Básico e nas normas e instruções da SEEL, o Gestor Fiscal do Contrato deverá:

11.10.1 - Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei Federal Nº 8.666/93.

- 11.10.2 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências previstas do Art. 69 da Lei Federal 8.666/93, no que couber.
- 11.10.3 - Caso a não conformidade não seja sanada e/ou não haja justificativa razoável e por escrito da CONTRATADA do descumprimento e/ou atraso da sua regularização, dentro do prazo estipulado na respectiva notificação, o Gestor Fiscal do Contrato deverá aplicar penalidade de acordo com as cláusulas contratuais, cujo valor será deduzido dos créditos da CONTRATADA junto à SEEL, depois da perda/preclusão do prazo de defesa prévia da CONTRATADA, conforme prevê o Art. 87 da Lei Federal Nº 8666/93.
- 11.11 - Reserva-se à SEEL, o direito de intervir nas obras/serviços quando ficar comprovada a incapacidade técnica da CONTRATADA ou deficiência dos equipamentos e da mão de obra por esta empregados, sem que desse ato resulte o direito da mesma pleitear indenização, seja a que título for.
- 11.12 - Caberá à CONTRATADA o fornecimento, manutenção e guarda de um RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS (RDO), no local dos serviços ou por meio de arquivo eletrônico, permanentemente disponível para lançamento diário das informações relativas à execução do OBJETO, tais como, número de funcionários e presença de terceiros, equipamentos alocados, condições de trabalho, condições meteorológicas, detalhamento dos serviços executados e o desenvolvimento das atividades em relação ao CRONOGRAMA previsto, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como dos comunicados à Fiscalização. O RDO deverá ser iniciado pelo Engenheiro Responsável Técnico da CONTRATADA, na data do início dos serviços. O não cumprimento deste item poderá incorrer em pena de não liberação das faturas pela Fiscalização. A Fiscalização utilizará o RDO para as anotações pertinentes a execução do CONTRATO e as comunicações com a CONTRATADA, se necessário. Após análise e registro da manifestação da SEEL, o Gestor Fiscal do Contrato deverá assinar o RDO e encaminhá-lo para a CONTRATADA.
- 11.13 - As observações, dúvidas e questionamentos técnicos da CONTRATADA, que porventura surgirem sobre a execução do CONTRATO, a realização dos trabalhos ou na leitura e interpretação de projetos, deverão ser registrados no RDO. Se necessário, o Gestor Fiscal do Contrato buscará o apoio para a resposta ou definição solicitada junto aos departamentos e divisões da SEEL.
- 11.14 - Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, e dos registros dos questionamentos, a CONTRATADA deverá recorrer ao RDO sempre que surgirem quaisquer alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes ou condições especiais. Neste caso, também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no RDO, para ciência, e/ou como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.
- 11.15 - As exigências da Fiscalização, inerentes ao OBJETO contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.
- 11.16 - É vedado à CONTRATADA realizar qualquer alteração nos serviços contratados, incluindo métodos executivos, sem a devida autorização por escrito da Fiscalização.
- 11.16.1 - Quando necessária e justificada pela CONTRATADA, a mudança proposta deverá ser submetida ao Gestor Fiscal do Contrato, previamente e por escrito, para análise e aprovação da SEEL.
- 11.17 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de caso fortuito ou de força maior, defeito, imperfeição técnica, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, qualquer causa de destruição ou dano e de incorreção na execução, dos serviços ou dos bens pertencentes ou vinculados à SEEL, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que tenha ocorrido em via pública existente junto ao local dos serviços, ainda, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros. A ocorrência destes, também não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei Federal Nº 8.666/93, sendo a CONTRATADA a única responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

12.1- A Contratada deverá apresentar o Cronograma Físico-Financeiro relativo ao serviços a serem executados, conforme modelo a seguir:

| Item | Descrição | 1 07/23 | 2 08/23 | 3 09/23 | 4 10/23 |
|------|------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 100,00% | | | |
| 2 | FUNDAÇÃO | 100,00% | | | |
| 3 | MOVIMENTAÇÃO DE TERRA | 100,00% | | | |
| 4 | ALAMBRADO | | 50,00% | 50,00% | |
| 5 | TUBO DE FUNDAÇÃO | | 100,00% | | |
| 6 | DRENAGEM | | 100,00% | | |
| 7 | GRAMADO | | | 50,00% | 50,00% |
| 8 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SPDA | | 10,00% | 40,00% | 50,00% |
| 9 | CALÇADA/GRAMA | | | | 100,00% |
| 10 | ACESSÓRIOS | | 22,00% | 78,00% | |
| 11 | PINTURA DE VIGA DE CONCRETO | 100,00% | | | |
| 12 | ADMINISTRAÇÃO | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1- A quantidade dos serviços a serem executados e os preços unitários e global máximos que a SEEL pagará pelos serviços efetivamente executados estão definidos nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, que fazem parte do respectivo Edital do Projeto Básico.

13.2 - A medição será feita por etapas dos serviços efetivamente executados e aprovados pela Fiscalização da SEEL, obedecendo o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. Os serviços executados pelas Prefeituras não serão considerados para efeito de medição e pagamento à CONTRATADA.

- 13.2.1 - Todas as áreas e quantidades, para efeito de medição de serviços executados, deverão ser obtidas *in loco*, ou seja, no local onde os serviços foram especificados e/ou de sua efetiva realização.
- 13.2.2 - Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
- 13.2.3 - As áreas que deverão constar no PROJETO de arquitetura e/ou nos demais PROJETOS, nas PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS e demais planilhas, estão fornecidas a título de informação, não servindo de base para cobrança de serviços adicionais por parte da CONTRATADA.
- 13.3 - A SEEL pagará à CONTRATADA, através de depósito em conta corrente bancária, observada a ordem cronológica de apresentação das faturas aptas ao pagamento e baseado em medições mensais pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente aos serviços realizados. O pagamento dos serviços de natureza “Administração” será efetuado de forma proporcional ao avanço físico dos serviços, conforme determina a Lei no. 4.320/64, art. 62 c/c 63, § 2º, inciso III.
- 13.4 - Os serviços serão medidos mensalmente, e a CONTRATADA encaminhará para medição e correspondente aprovação, ao Gestor Fiscal do Contrato, até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, relatório dos serviços executados do mês referente ao período de medição, de acordo com o procedimento de medições e pagamentos definido pela SEEL.
- 13.5 - A conferência, a análise e a aprovação do relatório para medição, que inclui o relatório fotográfico técnico, serão realizadas pelo Gestor Fiscal do CONTRATO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços e, somente após a aprovação do relatório apresentado, o Gestor Fiscal do Contrato autorizará a emissão da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.
- 13.6 - Para a autorização da emissão da Nota Fiscal/Fatura, será emitido um Relatório de Medição pela Fiscalização, com base na conferência, análise e aprovação, parcial ou total, do relatório apresentado pela CONTRATADA, que definirá o valor da medição efetivamente aprovado.
- 13.7 - A CONTRATADA deverá apresentar, somente após a emissão do Relatório de Medição da SEEL, e até o 8º dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, a Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada, em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, CNPJ: 32.712.376/0001-15, referente aos serviços prestados no mês anterior, com indicação de dados bancários, que será conferida e atestada pelo Gestor Fiscal do Contrato.
- 13.8 - A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada da documentação respectiva, a qual será analisada por setor competente, após o que a CONTRATANTE efetuará o pagamento por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária, em até 30 dias após recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 13.9 - A Nota Fiscal/Fatura e os documentos anexos exigidos deverão ser encaminhados em formato eletrônico.
- 13.10 - A CONTRATADA deverá assumir as consequências de qualquer atraso ocorrido, ausência ou inconformidade na apresentação da medição, da nota fiscal/fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte e/ou responsabilidade da mesma, que importará em interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento e em prorrogação e reprogramação automática do prazo de vencimento da obrigação de pagamento previsto no CONTRATO, após a regularização do processo, não eximindo a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados pontualmente e cumprir as demais obrigações previstas do CONTRATO. As novas contagens de prazo para análise, o atesto e o pagamento recomeçarão quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos.
- 13.11 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

- 13.12 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações, sob pena de não atesto da fatura, da regularidade fiscal, através da apresentação de:
- a. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos/Receita Federais e à Dívida Ativa da União.
 - b. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - c. Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - d. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual e Municipal:
 - e. As empresas sediadas fora do Território Goiano deverão apresentar, com a certidão de regularidade do seu Estado de origem, a certidão de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás.
 - f. Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (referente ao ISS) do(s) município(s) onde os serviços venham a ser prestados ou executados.
- 13.13 - Os municípios onde os serviços foram executados deverão ser informados na Nota Fiscal/Fatura, bem como o percentual do serviço executado em cada um, de acordo com relatório emitido pelo Gestor Fiscal do Contrato.
- 13.14 - A retenção e o recolhimento do ISS para o município de Goiânia serão realizados pela SEEL-GO.
- 13.15 - O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 13.16 - A retenção ou glosa do pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:
- 13.16.1 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas.
- ou,
- 13.16.2 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.17 - Para liberação do pagamento, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todos os itens contratuais e a regularidade fiscal da CONTRATADA.
- 13.18 - A data de emissão da ordem bancária, em favor da CONTRATADA, será considerada como a do efetivo pagamento.
- 13.19 - Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia após a data de apresentação da fatura e da documentação obrigatória, considerando-se esta data como limite de vencimento da obrigação, incorrendo à CONTRATANTE, após a mesma, em juros simples de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela CONTRATADA.
- 13.19.1 - Ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá suspender a execução dos seus serviços.
- 13.20 - Fica estabelecido que todos os pagamentos a serem realizados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica, fundacional e fundos especiais do Poder Executivo, aos seus fornecedores e prestadores de serviços em geral, deverão ser efetivados por meio de crédito em conta corrente do favorecido em Instituição Bancária a ser indicada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

14.1 - A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações previstas na Lei 8.666/93 e no CONTRATO, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções estabelecidas no Edital de Licitação e no CONTRATO. Constituem ilícitos administrativos, além da prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

14.2 - Serão aplicadas a CONTRATADA, caso incorra nas faltas referidas no Item anterior, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93.

14.3 - Nas hipóteses previstas no Item 14.1, a CONTRATADA poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa própria e às suas expensas.

14.4 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do CONTRATO, sujeitará a CONTRATADA, além das sanções referidas no Item 14.2, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

14.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do CONTRATO, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o CONTRATO, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

14.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do OBJETO não realizado ou sobre a parte da etapa do CRONOGRAMA FÍSICO de obras não cumprido.

14.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do OBJETO não realizado ou sobre a parte da etapa do CRONOGRAMA FÍSICO de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

14.5 - A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada da garantia da CONTRATADA.

14.5.1 - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

14.6 - A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

14.6.1 - 06 (seis) meses, nos casos de:

14.6.1.1 - aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que a CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

14.6.1.2 - alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

14.6.2 - 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

14.6.3 - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

14.6.3.1 - Entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada.

14.6.3.2 - Paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração.

14.6.3.3 - Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual.

14.6.3.4 - Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

14.7 - A prática de qualquer das infrações previstas no item 14.1 sujeita a CONTRATADA à declaração de inidoneidade, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

14.8 - A aplicação das sanções a que se sujeita a CONTRATADA, inclusive a de multa aplicada nos termos do item 14.4, não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o CONTRATO e aplique as demais sanções previstas na legislação de regência.

14.9 - Todas as penalidades previstas serão aplicadas por meio de processo administrativo, sem prejuízo das demais sanções civis ou penais estabelecidas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: SUBCONTRATAÇÃO

15.1- Não será permitido a subcontratação de qualquer tipo de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA RESCISÃO

16.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido:

16.1.1 - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei nº 8.666/93 (observado o disposto no artigo 80 da mesma lei);

16.1.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para Administração;

16.1.3 - judicial, nos termos da legislação;

16.2 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.3 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, em consonância com o art. 79, § 2º da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

16.3.1 - Devolução da garantia;

16.3.2 - Pagamento devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

16.3.3- Pagamento do custo da desmobilização, quando previsto no orçamento sintético.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: TRIBUTOS E RESPONSABILIDADES

17.1 – É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes deste contrato.

17.2 – A CONTRATANTE exime-se da responsabilidade Civil por danos pessoais ou materiais porventura causados em decorrência da execução dos serviços, objeto deste instrumento, ficando esta como obrigação exclusiva da CONTRATADA.

17.3 - Constatado vícios ou defeitos deverá a CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do conhecimento destes, acionar o contratado sob pena de decair dos seus direitos.

17.4 - A CONTRATADA responde por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial a concessionárias de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONDIÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS

18.1 - Fica a CONTRATADA ciente que na execução de suas atividades não poderá causar qualquer tipo de poluição, ou dano ambiental, devendo proteger e preservar o meio ambiente, executando seus serviços em estrita observância às normas legais e regulamentares, federais, estaduais ou municipais, aplicáveis ao assunto, incluindo, mas não se limitando à:

(1) Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;

(2) Lei nº 9.605/1998, a chamada “Lei dos Crimes Ambientais”; e,

(3) Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como as demais normas relacionadas ao gerenciamento, ao manuseio e ao descarte adequado dos resíduos sólidos resultantes de suas atividades, privilegiando todas as formas de reuso, reciclagem e de descarte adequado, de acordo com as normas antes mencionadas.

18.2 - Quando necessário, assume a CONTRATADA a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação ambiental específica para obter as licenças, outorgas, permissões e autorizações ambientais junto às repartições competentes, necessárias à execução dos serviços.

18.3 - Fica a CONTRATADA obrigada a encaminhar para a SEEL a cópia das licenças, outorgas, permissões ou autorizações ambientais, durante e após a vigência do contrato, bem como pela observância e atendimento de todas as exigências técnicas e/ou condicionantes contempladas nos referidos documentos.

18.4 - Fica a CONTRATADA obrigada a encaminhar para a SEEL um Relatório de Controle Ambiental – RCA (deverá conter exposição fotográfica) confeccionado por profissional devidamente habilitado, relacionado ao cumprimento das exigências técnicas e/ou condicionantes das licenças, outorgas, permissões ou autorizações ambientais concedidas para a obra durante a vigência do contrato, sob pena de paralisação das medições de serviços da obra, até que as não conformidades das exigências técnicas e/ou condicionantes sejam corrigidas.

18.5 -As licenças, outorgas, permissões ou autorizações que porventura só possam ser obtidas diretamente pela SEEL deverão ser previamente solicitadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE em tempo hábil e por comunicação oficial, de modo a não impactar o andamento dos serviços ou, se for o caso, impedir ou prejudicar a pronta execução contratual.

18.6 -A não solicitação em tempo hábil, na forma do disposto na cláusula acima, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste CONTRATO, além da responsabilidade pelos eventuais prejuízos, daí decorrentes, causados à SEEL, como, por exemplo, desmobilização não programada em face da paralisação dos serviços.

18.7 -A CONTRATADA assumirá toda e qualquer responsabilidade, seja de ordem civil, criminal ou administrativa, perante órgãos públicos, pelas atividades exercidas que venham a causar danos ao meio ambiente.

18.8 -É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de multas advindas de impactos ambientais causados pelas atividades por ela desenvolvidas durante e após a vigência do contrato.

18.9 -A CONTRATADA é, ainda, obrigada à redução ou eliminação dos impactos ambientais e recuperação da eventual degradação causada na área pelas atividades por ela desenvolvidas na vigência do contrato, de forma que a qualidade ambiental da área, ao final do contrato, seja no mínimo, igual àquela

encontrada no início do contrato, devendo ser demonstrado por meio de levantamento fotográfico.

18.10 - Deverá relatar a CONTRATANTE por meio de comunicação oficial toda e qualquer irregularidade ambiental observada, que venha a atrapalhar ou impedir a condução dos trabalhos.

18.11 - A CONTRATADA responsabiliza-se pelos danos causados a terceiros, ao patrimônio da CONTRATANTE e ao meio ambiente por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus colaboradores;

18.12 -A CONTRATADA deve se abster de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, nem utilizar mão-de-obra em condição análoga à de escravo, bem como, fazer constar cláusula específica nesse sentido nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de multa ou rescisão deste Contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

18.13 -A CONTRATADA não poderá promover no recrutamento e na contratação da sua força de trabalho qualquer tipo de discriminação, seja em virtude de raça/etnia, cor, idade, sexo, estado civil, e de posição política, ideológica, filosófica e/ou religiosa, ou por qualquer outro motivo, sob pena de extinção do CONTRATO, independentemente das penalidades que lhe forem aplicáveis.

18.13.01 - A CONTRATADA envidará os maiores esforços para: (i) promover a diversidade humana e cultural, (ii) combater a discriminação de qualquer natureza, (iii) contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a redução da desigualdade social e (iv) estimular a equidade de gênero e étnico-racial.

18.14 - A CONTRATADA se obriga, sempre que solicitado pela SEEL, a emitir uma declaração por escrito de que cumpriu ou vem cumprindo as exigências contidas nesta cláusula socioambiental.

18.15 - A CONTRATADA deverá manter seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e seu Programa de Prevenção de Risco Ambientais (PPRA) sempre atualizados.

18.15.01 - Tanto o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) quanto o Programa de Prevenção de Risco Ambientais (PPRA) serão apresentados à SEEL imediatamente após a celebração do presente CONTRATO, sendo reapresentados, durante a vigência deste, na medida em que forem atualizados, em periodicidade não superior a 1 (um) ano, conforme Normas Regulamentadoras 7 e 9 (NR 7 e NR 9) da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

19.1 – Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

19.2 – CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

19.3 – A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

19.4 – O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

19.5 – A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

19.6 – Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

19.7 – A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

19.8 – As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetar a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

19.3 – E, por estarem acordes, assinam este instrumento os representantes das partes e o responsável técnico da CONTRATADA, por meio de assinatura eletrônica no SEI.

“ANEXO AO CONTRATO, CONVÊNIO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

2) A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

4) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

5) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

6) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7) A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.”



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA DE CASTRO CAVALCANTE, Gerente Especial**, em 14/03/2023, às 11:39, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **45434602** e o código CRC **F95EB35A**.



Referência: Processo nº 202317576000013



SEI 45434602

FERREIRA FELISBERTO

ASSESSORIA JURÍDICA EM LICITAÇÕES

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: NYOM COMERCIO E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 21.569.426/0001-30, endereço eletrônico nyomgrass@gmail.com, com sede na rua I QUADRA21 LOTE 01 ANEXO 02, n. 441, bairro Vi Santa Helena, CEP 74.555-050, Goiânia-GO, neste ato representada por seu representante legal **Fauzi Jaber Neto**, brasileiro, portador do RG n. 5206028 e inscrito no CPF n. 027.352.861-00

OUTORGADA: ALLYNE EMANUELE FERREIRA FELISBERTO, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na **OAB/SC sob o nº 62.586**, inscrito no CPF sob nº 105.557.009-84.

PODERES GERAIS: Nomeia e constitui sua procuradora onde esta se apresentar, para conceder os mais amplos poderes, especialmente os poderes da cláusula "AD NEGOTIA"; "AD JUDICIA", "APUD ACTA" e "EXTRA JUDICIA", para representar o(a) outorgante junto às repartições públicas federais, estaduais e municipais, nelas assinando o que preciso for, e no foro em geral, perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive na Justiça Trabalhista e Federal, em quaisquer ações que figure(m) como autor(es) ou réu(s), assistente(s), oponente(s) ou litisconsorte(s), podendo ainda, promover quaisquer medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias de seu(s) direito(s) e interesse(s). Praticar todos os atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato e que necessite de sua presença, outorga ou assinatura, inclusive requerer e recorrer com os mais amplos poderes. Podem os Outorgados, requerer justificações, requerer falência, habilitar créditos, adjudicar ou arrematar em qualquer praça e leilão, concordar e discordar de avaliações e cálculos, levantar alvará e finalmente, tudo fazer pelo fiel desempenho deste mandato, inclusive requerer execuções, sequestros, penhoras, protestos, embargos, remições, apelar, agravar e interpor quaisquer outros recursos, ainda o de revista, podendo impetrar ação de Mandado de Segurança, Correição Parcial, inclusive o de substabelecer a presente procuração quando lhe convier, com ou sem reserva de poderes, além de realizar serviço consultivo, de assessoria, de negociação e extrajudicial que couber no objeto contratado.

PODERES ESPECIAIS: Confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, receber em pagamento e firmar compromisso.

OBJETO: Representar a Outorgante na esfera administrativa extrajudicial e judicial, incluindo no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Balneário Camboriú/SC, 04 de abril de 2023.



NYOM COMERCIO E SERVICOS LTDA
Representante legal Fauzi Jaber Neto
OUTORGANTE

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PATRICIA DE CASTRO CAVALCANTE - PRESIDENTE DA COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DE GOIÁS/GO.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023-SEEL

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA A CONSTRUÇÃO DE 18 (DEZOITO) CAMPOS DE FUTEBOL SOCIETY, NAS DIMENSÕES 26,7X42,3M (ÁREA TOTAL DE 1.129,41M² CADA CAMPO), COM INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA, DRENAGEM, ALAMBRADO E ILUMINAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS DE BURITINÓPOLIS, IACIARA, MAMBAÍ, MONTE ALEGRE, NOVA ROMA, POSSE, SÍTIO D'ABADIA, TERESINA DE GOIÁS, VILA BOA, PADRE BERNARDO, PIRACANJUBA, SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO, SÃO FRANCISCO, VILA PROPÍCIO, CATURAI, CAMPO LIMPO, MONTIVIDIU DO NORTE E MUNDO NOVO, CONFORME LOTES DESCRITOS NESTE EDITAL.

A empresa L.G.B EIRAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 13.296.533/0001-04, por intermédio do seu representante legal Sr. Caio César Villaca, portador da Carteira de Identidade nº 43.291.256-3, e inscrito(a) no CPF sob o nº 324.824.118-74, tempestivamente, vem, a presença de Vossa Senhoria, com fulcro na alínea “b”, do inciso I, do art. 109 da Lei nº 8.666/93, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão dessa elevada Comissão de Licitação que desclassificou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Em atenção alínea “b”, do inciso I, do art. 109 da Lei nº 8.666/93, cumulado com os itens 06.01.04 e 06.01.04.01 do Edital, bem como a notificação recebida por e-mail no dia 21 de junho de 2023 às 09:49 do referente ao certame supramencionado, tem-se que o Recurso ora apresentado é tempestivo, motivo pelo qual deve ser acolhido.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Cesar Villaca. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código ADC8-BE38-DBB0-53FA.



2. DOS FATOS

No dia 13 de junho de 2023 às 09:10, foi aberta a sessão para que se pudesse dar o devido andamento na abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas. Ao finalizar a sessão, a comissão redigiu na ata da sessão os seguintes termos **“A empresa cujo o representante estiver ausente não poderá recorrer dos atos ocorridos na sessão de abertura”**.

Ao final da sessão, as mídias digitais das propostas foram entregues à área técnica, para que pudessem avaliar as propostas apresentadas.

Logo após a análise da área técnica, foi publicado no dia 21 de junho a referida decisão, na qual deu-se por desclassificar erroneamente esta recorrente, não estando em consonância com as normas legais aplicáveis à espécie, conforme demonstrado a seguir.

3. DAS RAZÕES

3.1. DO IMPEDIMENTO DE RECORRER

A comissão permanente de licitação, ao lavrar a ata da sessão no dia 13 de junho, inseriu termo nos quais são limitativos e vão contra aos entendimentos dos egrégios tribunais de contas e dos entendimentos dos nobres doutrinadores, vejamos o texto lavrado na ata da sessão:

“A empresa cujo o representante estiver ausente não poderá recorrer dos atos ocorridos na sessão de abertura”. (grifo nosso)

O texto disposto acima fere gravemente o princípio da impessoalidade, direcionando a licitação aos presentes, bem como em total dissonância da Lei nº 8.666/93, vejamos:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

b) julgamento das propostas; (grifo nosso)



Conforme o art. 109, inciso I, alínea b, cabe aos participantes do certame licitatório recorrer do julgamento da proposta, cujo texto lavrado por esta Secretária impediu esta recorrente.

Vejamos o que a Constituição Federal diz sobre o princípio da impessoalidade:

Art. 37. **A administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, **dos Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios** de legalidade, **impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Conforme disposto do dispositivo constitucional acima, é notório que a Administração Pública deverá obedecer aos princípios elencados, em especial ao da impessoalidade o qual se demonstrar violado diante do texto lavrado.

O princípio da impessoalidade aplicada nas licitações, determina que, no curso do processo licitatório, todos devem ser tratados de forma neutra, sem nenhuma preferência ou aversão pessoal de qualquer natureza.

Ainda sobre o assunto debatido, a Lei nº 8.666/93 no seu art. 3º, §1º, diz:

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar**, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e **estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade**, da sede ou domicílio dos licitantes ou **de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto no §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.**(grifo nosso)**



(11) 4033.3206



totalgrass



(11) 94196.5816



totalgrassgramasintetica

CERTIFICAÇÃO
ISO 9001

FIFA
QUALITY
Preferred
Producer

20
anos

Importante lembrar que, em relação ao texto constante da Ata, o art. 82 da Lei nº 8.666/93 prevê que os agentes que praticarem atos em desacordo com a lei, devem sofrer sanções administrativas, vejamos:

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação **sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.** (grifo nosso)

Nesse sentido também é o entendimento dos Egrégios Tribunais:

De fato, **restou assente que os membros da CPL não agiram com a devida diligência no exercício de suas funções, permitindo que inconsistências relevantes e de fácil percepção, tais como cláusulas editalícias em desconformidade com os princípios que norteiam a administração pública** e ausência de orçamento detalhado expressando os custos unitários da obra, fossem levadas adiante sem que se procedesse a sua devida correção. Além disso, a mesma comissão não atendeu a contento o princípio da publicidade quando da alteração de data para a realização da visita técnica, dando ensejo, inclusive, à interposição de recurso por parte de uma das licitantes que não tomou ciência do fato. (Acórdão nº 1.456/2011 – Plenário). **(grifo nosso)**

“Conforme relatado, **foram inseridas, no edital, várias condições injustificadas e/ou desnecessárias para a execução do objeto, mas que estabeleceram distinções entre os participantes, restringindo o caráter competitivo.** Como consequência, **restou configurada afronta ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, ensejando audiência dos responsáveis, no caso,** a coordenadora-geral de informática e telecomunicações, responsável pela área técnica que



estabeleceu os critérios do Edital de Concorrência, e o subsecretário de assuntos administrativos, responsável pela sua análise e aprovação, para que apresentem suas razões de justificativa em relação às seguintes ocorrências: (...) Acórdão nº 2.561/2004 – 2ª Câmara, ratificado pelo Acórdão nº 2.068/2005 – 2ª Câmara. **(grifo nosso)**

“5. Do momento que foi proferido o Acórdão 1.859/2004 - P, chamo atenção para o seguinte trecho do Voto Revisor: **‘Manifesto-me em linha de concordância com o Ministério Público junto ao TCU e com o eminente Ministro Ubiratan Aguiar no sentido de que houve direcionamento no certame licitatório.** No entanto, embora concorde com a existência de direcionamento, entendo que somente o Sr. ..., Diretor Técnico da Superintendência do Porto de Itajaí, deve ser responsabilizado. No que se refere ao Superintendente do Porto de Itajaí, Sr. ..., em linha de concordância com o Ministério Público, entendo que suas contas devem ser julgadas regulares com ressalva. Embora esse agente público tenha assinado o edital de licitação - que contém o Memorial Descritivo por meio do qual se operou o direcionamento do certame -, ficou comprovado que foi o Diretor Técnico o responsável direto pela elaboração das especificações que levaram à restrição do caráter competitivo da licitação. Foi ele, também, quem elaborou a planilha de custos de forma inadequada, o que levou a apresentação de orçamentos irreais por parte da COPABO. Quanto aos membros da comissão de licitação - em linha de concordância com o Ministro Ubiratan Aguiar e de discordância com o Parquet -, creio que suas contas devam ser julgadas regulares com ressalva’. Acórdão nº 557/2006 – Plenário. **(grifo nosso)**

Este documento foi assinado digitalmente por Cajo Cesar Villaca. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código ADC8-BE38-DBB0-53FA.



(11) 4033.3206



totalgrass



(11) 94196.5816



totalgrassgramasintetica

CERTIFICAÇÃO
ISO 9001

FIFA
QUALITY
Preferred
Producer

20
anos

3.2. DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

No dia 21 de junho, foi publicada a decisão da análise da equipe técnica, na qual equivocadamente decidiu por “inabilitar” esta recorrente, pelo fato que as planilhas continham erros de cálculos, falta da assinatura do responsável técnico e tabela de composições, apresentando os argumentos anteriores, fundamentaram com o Acórdão 2546/2015 do TCU, vejamos:

A empresa **L.G.B. EIRAS LTDA, CNPJ 13.296.533/0001-04** está inabilitada tecnicamente, uma vez que, há vários erros na planilha orçamentária apresentada, e que se estes forem ajustados alterariam o valor global da proposta, processo não permitido conforme orientação do TCU:

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, **não altere o valor global proposto**, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada." (ACÓRDÃO TCU 2546/2015)

Ocorre que o entendimento adotado pela equipe técnica possui claramente um direcionamento, uma vez que é amplamente sabido que possíveis erros materiais podem ser sanados para correção de eventuais falhas, desde que não haja alteração do valor, *in verbis*:

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, não altere o valor global proposto, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada." (ACÓRDÃO TCU 2546/2015).
(grifo nosso)

Vê-se que o V. Acórdão acima deve ser aplicado para que a Administração realize as diligências necessárias para que a empresa participante da licitação corrija as eventuais falhas, ainda que o valor seja menor daquele constante na proposta, uma vez que a empresa



licitante deverá arcar com o ônus decorrente do erro. Tal entendimento demonstra a aplicação dos princípios que norteiam a licitação, dentre eles o princípio da competitividade, o qual prevê que a Administração Pública deve buscar sempre ampliar a máxima competitividade para alcançar o melhor preço, o que não se verifica no presente caso.

Nesse mesmo sentido, *ipsis litteris*:

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. **Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.** ACÓRDÃO 1811/2014 – PLENÁRIO. (grifo nosso).

O V. Acórdão acima é claro quando menciona que não existem motivos para a desclassificação da proposta que contenha erro de preenchimento (cálculo) da planilha de formação de preços, como também menciona que não poderá ser ajustada a planilha quando houver a majoração de valores, caso este não aplicado a esta recorrente, onde a Administração Pública, além de manter-se dentro das normas legais poderá se basear no princípio da ampla competitividade, a fim de buscar a melhor proposta e não causar danos aos cofres públicos, posto que os gastos certamente poderiam ser otimizados.

De outra banda, com relação a suposta falta da assinatura do responsável técnico na proposta, **que está contida na habilitação desta recorrente**, está em total desacordo com o Edital, pois o texto disposto com os requisitos da proposta não dispunha da necessidade da assinatura do responsável técnico, vejamos o texto disposto no item 5.1:

05.01- No ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter, sob pena de não ser levado em consideração, a Proposta Comercial, elaborada em Língua Portuguesa, preferencialmente em papel tamanho A-4, impressa, com linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa onde conste o nome e o endereço da proponente, com todos os seus documentos datados, **assinados na última folha e rubricados nas demais pela pessoa com competência**

para a sua assinatura, constituída dos seguintes elementos: **(grifo nosso)**

O texto apenas menciona que deverá ser assinatura e rubricado a pessoa que possui competência, deixando abrangente a competência de sua assinatura, podendo ser o representante legal da empresa. Se fosse o caso de conter a exigência de assinatura do responsável técnico na proposta, tal previsão deveria ser expressa.

Aliás, sobre o tema debatido, os egrégios tribunais se demonstram em consonância com os Acórdão apresentados, vejamos:

Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida. ACÓRDÃO 1924/2011 – PLENÁRIO. **(grifo nosso)**

A desclassificação de licitantes por conta de erro material na apresentação da proposta, fere os princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade, sendo medida de extremos rigor, que pode afastar do certame propostas mais vantajosas, com ofensa ao interesse público. ACÓRDÃO 1734/2009 – PLENÁRIO

Estando os preços global e unitários ofertados pelo licitante dentro dos limites fixados pela Administração, é de excessivo rigor a desclassificação da proposta por divergência entre seus preços unitários e respectivas composições detalhadas de custos, por afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações. Referida divergência se resolve com a retificação das composições, sem necessidade de modificações ou ajustes em quaisquer dos valores lançados na proposta a título de preços unitários. ACÓRDÃO 2742/2017 – PLENÁRIO

Em relação ao tema debatido vale mencionar a cláusula do Edital na qual está em consonância com os entendimentos acima trazidos a luz do presente certame:



07.04 - Caso sejam constatados erros formais nas propostas apresentadas, **fica assegurado à Comissão Julgadora o direito de corrigi-los**, procedendo a retificação dos cálculos passíveis de correção, se for o caso. O valor resultante da correção, haja vista tratar-se de erro meramente formal, não poderá alterar o conteúdo da proposta, e será o considerado para a classificação das propostas; **(grifo nosso)**

(...)

05.11 – Eventuais erros ou irregularidades meramente formais na apresentação da proposta, desde que não comprometa seu conteúdo e seja irrelevante face à isonomia do certame, serão relevados pela comissão julgadora, que procederá a correção de ofício.

Ainda, à luz do entendimento do Tribunal de Contas da União, no caso de relatoria do Min. Bruno Dantas, a finalidade da licitação é sempre buscar pela ampliação da disputa, e não cerceá-la, senão vejamos:

Não é demais lembrar que o parágrafo único do art. 5º do Decreto 5.450, de 2005, assevera que as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da **ampliação da disputa entre os interessados**, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (TCU - ACÓRDÃO 1620/2019 - PLENÁRIO, Relator BRUNO DANTAS, data da sessão 10/07/2019)

Ainda em relação ao caso apresentado o Relator Benjamin Zymler discorre:

Em especial, destaco o disposto no parágrafo único do art. 4º do regulamento da licitação na modalidade de pregão, aprovado pelo Decreto nº 3.555/2000, in verbis: **“As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa** entre

os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. - ACÓRDÃO 8827/2017 **(grifo nosso)**

Trazemos o entendimento sedimentado do TCU relativo à aplicação do princípio do formalismo moderado:

"Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todas suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. O **rigor formal**, todavia, **não pode ser exagerado ou absoluto**. O princípio do **procedimento formal não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação** ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes. Esta necessidade de atenuar o **excessivo formalismo encontra expressa previsão legal no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993**, que faculta 'à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da concorrência, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo'. **Adotando-se essa medida, evita-se a inabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas em virtude de pequenas falhas**, sem reflexos importantes, e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa." - ACÓRDÃO 2812/2019 – PLENÁRIO **(grifo nosso)**

Em diversas oportunidades, o TCU chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes da decisão pela desclassificação ou inabilitação dos licitantes, vejamos:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a



documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante **e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.** (Acórdão 1795/2015 – Plenário). **(grifo nosso)**

A desclassificação de todos licitantes em decorrência da falta de apresentação de documentos de fácil obtenção e de conhecimento do órgão, aliado à ausência de demonstração da impossibilidade de repetição do certame, **torna irregular a contratação** por dispensa de licitação fundamentada no art. 24, V, da Lei 8.666/1993. (Acórdão 3.233/2012 TCU Plenário, Min. WDO)

A Administração Pública, com o interesse de buscar proposta mais vantajosa e em cumprimento jurisdicional e legal, poderá anular seus atos ou revogar, segundo mandamento das seguintes Súmulas do STF e o art. 53 da Lei nº 9.784/99:

“Súmula 346: A Administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

“Súmula 473: **A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais**, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” **(grifo nosso)**

Pelo exposto, nota-se que estamos diante de um formalismo exagerado, além de a comissão exigir assinatura do responsável técnico na proposta sem que o Edital tenha previsto tal condição, o que não pode ser admitido em razão da tremenda dissonância entre a postura adotada e a legislação e Acórdãos que já massificaram tal entendimento.

Este documento foi assinado digitalmente por Cajo Cesar Villaca. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código ADC8-BE38-DBB0-53FA.



(11) 4033.3206



totalgrass



(11) 94196.5816



totalgrassgramasintetica

CERTIFICAÇÃO
ISO 9001



utilize o código ADC8-BE38-DBB0-53FA.

4. DOS REQUERIMENTOS:

Posto isso, considerando que há claro abuso na condição de interposição de recurso, ferindo de morte o Princípio da Impessoalidade, bem como estamos diante de exigências impostas pela CPL que não estão descritas no Edital, além do fato de que a CPL age com extremo formalismo, cujo tema é tratado pela própria Lei de Licitações e entendimentos sedimentados pelo TCU, requer-se seja o presente Recurso **TOTALMENTE ACOLHIDO**, a fim de que esta Recorrente seja declarada vencedora do certame nos **LOTES 2 E 3** por possuir a proposta mais vantajosa para a Administração, por ser medida de Justiça.

Finalmente, caso não aceito o recurso nos pontos ora invocados, requer-se seja mantida a irresignação da ora recorrente, para posterior juízo de anulação junto à autoridade superior.

Ademais, informamos, desde já, que o não acolhimento desta proposta ensejará a propositura do competente Mandado de Segurança, a fim de que seja feita Justiça.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Bragança Paulista/SP, 27 de junho de 2023.

L.G.B EIRAS EIRELI
CNPJ nº 13.296.533/0001-04
Rep. legal Caio César Villaca
CPF nº 324.824.118-74
OAB/SP 318.529

Este documento foi assinado digitalmente por Caio César Villaca.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código ADC8-BE38-DBB0-53FA.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ADC8-BE38-DBB0-53FA> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: ADC8-BE38-DBB0-53FA



Hash do Documento

16A44187A23DE30307F6154AA2E7BF633FE7DD517EDCF5DE36A21B993F594EBF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/06/2023 é(são) :

Caio Cesar Villaca - 324.824.118-74 em 27/06/2023 14:57 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

